



# Plano Estratégico

Triênio 2023-2025 (Versão 1.0)

**inea** instituto estadual  
do ambiente

**Presidente do Instituto Estadual do Ambiente**

Philippe Campelo Costa Brondi da Silva

**Vice-presidente do Instituto Estadual do Ambiente**

Deise de Oliveira Delfino

**Diretor de Licenciamento Ambiental**

Leonardo Daemon d'Oliveira Silva

**Diretor de Pós-licença e Fiscalização**

Ricardo Marcelo da Silva

**Diretora de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas**

Julia Kishida Bochner

**Diretor de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental**

Cauê Bielschowsky

**Diretor de Recuperação Ambiental**

Sebastião Bruno

**Diretor de Superintendências Regionais**

Paulo Cardoso de Almeida Filho

**Diretora Executiva e de Planejamento**

Cristina Cardoso Alexandre

**Gerente de Gestão e Resultados**

Carlos Alberto Couto da Silva Junior

**Autor**

Carlos Alberto Couto da Silva Junior

**Equipe de apoio**

Felipe Henriques Rodrigues

Teresa da Costa Muylaert

Mário Rogério Léste

Jorge Alberto Albuquerque Caetano

## Lista de Siglas

APUMA	Academia de Protetores de Unidades do Meio Ambiente
BDE	Banco de Dados Espaciais
CA	Controle Ambiental
CAFS	Centro de Atendimento à Fauna Silvestre
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CETRAS	Centro de Triagem de Animais Silvestres
CONDIR	Conselho Diretor
FUNDRHI	Fundo Estadual de Recursos Hídricos
GERGER	Gerência de Gestão e Resultados
GERLAF	Gerência de Licenciamento Agroflorestal
GERLAM	Gerência de Instrumentos de Licenciamento Ambiental
HF	Horto Florestal
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
LAI	Lei de Transparência
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MA	Mata Atlântica
NAP	Núcleo de Atendimento ao Público
NIT	Núcleo de Inovação e Tecnologia
PAD	Processo Administrativo Digital
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia, Informação e Comunicação
PE	Plano Estratégico
PESHI	Plano Estadual de Segurança Hídrica
PRA	Plano de Recomposição Ambiental
RA	Recurso Ambiental
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEGRH	Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SEIRHI	Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos
SELCA	Sistema Estadual de licenciamento e controle ambiental
SEAS	Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade
SEI	Sistema Eletrônico de Informação
SERGOV	Serviço de governança e metas
SERVPRO	Serviço de gestão de projetos
SISBAR	Sistema de Informações dos Barramentos do Estado do Rio de Janeiro
SLA	Acordo de Nível de Serviço
SUP	Superintendência Regional
TI	Tecnologia da Informação
UC	Unidade de Conservação
VPRES	Vice-presidência

## Lista de Tabelas

Tabela 1	Indicadores de acompanhamento do plano de iniciativas e metas	página 34
Tabela 2	Indicadores de performance do plano de iniciativas e metas	página 36

## Lista de Quadros

Quadro 1	Matriz de priorização das iniciativas	página 14
Quadro 2	Formas e frequências de interação por categoria	página 15
Quadro 3	Níveis de detalhamento das informações por categoria	página 15
Quadro 4	Análise ambiental	página 19
Quadro 5	Diagnóstico situacional	página 20
Quadro 6	Classificação do fator de risco	página 26
Quadro 7	Estratégia de tratamento do fator de risco	página 26
Quadro 8	Papéis previstos pela sistemática de acompanhamento	página 31
Quadro 9	Reuniões previstas pela sistemática de acompanhamento	página 31
Quadro 10	Avaliações previstas pela sistemática de avaliação	página 35

## Lista de Figuras

Figura 1	Ciclo da formulação estratégica	página 13
Figura 2	Passo-a-passo da formulação estratégica	página 13
Figura 3	Missão e valores da organização	página 17
Figura 4	Breve histórico da organização	página 18
Figura 5	Visão da organização	página 20
Figura 6	Objetivos da organização	página 21
Figura 7	Mapa estratégico da organização	página 23
Figura 8	Cadeia de valor da organização	página 24
Figura 9	Página da Extranet	página 28
Figura 10	Plataforma Ambiente+	página 28
Figura 11	Painel Gestão à Vista	página 29
Figura 12	Fluxo de superação dos impedimentos identificados	página 32
Figura 13	Fluxo de revisão parcial ou extraordinária	página 33

## Histórico de Versões

Histórico de versões			
Data	Versão	Descrição	Responsável
20/10/2023	1.0	Elaboração do PE 2023-2025	GERGER
30/10/2023	1.0	Validação do PE 2023-2025	SERVGOU/SERVPRO
05/12/2023	1.0	Aprovação do PE 2023-2025	VPRES
30/12/2023	1.0	Publicação do PE 2023-2025	PRES

## Sumário

APRESENTAÇÃO	página 9
PREMISSAS	página 11
Propósitos e diretrizes do plano	página 11
Abrangência e validade	página 12
Equipe e plano de trabalho	página 12
Metodologia aplicada	página 12
Documentos-base e alinhamento	página 16
DIAGNÓSTICO E DIRECIONAMENTO	página 17
Quem somos?	página 17
Onde estamos?	página 17
Onde pretendemos chegar?	página 20
PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO	página 23
Como evoluiremos?	página 23
Qual caminho a seguir?	página 24
MONITORAMENTO E CONTROLE	página 30
Ritos de acompanhamento	página 30
Revisão parcial ou extraordinária	página 33
Indicadores de acompanhamento	página 34
AVALIAÇÃO	página 35
Tipos de avaliação	página 35
Relatórios de avaliação	página 36
Indicadores de performance	página 36
ANEXOS	página 37
1 Plano de trabalho do PE	página 37
2 Equipe de formulação do PE	página 39
3 Alinhamento do PE	página 40
4 Equipe de monitoramento e controle do PE	página 44
5 Indicadores e metas do PE	página 45
6 Priorização das iniciativas do PE	página 47
7 Categorização das iniciativas do PE	página 54
8 Plano de iniciativas e metas do PE	página 62
9 Plano de gestão de pessoas do PE	página 72
10 Plano de contingências do PE	página 73
11 Plano de continuidade do PE	página 74

## Apresentação

O Instituto Estadual do Ambiente (INEA), entidade vinculada à Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), apresenta seu Plano Estratégico (PE) com a pretensão de maximizar os resultados das políticas públicas e de incutir a melhoria contínua na prestação de serviços públicos, além de promover a transparência nas ações e a prestação de contas no setor público.

O PE é um instrumento de planejamento e gestão pública que almeja orientar a atuação do Instituto, dentro de um determinado período, para a obtenção de uma situação futura pretendida em termos de objetivos, entregas e metas, além, é claro, de explicitar a política de governança de gestão e resultados. Sua finalidade consiste em incutir maior preocupação para com a qualidade na prestação e na satisfação dos usuários externos e internos de seus serviços.

O plano é composto por cinco capítulos: 1) Premissas; 2) Diagnóstico e direcionamento; 3) Planejamento e gerenciamento; 4) Monitoramento e controle; e 5) Avaliação. Cada capítulo representa uma etapa – marco crítico – do processo de trabalho de formulação e posterior execução, acompanhamento e avaliação do PE.

No primeiro capítulo serão explicitadas as premissas que nortearam a elaboração do documento, além de suas motivações, diretrizes, validade, abrangência, metodologia e governança, culminando com a citação da equipe, do plano de trabalho e de todo o arcabouço documental utilizado para o alinhamento governamental.

Adiante, no segundo capítulo, serão determinados o propósito principal do INEA – o porquê de sua existência – e o conjunto de normas de conduta exigidos, além de expostos os dados e informações coletados sobre os recursos e necessidades inventariados, bem como as informações acerca dos problemas e oportunidades identificados, culminando com a exposição da visão e dos objetivos propostos para o período em referência, além de sua estrutura vigente, para, em seguida, apresentar as metas propostas para o período em referência.

Já no terceiro capítulo será apresentada a forma pela qual o Instituto evoluirá a partir da situação atual até a situação futura pretendida mediante a apresentação de qual caminho a percorrer para se alcançar os objetivos e metas propostos no plano, além da exposição das iniciativas requeridas, dos critérios de aceitação, dos níveis de quantidade e qualidade, dos recursos necessários, financeiros ou não, dos processos de comunicação interna e externa e das ações de contingências exigidas diante dos riscos identificados.

A seguir, no quarto capítulo será dada especial atenção à política de governança do plano após sua implantação em termos de tipos de mecanismos de monitoramento e controle que serão necessários incorporar com o intuito de provocar decisões táticas em tempo hábil para assegurar a consecução dos objetivos e metas de modo a eliminar

impedimentos de execução a partir da identificação de insuficiências de meios, atrasos na execução ou desvios de objetivos.

Por último, no quinto capítulo serão expostos os procedimentos de medição, julgamento e comunicação de valor a respeito dos itens contidos no presente PE com o intuito de averiguar sua consecução, ou não, ao término de sua vigência e, por decorrência, indicar medidas corretivas ou preventivas para corrigir planos futuros e, com isso, propiciar a melhoria contínua e a aprendizagem sistemática.

# 1 Premissas

Neste capítulo serão explicitados os pressupostos básicos que nortearam todo o processo de formulação do presente PE, discorrendo, assim, sobre seus propósitos, diretrizes, metodologia aplicada e documentos-base, além de dispor sobre sua validade, abrangência, alinhamento, equipe e plano de trabalho.

Inicialmente, cumpre registrar que a formulação de qualquer Plano Estratégico tem a finalidade precípua de orientar e direcionar a atuação do Poder Público para a solução de problemas específicos ou para a resolução de conflitos declarados. Nesse sentido, pretende construir compromissos prévios e acordar vontades consensuais entre os diversos atores intervenientes, partes interessadas e beneficiários, com ênfase na produção de resultados e/ou na entrega de produtos e não na forma de como fazê-lo.

## 1.1 Propósitos e diretrizes do plano

A formulação do presente PE foi motivada pela pretensão do Instituto em cumprir com alguns propósitos globais, a saber:

- Direcionar a atuação do INEA, dentro de um determinado período, para a obtenção de uma situação futura pretendida em termos de objetivos, entregas e metas.
- Alinhar a atuação do INEA com os demais objetivos estratégicos do Governo do Estado, estimulando uma maior interação e sinergia entre os diversos esforços governamentais.
- Definir estratégias de atuação para a superação dos problemas mapeados de modo a identificar e aproveitar oportunidades de melhoria frente aos recursos inventariados e necessidades identificadas.
- Concentrar esforços de atuação nos projetos e atividades com maiores benefícios, estabelecendo prioridades na alocação dos recursos humanos, financeiros ou materiais existentes.
- Promover a melhoria contínua dos serviços públicos prestados pelo INEA, permitindo o aumento da qualidade percebida pelo usuário mediante a maximização de seus resultados.

Além dos citados propósitos globais que serviram de referência, todas as decisões traçadas durante o processo de formulação do presente PE foram influenciadas por outras diretrizes específicas, a saber:

- Transparência na forma de atuação e na aplicação de recursos públicos.
- Uso de modernas técnicas e práticas de gestão.

- Ampla participação das partes interessadas.
- Conciliação entre as diretrizes e as necessidades das áreas de negócio.
- Previsão de ações de curto, médio e longo prazo.

## 1.2 Abrangência e validade

O plano estratégico em tela contempla apenas a atuação do INEA e suas unidades administrativas vinculadas, cujas principais áreas de conhecimento são: i) licenciamento ambiental e pós-licença; ii) fiscalização ambiental e combate às infrações ambientais; iii) cobertura florestal e proteção da biodiversidade; iv) qualidade ambiental do ar, água e solo; v) segurança hídrica e governança das águas; vi) recuperação ambiental, controle de inundações e prevenção de acidentes; vii) comunicação com a sociedade e educação para a sustentabilidade; viii) gestão da tecnologia e da informação; ix) gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas; e x) governança e controle interno.

O plano terá como período de validade o prazo de três anos, contados a partir de 1º de janeiro de 2023. Cumpre esclarecer que o exercício de 2023 contempla apenas as iniciativas previstas pelo plano anterior que não puderam ser concluídas durante o seu período de vigência. Portanto, as novas iniciativas previstas pelo atual plano abarcam somente os exercícios de 2024 e de 2025.

Após homologação do plano pelo Conselho Diretor (CONDIR), e posterior publicidade na Internet do INEA, serão admitidas revisões pontuais a cada novo exercício financeiro, além de outras revisões extraordinárias, caso se fizerem imperativas.

## 1.3 Equipe e plano de trabalho

A responsabilidade pela condução das oficinas requeridas para a construção do PE competiu à Gerência de Gestão e Resultados (GERGER), unidade administrativa vinculada à Vice-presidência do INEA (VPRES).

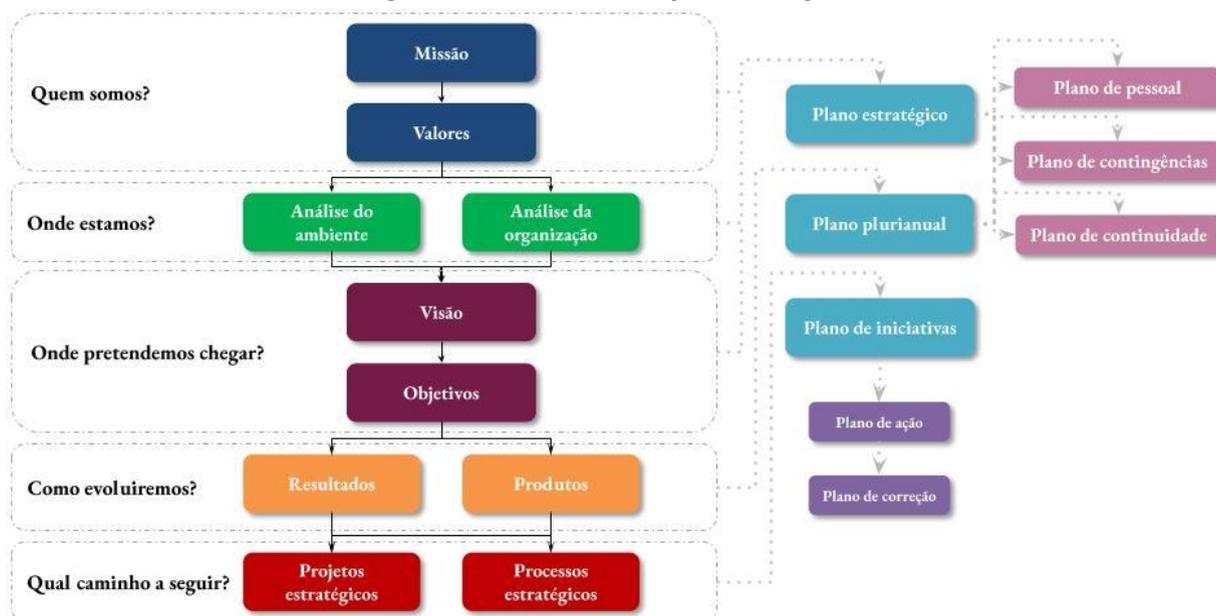
O processo de formulação do presente PE percorreu o plano de trabalho disposto no anexo 1 deste documento, o qual discrimina as ações requeridas e contém todas as informações essenciais para a sua organização.

A relação dos membros da equipe de trabalho, incumbida pelo processo de formulação do PE, bem como suas devidas responsabilidades associadas, está disposta no anexo 2 deste documento.

## 1.4 Metodologia aplicada

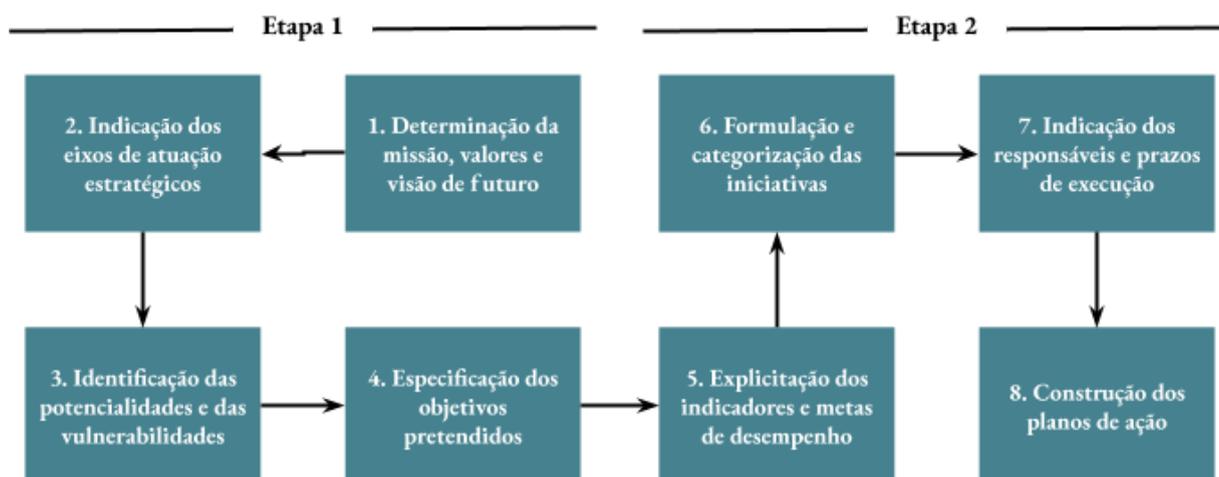
A metodologia utilizada durante a formulação do presente PE contemplou todos os campos requeridos pelo ciclo de formulação estratégica (Figura 1), a saber: definição de quem somos, diagnóstico de onde estamos, explicitação de onde pretendemos chegar, exposição de como evuiremos e determinação de qual caminho a seguir. Para tanto, foi necessário percorrer oito grandes passos de modo a esmiuçar todos os campos do citado ciclo (Figura 2).

Figura 1: Ciclo da formulação estratégica



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Figura 2: Passo-a-passo da formulação estratégica



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Para tanto, foi necessária a realização de 14 oficinas de formulação estratégica ao longo do último semestre de 2023, tanto na modalidade presencial quanto à distância, as

quais contaram com a presença, em média, de 10 participantes que representaram todas as diretorias e níveis decisórios.

O processo de definição da missão, dos valores, da visão e dos objetivos foi mantido o disposto no plano anterior por ter sido considerado ainda adequado ao atual contexto, além de ter sido formulado de forma amplamente participativa e comunitária perante todos as partes interessadas.

Já o processo de escolha das iniciativas ficou circunscrito aos representantes de cada eixo de atuação. A indicação das iniciativas apontadas como as mais prováveis para se alcançar a situação futura pretendida pelo INEA percorreu três etapas: avaliação, seleção e priorização.

Na etapa da avaliação, as iniciativas apontadas foram apreciadas e submetidas à apreciação segundo os critérios de conformidade, de coerência interna e de coerência externa. Diante disso, verificou-se, respectivamente: i) se tais iniciativas continham todos os componentes requeridos e se atendiam às especificações previstas pela metodologia; ii) se tais iniciativas detinham coesão entre si ou se existiam lacunas e contradições a serem sanadas; e iii) se tais iniciativas possuíam alinhamento com as políticas governamentais e estratégias organizacionais.

Em seguida, as iniciativas que passaram pelo filtro da etapa de avaliação foram submetidas à etapa de seleção para apreciá-las segundo os critérios de viabilidade: legal, técnica e econômica (de impacto e de retorno financeiro). As iniciativas não selecionadas ao final desta etapa deixaram de existir diante de sua inviabilidade.

Ao final, as iniciativas que passaram pelo filtro da etapa de seleção foram submetidas à etapa de priorização para classificá-las segundo os critérios de gravidade, urgência e tendência. Em razão disso, foram atribuídas notas de pontuação de 1 a 5 para cada iniciativa nos três critérios (Quadro 1).

Quadro 1: Matriz de priorização das iniciativas

Gravidade	Urgência	Tendência	Nota
Sem gravidade	Sem pressa	Não vai piorar	1
Pouca gravidade	Pode aguardar	Irá piorar a longo prazo	2
Média gravidade	Agir o quanto antes	Irá piorar a médio prazo	3
Muita gravidade	Agir com alguma urgência	Irá piorar a curto prazo	4
Elevada gravidade	Agir imediatamente	Irá piorar rapidamente	5

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Ao término dessas três etapas, as iniciativas foram hierarquizadas segundo ordem de prevalência em torno das situações-problema que intentam sanar ou mitigar, conforme

disposto no anexo 6, em razão do intervalo de classe em que a pontuação-média obtida por ela se encontrava: máxima (5,0 a 4,5), alta (4,5 a 4,0), média (4,0 a 3,0), baixa (3,0 a 2,0) e mínima (2,0 a 1,0).

Com isso, de acordo com a categoria de prioridade estabelecida para a iniciativa, foram especificadas as formas e frequências de interação entre a gerência e a equipe de execução (Quadro 2) e os níveis de detalhamento das informações exigidas para o seu devido acompanhamento (Quadro 3).

Quadro 2: Formas e frequências de interação por categoria

<b>Categoria</b>	<b>Forma de interação</b>	<b>Frequência</b>
Máxima	Controle	Mensal
Alta	Controle	Mensal
Média	Monitoramento	Trimestral
Baixa	Monitoramento	Trimestral
Mínima	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Quadro 3: Níveis de detalhamento das informações por categoria

<b>Categoria</b>	<b>Nível de detalhamento das informações</b>
Máxima	Ficha de cadastro + Plano de ação + Relatório de situação + Relatório de correção + Gráfico de Gantt
Alta	Ficha de cadastro + Plano de ação + Relatório de situação + Relatório de correção
Média	Ficha de cadastro + Plano de ação + Relatório de situação
Baixa	Ficha de cadastro
Mínima	Ficha de cadastro

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

O tipo de acompanhamento (forma de interação e frequência) e o grau de estruturação das iniciativas (nível de detalhamento das informações) dependem de sua categorização, a partir do princípio de que a atuação do corpo funcional deve concentrar seus esforços nas questões mais essenciais da organização.

Desse modo, registra-se que as iniciativas não admitidas pelo crivo do processo de aceitação, por se enquadrarem na categoria mínima, não são sobrestadas ou deixam de existir, apenas não serão submetidas ao rito sistemático de acompanhamento conduzido pela alta gerência, ao contrário daquelas tidas como prioritárias segundo disposto no anexo 7.

### 1.5 Documentos-base e alinhamento

No decorrer do processo de formulação estratégica foram utilizados diversos documentos-base que serviram de referência para a construção do presente PE, tais como: Plano Plurianual 2024-2027, Plano Estratégico 2021-2022 etc. As iniciativas contidas nos documentos-base foram levadas em consideração pelo presente Plano Estratégico conforme disposto no anexo 3, o que permitiu a promoção da coerência externa entre este plano com as demais políticas governamentais e estratégias organizacionais.

## 2 Diagnóstico e direcionamento

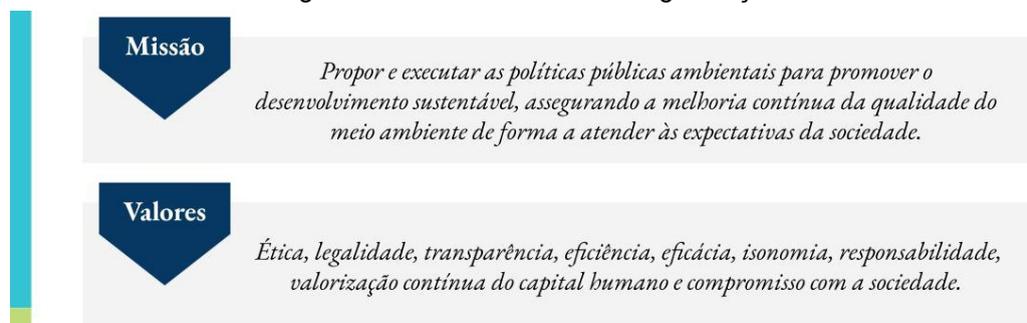
Neste capítulo será explicitado o propósito do Instituto em termos de quem somos, declarado o conjunto de normas de condutas exigidos, demonstrado o diagnóstico sobre o desempenho passado, o ambiente e a situação atual em termos de onde estamos e determinada a situação futura almejada em termos de onde pretendemos chegar, discorrendo, assim, sobre sua missão, valores, recursos e necessidades existentes, bem como sobre as suas forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, culminando com a exposição da visão e dos objetivos propostos para o período em referência, além de sua estrutura vigente.

### 2.1 Quem somos?

A atuação de qualquer organização é direcionada para o cumprimento de seu propósito estratégico: missão. Ao cumprir com o seu propósito, o Instituto orienta-se por um conjunto de normas de conduta que determinam o seu comportamento: valores (Figura 3).

A missão é a definição do propósito norteador da organização – o porquê de sua existência. É ela que estabelece a sua razão de ser e reflete a motivação dos colaboradores em se envolverem cada vez mais com o trabalho. Portanto, deve ser motivadora, de longo prazo e de fácil entendimento e comunicação. Já os valores são reflexos das expectativas culturais de um grupo ou da sociedade sobre como os seus membros devem se comportar perante o propósito da organização. Portanto, representam os fatores impulsionadores.

Figura 3: Missão e valores da organização



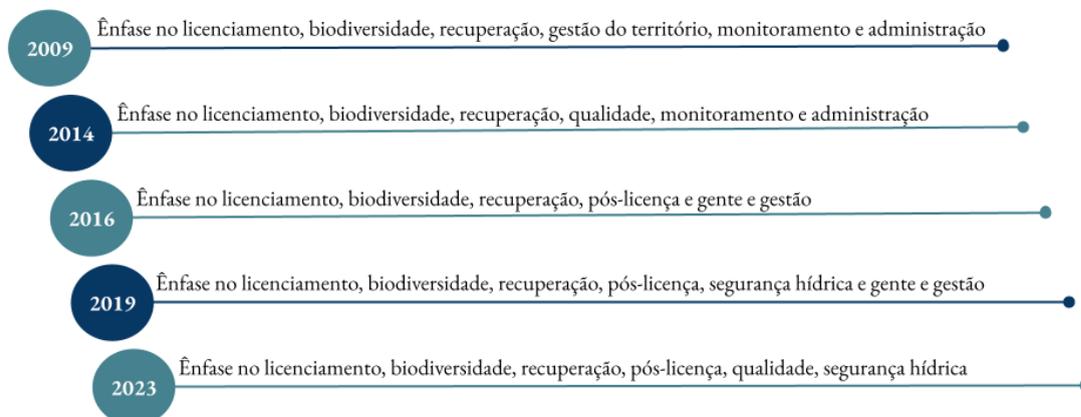
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

### 2.2 Onde estamos?

A determinação do propósito da organização e do conjunto de normas de conduta que irão guiar o comportamento de seu quadro funcional, implica, em seguida, a breve compreensão sobre o seu desempenho passado, ambiente e condição atual.

Ao longo dos últimos quatorze anos, o INEA foi submetido a contínuas e profundas transformações na sua forma de atuação em razão das prioridades governamentais de cada circunstância (Figura 4).

Figura 4: Breve histórico da organização



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Cumprir registrar que toda e qualquer mudança na estratégia implica adequações na sua estrutura administrativa, porém, no caso do INEA, isso não significou a descontinuidade de certas áreas de atuação que durante o período perderam o protagonismo. À medida que o INEA foi incrementando a sua gama de responsabilidades, foi aumentando, também, o grau de exigência externo sobre a quantidade e a qualidade dos serviços prestados, sem a devida contrapartida de ganho na destinação dos recursos. Isso só foi possível graças à curva acumulada de aprendizagem obtida desde a sua criação em 2009, juntamente com a incorporação de novos métodos de gestão pautados na cultura de valorização do capital intelectual e no investimento maciço em tecnologia e informação.

Nota-se o avanço expressivo na relevância e na diversidade de soluções concebidas ou aprimoradas, ao longo desse período, entre os quais pode-se destacar: a modernização do licenciamento, a criação e estruturação de unidades de conservação, a adoção de ações de educação ambiental, a restauração florestal, a expansão da rede de monitoramento da qualidade, a expansão do sistema de alertas de cheias, a implementação do pós-licença, a recuperação ambiental de áreas degradadas, o desassoreamento de corpos hídricos, a relocação de população vulnerável ao risco de inundação, o atendimento a emergências ambientais, o desenvolvimento do processo administrativo digital, a criação da universidade do ambiente, a determinação do regimento interno, a regulamentação de procedimentos, a formulação de planos de tecnologia e de integridade, a publicização de indicadores de esforço organizacional, a criação de portais de transparência, a formulação da carta de serviços, entre outros.

Todavia, diante das notórias dificuldades inerentes ao serviço público brasileiro, cumpre registrar que, apesar dos citados avanços, algumas iniciativas requeridas para cumprir com o seu propósito ainda estão em andamento, foram suspensas, ou, na pior das hipóteses, canceladas.

Os principais entraves detectados que contribuíram para que certos objetivos não fossem plenamente alcançados foram a grave descontinuidade administrativa e a escassez recorrente de recursos, diante do contingenciamento fiscal. Nesse sentido, de nada adianta deter o mais detalhado dos planos se a capacidade do Instituto de pô-lo em prática não for condizente com a presente realidade organizacional. Logo, a formulação do presente PE levou em consideração todas essas questões e limitações.

Por outro lado, apesar do cenário por certas vezes adverso, algumas lições em resposta a esse contexto foram aprendidas durante o ciclo anterior de planejamento e, por conseguinte, também foram consideradas na formulação do presente PE.

Após esse processo extensivo de reflexão interna sobre o desempenho passado, partiu-se, então, para outro tipo de reflexão, agora, sobre o seu ambiente externo e interno e sobre sua condição atual, por meio da análise ambiental e do diagnóstico situacional.

A análise do ambiente que influencia a atuação do INEA corresponde ao levantamento prévio de uma série de informações que permeiam o Instituto, tanto sobre o seu ambiente interno, quanto sobre o seu ambiente externo, as quais expressam as potencialidades e vulnerabilidades da unidade naquele dado momento (Quadro 4).

Quadro 4: Análise ambiental

<b>Análise Ambiental</b>	
<b>Potencialidades</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Histórico e legado institucional</li> <li>● Protagonismo estratégico</li> <li>● Extenso conhecimento acumulado</li> <li>● Lições aprendidas</li> <li>● Notório saber técnico</li> <li>● Intenções do novo grupo político</li> <li>● Disponibilidade de soluções tecnológicas</li> <li>● Agenda positiva de interesse público</li> <li>● Vanguarda na área ambiental</li> <li>● Existência de universidade corporativa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Possibilidade de cooperação técnica</li> <li>● Existência de fundos estaduais</li> <li>● Arrecadação própria</li> <li>● Posse de múltiplos dados</li> <li>● Vasto acervo técnico</li> <li>● Moderna infraestrutura tecnológica</li> <li>● Instâncias de gestão participativa</li> <li>● Possibilidade de captação de recursos</li> <li>● Ocorrência de parcerias institucionais</li> <li>● Presença de núcleo de inovação</li> </ul>
<b>Vulnerabilidades</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Instabilidade política constante</li> <li>● Descontinuidade administrativa recorrente</li> <li>● Ausência de visão sistêmica e transversal</li> <li>● Regime de contingenciamento fiscal</li> <li>● Política de gestão de pessoas restringida</li> <li>● Presença de demandas não planejadas</li> <li>● Personificação dos serviços</li> <li>● Quadro de pessoal insuficiente</li> <li>● Escassez de recursos tecnológicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Pouca integração entre os sistemas</li> <li>● Comunicação interna ineficiente</li> <li>● Falta de alinhamento entre as unidades</li> <li>● Conhecimento retido nas lideranças</li> <li>● Interrupção de políticas públicas</li> <li>● Saturação do corpo funcional</li> <li>● Falta de previsibilidade financeira</li> <li>● Inexistência de níveis de serviço</li> <li>● Arcabouço normativo defasado</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de incentivos meritocráticos</li> <li>• Elevado passivo de análise</li> <li>• Ineficiência na aplicação de recursos</li> <li>• Infraestrutura própria insuficiente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descumprimento de prazos legais</li> <li>• Baixo engajamento interno</li> <li>• Forte resistência a mudanças</li> <li>• Avaliação de desempenho ineficaz</li> </ul>
---	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

O diagnóstico situacional do INEA corresponde ao levantamento prévio de uma série de informações sobre as principais requisições existentes e necessidades mapeadas em comparação com os recursos existentes e requeridos em termos de projetos e processos internos (Quadro 5).

Quadro 5: Diagnóstico situacional

Diagnóstico Situacional	
Requisições existentes	Recursos existentes
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regulamentar atribuições internas</li> <li>• Integrar sistemas de informação</li> <li>• Melhorar a comunicação com a sociedade</li> <li>• Integrar entes e unidades</li> <li>• Produzir e difundir conhecimentos</li> <li>• Valorizar o capital humano</li> <li>• Fortalecer as áreas de atuação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo digital</li> <li>• Sistemas de operação e informação</li> <li>• Aplicativos <i>open source</i></li> <li>• Acervo técnico</li> <li>• Relatórios de consultoria</li> <li>• Infraestrutura tecnológica e logística</li> <li>• Mão-de obra especializada</li> </ul>
Necessidades mapeadas	Recursos requeridos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver competências técnicas</li> <li>• Difundir os feitos e as conquistas</li> <li>• Otimizar processos de trabalho</li> <li>• Definir níveis de serviço</li> <li>• Resgatar a governança sistemática</li> <li>• Fortalecer a transparência institucional</li> <li>• Ampliar e facilitar o acesso à informação</li> <li>• Reportar dados, informações e evidências</li> <li>• Propor soluções para os problemas</li> <li>• Aprimorar sistemas de informação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicações web</li> <li>• Sistemas de informação gerencial</li> <li>• Cursos de extensão</li> <li>• Dados e informações técnicas</li> <li>• Equipamentos e ferramentas de trabalho</li> <li>• Mão-de obra especializada</li> <li>• Investimentos financeiros</li> </ul>

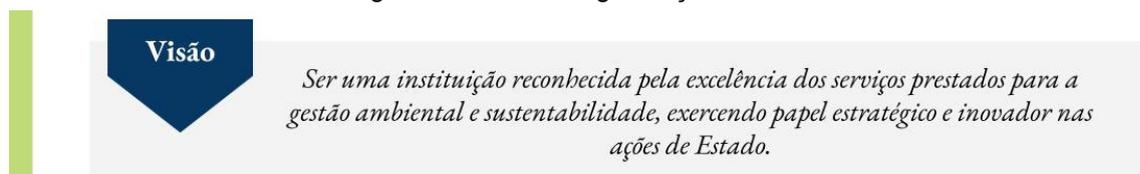
Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

### 2.3 Onde pretendemos chegar?

O cumprimento do propósito de uma organização, em consonância com o conjunto de normas de conduta que regem o seu comportamento, aliada a compreensão sobre o seu desempenho passado, ambiente e condição vigente, requer o esclarecimento da situação futura pretendida em termos de visão de futuro e de objetivos.

A visão de futuro diz respeito à mudança, ao crescimento e à transformação da organização em questão (Figura 5). Normalmente, é expressa por uma declaração que denota como o Instituto quer estar posicionado no longo prazo.

Figura 5: Visão da organização

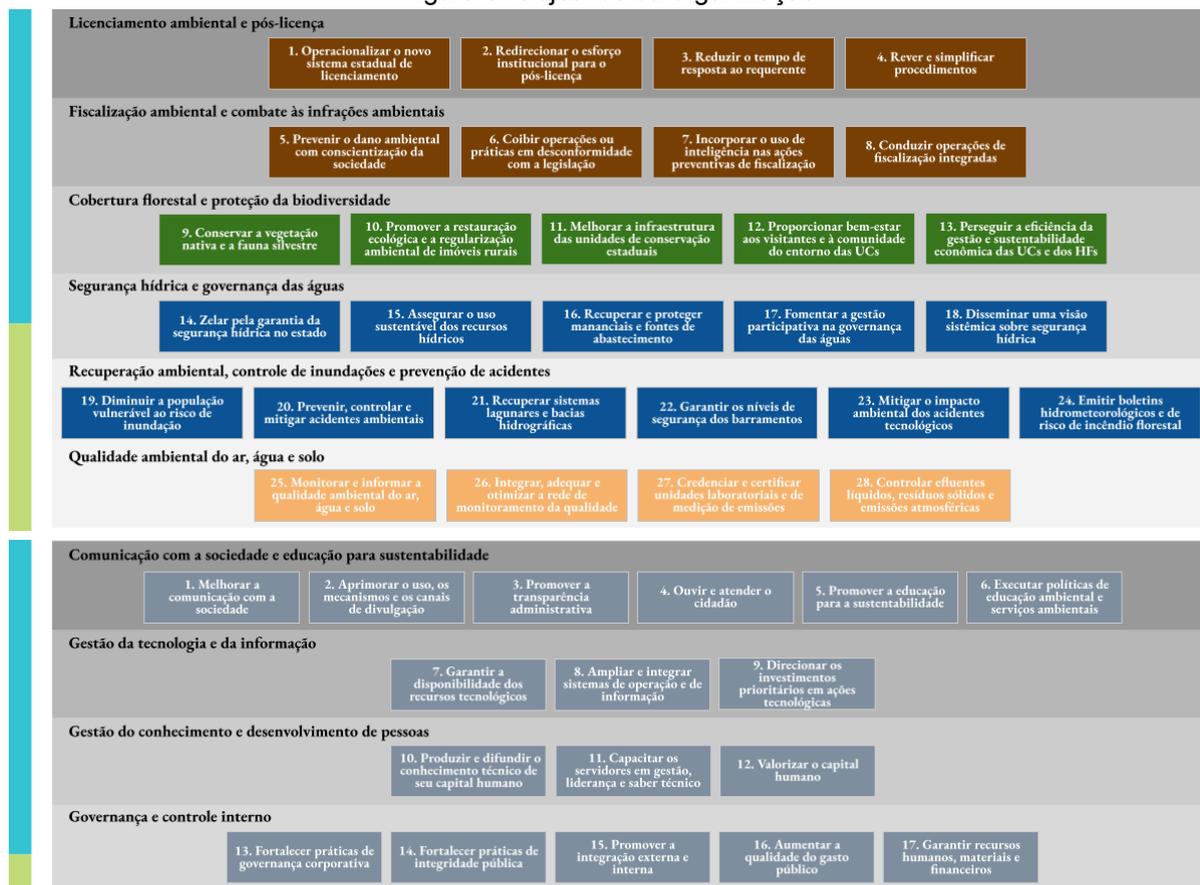


Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Após a explicitação do propósito, a declaração das normas de conduta, a apreciação sobre o desempenho passado, a análise sobre o ambiente, o diagnóstico sobre a condição atual e o posicionamento da organização, tem-se, agora, a determinação pelo Instituto da situação pretendida em termos de objetivos ao término do período de validade do plano estratégico.

Os objetivos são declarações genéricas que o Instituto se propõe a obter num prazo determinado para cumprir com sua missão e visão de futuro. Desse modo, expressam as prioridades em sua forma de atuação. Nota-se que os objetivos foram agrupados em 10 eixos de atuação, uma vez que a principal característica do INEA reside na transversalidade de seus processos de trabalhos (Figura 6).

Figura 6: Objetivos da organização



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Além dos já citados objetivos específicos, a organização também se orienta por outros objetivos globais que nortearão a sua forma de atuação, a saber:

- Propor soluções para os problemas identificados.
- Aumentar a produtividade e a capacidade de entrega.
- Otimizar processos de trabalho.
- Reduzir o número de falhas nos serviços.
- Diminuir o tempo de resposta.

A determinação da visão de futuro e dos objetivos globais e específicos do INEA deu-se em consonância com as políticas governamentais, assim como com as demais estratégias da organização, ambas dispostas no anexo 3.

Em seguida, foram estabelecidos alguns indicadores e metas para cada objetivo da organização ao longo do período de vigência do plano estratégico, conforme disposto no anexo 5. Com isso, pretende-se averiguar o grau de contribuição das iniciativas sobre determinados produtos e resultados de interesse organizacional.

## 3 Planejamento e gerenciamento

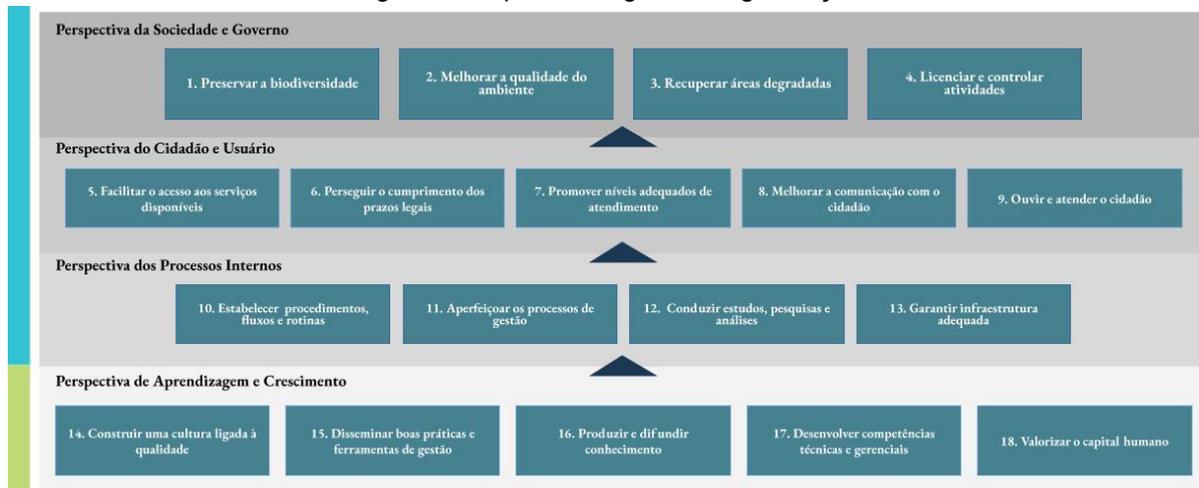
Neste capítulo será explicitada a forma pela qual o Instituto partirá da condição atual e progredirá até a obtenção da situação futura pretendida em termos de como evoluiremos e de qual o caminho a percorrer para se alcançar os objetivos específicos propostos no capítulo anterior. Para tanto, discorre, assim, sobre as iniciativas e metas requeridas, os níveis de quantidade e de qualidade acordados, os critérios de aceitação exigidos e os recursos humanos, financeiros ou materiais necessários. Em seguida, serão apresentadas as ações de comunicação interna e externa previstas e as ações de contingências exigidas diante das estratégias adotadas e dos riscos identificados, respectivamente.

### 3.1 Como evoluiremos?

A situação futura pretendida por uma organização só pode ser obtida se houver clareza e compreensão por parte dos envolvidos sobre o caminho a ser percorrido ou sobre onde se pretende chegar. Uma das formas de se fazer isso é traduzir a visão de futuro pretendida em esquemas visuais como o mapa estratégico e a cadeia de valor.

O mapa estratégico evidencia os desafios mais relevantes que o Instituto terá que superar para concretizar a situação de futuro pretendida a partir de uma representação gráfica da estratégia que agrupa as intenções por perspectivas de negócio (Figura 7).

Figura 7: Mapa estratégico da organização



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A cadeia de valor retrata o fluxo de agregação de mais-valor de uma entrega a fim de satisfazer seu cliente final, desde o planejamento até a avaliação final, por meio de uma representação gráfica que retrata os seus principais processos administrativos, de forma interdependente, no âmbito de uma ou mais unidades de negócio (Figura 8).

Figura 8: Cadeia de valor da organização



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

### 3.2 Qual caminho a seguir?

Outra forma de se clarificar a situação futura pretendida pela unidade, é traduzi-la em termos de alcance de resultados ou entrega de produtos, ambos decorrentes de sua atuação. Os resultados correspondem aos efeitos que provocam transformações em seu beneficiário ou contribuem para a resolução de um determinado problema, já os produtos correspondem aos efeitos que asseguram a prestação de serviços públicos e a entrega de bens ou que suportam a atuação da unidade nesse sentido.

Os resultados ou produtos requeridos para o pleno cumprimento da situação futura pretendida dependem da existência de uma carteira de projetos e processos estratégicos, aqui denominados, em conjunto, pelo termo genérico 'iniciativas'. Por iniciativa entende-se qualquer esforço requerido para, em razão de um conjunto de tarefas decorrente de sua atuação, ou o alcance de resultados ou a entrega de produtos.

O projeto é um esforço temporário e singular, com início e fim bem definidos, conduzido por pessoas que utilizam recursos limitados para atingir objetivos particulares a partir da entrega de produtos, serviços ou resultados preestabelecidos. Já o processo é um esforço regular e cíclico, com entradas, processamentos e saídas bem definidos, a partir de uma sequência de ações de forma encadeada, conduzido por pessoas ou sistemas como resposta a um evento para atingir objetivos particulares a partir da entrega de produtos, serviços ou resultados preestabelecidos.

As iniciativas elencadas, em conjunto, correspondem ao Plano de Iniciativas e Metas que funciona como um norteador de sua atuação, uma vez que indica aonde se quer chegar em médio e longo prazo. Portanto, é a partir desse rol de iniciativas que o Instituto traça os caminhos a serem percorridos para o cumprimento de sua visão de futuro e, dessa maneira, revela a forma pela qual os objetivos globais e específicos do Instituto serão perseguidos, dentro de um determinado período.

É consensual a concordância de que cada iniciativa integrante do presente PE deve conter, inevitavelmente, uma meta, um prazo, um responsável e um indicador específico. A meta representa uma expressão numérica do objetivo sob quaisquer medidas que permitam efetuar cálculos e comparações. O prazo representa o período acordado para a conclusão da iniciativa. O responsável é a pessoa encarregada pelo acompanhamento sobre a execução da iniciativa. Por último, o indicador representa uma medida que permite detectar o alcance, ou não, de uma meta.

O Plano de Iniciativas e Metas está disposto no anexo 7 deste documento, cujo período de validade é de três anos, iniciado a partir de 1º de janeiro de 2023 e concluído até 31 de dezembro de 2025. Em caso de necessidade, os líderes técnicos requisitarão a participação, sob a forma de contribuição específica ou eventual, de outras unidades administrativas responsáveis por essas atividades finalísticas ou de suporte diretamente afetadas pelo Plano de Iniciativas e Metas.

Todavia, é por intermédio dos conhecimentos, habilidades e atitudes de seu quadro de pessoal que o Instituto colocará em prática as iniciativas previstas no seu Plano de Iniciativas e Metas. Em razão dessa aceção e diante dos princípios da precaução e da prudência, levantou-se as competências existentes e o quantitativo real de seu quadro de pessoal para, em seguida, determinar o quantitativo ideal e as competências requeridas frente às iniciativas e metas previstas.

Como não houve congruência entre os dois cenários, o INEA formulou e detalhou ações preventivas e/ou corretivas como resposta para suprimir essa lacuna. A determinação do quantitativo real e das competências existentes na situação atual, a indicação do quantitativo ideal e das competências requeridas pela situação futura e as respostas exigidas para o estreitamento entre os dois cenários, correspondem, em conjunto, ao Plano de Gestão de Pessoas, conforme disposto no anexo 8.

De posse de seu Plano de Iniciativas e Metas e de seu Plano de Gestão de Pessoas, o INEA identificou os principais fatores de risco, sejam estes potenciais ou reais, ao adequado andamento de ambos os planos, com a intenção de antecipar soluções e prever estratégias de atuação para ou reduzir a probabilidade de ocorrência, ou minimizar o efeito dos possíveis danos. Os fatores críticos mapeados ao adequado andamento de ambos os planos foram analisados previamente e, posteriormente, classificados por ordem de criticidade de acordo com dois critérios de julgamento: probabilidade de ocorrência e gravidade de impacto.

As categorias de classificação utilizadas para a hierarquização dos fatores críticos foram: muito alta, alta, moderada, baixa ou muito baixa (Quadro 6). Em razão dessa categorização, o Instituto desenvolveu estratégias de tratamento para ou aumentar as oportunidades, ou mitigar as ameaças em torno desses fatores críticos de modo a evitá-los, reduzi-los, transferi-los ou aceitá-los (Quadro 7). As estratégias de tratamento para cada

fator de risco identificado, em conjunto, correspondem ao Plano de Contingências, conforme disposto no anexo 10.

Quadro 6: Classificação do fator de risco

Categoria	Probabilidade	Gravidade
Muito Alta	$\geq 80\%$	$\geq 15\%$
Alta	$\geq 60\%$ e $< 80\%$	$\geq 10\%$ e $< 15\%$
Moderada	$\geq 40\%$ e $< 60\%$	$\geq 5\%$ e $< 10\%$
Baixa	$\geq 20\%$ e $< 40\%$	$\geq 1\%$ e $< 5\%$
Muito Baixa	$< 20\%$	$< 1\%$

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Quadro 7: Estratégia de tratamento do fator de risco

<b>Gravidade</b>	Muito Alta	Transferir	Transferir	Evitar	Evitar	Evitar
	Alta	Transferir	Transferir	Transferir	Evitar	Evitar
	Moderada	Aceitar	Transferir	A definir	Reduzir	Evitar
	Baixa	Aceitar	Aceitar	Reduzir	Reduzir	Reduzir
	Muito Baixa	Aceitar	Aceitar	Aceitar	Reduzir	Reduzir
<b>Categoria</b>	Muito Baixa	Baixa	Moderada	Alta	Muito Alta	
<b>Probabilidade</b>						

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Na forma “evitar”, promoveu-se a alteração do plano de ação da iniciativa a fim de eliminar a condição que a expunha à ocorrência do evento ou à gravidade do impacto. Na forma “reduzir”, promoveu-se a concepção de respostas para minimizar a probabilidade de ocorrência do evento ou a gravidade do impacto até o fator de risco tornar-se aceitável. Na forma “transferir”, promoveu-se a transferência das consequências do evento, bem como a responsabilidade de resposta, a quem estivesse mais bem preparado para enfrentá-lo. Por último, na forma “aceitar”, conviveu-se com o fator de risco uma vez que ou sua criticidade é baixa, ou é improvável o evento.

Ademais, cumpre registrar que é sabida a existência de certos fatores que podem determinar o fracasso ou sucesso de qualquer plano, segundo vasta literatura acadêmica sobre o assunto. Nesse sentido, a continuidade do presente PE requer algumas posturas para restaurar iniciativas interrompidas por eventos de qualquer natureza. As estratégias de

precaução sobre os eventos críticos mais prováveis de interrupção das iniciativas, em conjunto, correspondem ao Plano de Continuidade, conforme disposto no anexo 11.

As principais causas de fracasso são: i) não foi destinado tempo adequado para o planejamento; ii) as metas e os objetivos foram mal estabelecidos ou não foram compreendidos pelos escalões inferiores; iii) os produtos da iniciativa não estavam bem definidos; iv) a equipe se encontrava mal treinada ou sem liderança; v) o sistema de controle de mudanças era inadequado; vi) não foram consideradas as questões políticas e culturais existentes; vii) os envolvidos não tinham capacidade técnica para realizar as atividades; e viii) não foram considerados eventos que ocorreram durante a iniciativa que impactaram na sua realização.

Já as principais causas de sucesso são: i) comprometimento da alta liderança e suporte executivo durante todo o ciclo de vida da iniciativa; ii) envolvimento das partes interessadas desde a formulação até a avaliação; iii) ampla experiência ou alta capacidade de liderança do gestor; iv) integrantes da equipe de trabalho bem preparados e engajados; v) objetivos bem estabelecidos e compreendidos por todos os envolvidos; vi) escopo de trabalho muito bem definido; vii) disponibilidade orçamentária e financeira; e viii) comunicação eficaz e alinhamento permanente.

Por último, cumpre registrar também que todo e qualquer processo de planejamento e de gerenciamento só é eficaz se for sustentado por ações de comunicação interna e externa fundamentadas por evidências tempestivas, de modo a promover o alinhamento interno, além de incutir o engajamento no seu corpo funcional

Nessa linha, o Instituto conta com uma página específica de divulgação institucional, Extranet, com uma plataforma contendo gráficos, mapas e tabelas dinâmicas, Ambiente+, e com um Painel de Indicadores de Esforço, Gestão à Vista, ambos com o intuito de fornecer dados e informações aos gestores de modo a subsidiar o processo decisório no sentido de reforçar comportamentos ou de corrigir rumos frente aos acordos firmados.

A Extranet é um canal de divulgação institucional contínuo sobre os principais feitos e conquistas naquele momento a partir de notas explicativas ao público interno. Nela, também, são difundidas todo e qualquer tipo de informações de interesse estratégico a fim de promover o alinhamento organizacional (Figura 9).

Já a plataforma Ambiente+ é uma ferramenta *on-line* de transparência e prestação de contas à sociedade que reúne, num só lugar, dados e informações sobre diversas frentes de atuação do órgão com periodicidade de atualização regular (Figura 10).

Por fim, o Gestão à Vista é um painel estático que contempla a série histórica anual de cerca de 100 indicadores de esforço, distribuídos por todos os 10 eixos de atuação, de modo a permitir a comparação sobre o seu desempenho ao longo do tempo (Figura 11).

Figura 9: Página da Extranet

**extranet seas inea** Suporte II Webmail 'Ola, Carlos Alberto' Buscar...

HOME INSTITUCIONAL NOTÍCIAS SERVIÇOS SERVIDORES SISTEMAS CONTATOS

### Planejamento Estratégico

O Instituto Estadual do Ambiente (Inea), órgão vinculado à Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), apresenta seu Plano Estratégico. O objetivo é maximizar os resultados das políticas públicas e estimular a melhoria contínua na prestação de serviços públicos do instituto, além de promover a transparência nas ações e a prestação de contas no setor público.

O Planejamento Estratégico é um instrumento de planejamento e gestão pública que almeja orientar a atuação do instituto, dentro de um determinado período, com objetivos e metas pré-definidos, e explicita a política de governança de gestão e resultados.

Para tanto, foi necessária a realização de 18 oficinas de formulação estratégica ao longo do último quadrimestre de 2020, tanto na modalidade presencial quanto à distância, as quais contaram com a presença, em média, de 30 participantes que representaram todas as diretorias e níveis decisórios.

Nesta página estão os principais pontos do Planejamento Estratégico do Inea – bem como os objetivos, iniciativas e indicadores de cada eixo de atuação do órgão. Conheça o plano e saiba como você e seu setor vão contribuir para elevar a qualidade na prestação dos serviços do instituto e a satisfação da sociedade com as entregas do instituto.

O documento na íntegra está disponível [aqui](#).

A unidade administrativa do Inea responsável por garantir a implantação da estratégia e por assessorar tecnicamente os processos de gestão da Instituição é a Gerência de Gestão de Resultados (GERGER), da Diretoria de Gente e Gestão (DIRGSES).

A atuação da GERGER envolve as instâncias de monitoramento, os processos de trabalho, os instrumentos (ferramentas, documentos etc), o fluxo de informações e o comportamento de pessoas envolvidas direta, ou indiretamente, no direcionamento, monitoramento e avaliação da estratégia da organização.

**Gerência de Gestão e Resultados**  
Gerente: Carlos Couto  
E-mail: carloscouto.inea@gmail.com

**Serviço de Governança**  
Chefe de Serviço: Tatiana Guimarães  
E-mail: tatibragui@gmail.com

**Serviço de Gestão de Projetos**  
Chefe de Serviço: Teresa Muiyler  
E-mail: teresamuiyler@gmail.com

Endereço: Sede da Seas e do Inea (Avenida Venezuela, 110 – 6º andar)  
Telefone: 2334-5357

### Acesso Direto

MATA ATLÂNTICA

BIBLIOTECA CENTRAL DO INEA

CÁ ENTRE NÓS

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Figura 10: Plataforma Ambiente+

**ambiente mais**

- Licenciamento ambiental e acompanhamento de licenças
- Prevenção de acidentes e recuperação ambiental
- Fiscalização e combate às infrações ambientais
- Qualidade ambiental do ar, água e solo
- Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
- Comunicação com a sociedade e gestão do conhecimento

**inea** instituto estadual do ambiente  
Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

Rio20 e Nova de Anos 30

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Figura 11: Painel Gestão à Vista

																
Item	Indicador	Unid.	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Licenciamento ambiental e pós-licença	Número de licenças, certidões, autorizações emitidas	nº	1.383	2.268	3.109	3.336	3.583	3.543	3.406	3.155	3.392	3.939	4.911	3.156	3.029	3.804
	Porcentual de licenças, certidões e autorizações emitidas dentro do prazo legal	%	24	39	43	40	46	41	37	42	50	60	46	37	35	48
	Porcentual de rejeição do passivo de licenças, certidões e autorizações	%	Inac.	Inac.	Inac.	Inac.	Inac.	Inac.	Inac.	Inac.	45	54	73	75	76	78
	Tempo de emissão das licenças, certidões e autorizações emitidas	nº	574	374	385	423	406	408	470	737	817	844	849	629	1075	664
	Número de vistorias de licenciamento e de acompanhamento de condicionantes (Dilam)	nº	3.383	2.982	2.273	3.237	3.839	3.036	1.785	1.214	1.006	1.073	1.007	237	626	562
Fiscalização ambiental e combate de irregularidades	Número de vistorias de licenciamento e de acompanhamento de condicionantes (Sup-3)	nº	633	1.036	2.246	2.462	3.663	3.085	3.683	3.236	2.392	2.367	1.818	996	1.443	737
	Número de vistorias de acompanhamento de condicionantes (Gellam)	nº	Inac.	Inac.	Inac.	Inac.	Inac.	Inac.	Inac.	369	525	476	741	672	247	
	Número de estudos de impacto ambiental realizados	nº	15	22	22	17	4	15	4	6	2	4	4	9	2	3
	Número de municípios habilitados ao licenciamento ambiental	nº	39	41	42	44	50	52	55	56	57	68	59	59	61	67
<hr/>																
Item	Indicador	Unid.	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Fiscalização ambiental e combate de irregularidades	Número de vistorias de fiscalização (Superintendências)	nº	Inac.	Inac.	Inac.	Inac.	Inac.	Inac.	Inac.	2.484	2.845	3.350	4.572	4.821	4.719	2.240
	Número de vistorias de fiscalização (Digos)	nº	87	148	155	200	190	213	208	540	700	771	702	279	329	471
	Número de vistorias de fiscalização (Geca)	nº	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4	1.572	1.531	2.169	2.144	934	1.124	3.514	3.748
	Número de autos de infração emitidos (Digos)	nº	50	467	76	83	371	938	1.428	1020	1076	1453	1.446	1.447	800	782
	Número de autos de infração emitidos (Superintendências)	nº	89	926	810	918	1677	1264	1036	1114	763	843	674	306	208	312
	Número de autos de constatação	nº	938	1341	1392	2799	3006	2839	2310	1716	1224	1393	1.317	518	764	668
	Valor monetário decorrente da aplicação de multas ambientais	R\$ milhões	9.163	16.518	63.168	45.442	67.154	36.872	128.993	17.938	64.837	48.408	117.817	56.705	46.618	131.147
	Valor monetário arrecadado decorrente da aplicação de multas ambientais	R\$ milhões	35,4	35,4	1.266	2.200	1.347	2.104	18.707	12.805	3.855	4.177	1.959	1.785	1.574	3.813
	Número de medidas cautelares impostas (ab-ventosa, suspensão, apreensão e embargos)	nº	42	82	236	407	848	672	716	500	372	523	471	272	314	145
	Número de análises de sanção a autos de infração	nº	Inac.	Inac.	312	256	465	480	749	1.435	1.487	1.101	740	579	280	316
Área com irregularidades identificadas	Número de análises de sanção a autos de infração conclusivas	nº	Inac.	Inac.	87	264	473	437	404	462	563	757	572	368	182	250
	Número de alertas de supressão da regularização autorizada	nº	Inac.	Inac.	Inac.	Inac.	Inac.	Inac.	Inac.	350	354	229	73	67	327	
	Área com irregularidades identificadas	ha	Inac.	Inac.	Inac.	Inac.	Inac.	Inac.	Inac.	74,23	78,71	42,18	29,88	177,68	134,91	21,82

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

## 4 Monitoramento e controle

Neste capítulo será explicitada a política de governança do plano em termos de tipos de mecanismos de monitoramento e controle que serão necessários incorporar no decorrer do processo de sua execução, com o intuito de provocar decisões da alta direção em tempo hábil para a correção de rumos e com isso assegurar o cumprimento do Plano de Iniciativas e Metas. Após, serão apresentados os indicadores de acompanhamento do plano, os quais permitirão verificar o avanço das ações e identificar o grau de alcance dos objetivos.

### 4.1 Ritos de acompanhamento

Um desafio importante na gestão pública é saber o que funciona e por que funciona. Isso implica realizar diagnósticos precisos por meio do uso de evidências que sustentam ou contradigam uma afirmação, suposição ou hipótese. Contudo, não se restringe à coleta e à análise dos dados disponíveis. Pelo contrário, deve ir além da produção de índices, escalas comparativas e relatórios gerenciais. Logo, exige-se formular questionamentos e interrogar causas para investir em soluções para a superação dos problemas, restrições e deficiências identificados. Com isso, intenta fornecer informações relevantes e oportunas para provocar decisões táticas em tempo hábil com a finalidade de assegurar o cumprimento do plano e, por conseguinte, a obtenção da situação futura pretendida.

Nesse sentido, os ritos de acompanhamento – seja sob a forma de monitoramento ou sob a forma de controle – são realizados para verificar se tudo aquilo que foi incluído no plano está, de fato, sendo perseguido e se as iniciativas estão gerando as devidas entregas esperadas, ao passo que pretende, inclusive, identificar a ocorrência de impedimentos ou desvios durante a sua execução. Em que pese tal contexto, recai sobre diversos atores o desempenho de certos papéis previstos pela sistemática de acompanhamento (Quadro 8).

O monitoramento é passivo e se restringe ao acompanhamento para reportar avanços na execução em comparação com o planejado, já o controle é ativo e contempla ainda o acompanhamento para assessorar a execução sob um corte temporal próximo. A forma e frequência de interação a ser exercida pela equipe de acompanhamento junto à cada líder de iniciativa dependerá da categorização obtida durante o processo de aceitação conforme disposto no anexo 7.

Durante o monitoramento são realizadas reuniões de supervisão que servem para a apresentação da situação atual dos cronogramas de execução física e para dialogar sobre o desempenho observado e as causas que estão dificultando o andamento da iniciativa, se for o caso. Durante o controle são realizadas reuniões de coordenação que servem para, além do escopo anterior, suportar a superação dos marcos críticos a partir da indicação de diretrizes de atuação por ordem de relevância e prioridade e da resolução de problemas, eliminação de restrições e superação de deficiências, desde que ordinárias (Quadro 9).

Quadro 8: Papéis previstos pela sistemática de acompanhamento

Papéis de acompanhamento	
Papel	Responsabilidade associada
Direção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Explicitar o direcionamento estratégico sobre casos não previstos</li> <li>• Aprovar providências de cunho sistêmico para correção de desvios ou superação de impedimentos</li> </ul>
Líder técnico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhar o progresso sobre os marcos críticos</li> <li>• Identificar a ocorrência de desvios ou impedimentos durante a execução</li> <li>• Propor soluções preventivas ou corretivas sistêmicas ou ordinárias</li> <li>• Apoiar a execução do cronograma ou plano de ação</li> </ul>
Ponto focal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apurar e atualizar o progresso do cronograma ou plano de ação</li> <li>• Reportar os progressos parciais</li> </ul>
Equipe de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pôr em execução o cronograma ou plano de ação</li> <li>• Atuar na correção de desvios e na superação de impedimentos</li> </ul>
Equipe de acompanhamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assessorar o líder técnico, o ponto focal e a equipe de trabalho</li> <li>• Conduzir as reuniões de acompanhamento</li> <li>• Elaborar relatórios parciais de acompanhamento</li> <li>• Manter uma base de dados e de informações</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

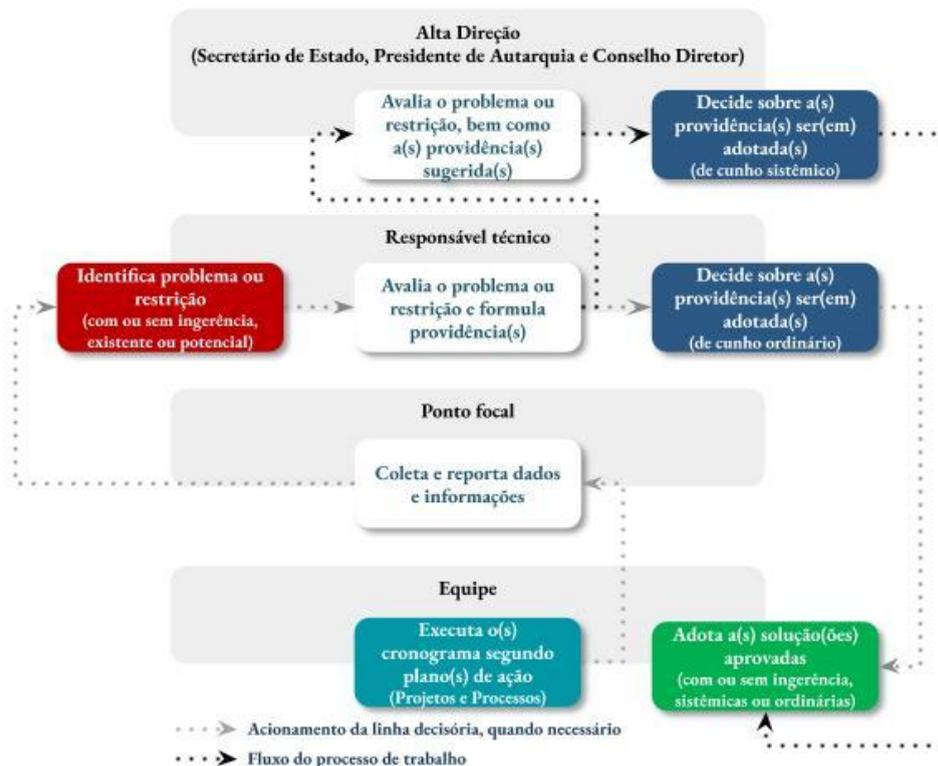
Quadro 9: Reuniões previstas pela sistemática de acompanhamento

Reuniões de acompanhamento			
Tipo	Periodicidade	Participantes	Finalidade
Supervisão	Trimestral	Líderes e equipe de trabalho	Acompanhar para reportar os avanços em comparação com o planejado, além de identificar impedimentos
Coordenação	Mensal	Líderes e equipe de trabalho	Apoiar a execução e a superação dos marcos críticos, além da resolução de problemas ou eliminação de restrições ordinárias
Correção	Conforme necessidade	Alta direção e líderes com impedimentos	Apontar e aprovar soluções em tempo hábil para a resolução de problemas ou eliminação de restrições sistêmicas Deliberar sobre a alocação de recursos e definição de prioridades em situação de limitação de recursos
Alinhamento	Semestral	Alta direção e corpo gerencial	Comunicar o panorama atual, assinalar as dificuldades enfrentadas e as lições aprendidas e difundir boas práticas

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Na ocasião de desvios de execução ou identificação de problemas, restrições e deficiências, quando constatados impedimentos de caráter sistêmico durante as reuniões de supervisão ou de coordenação, deverão ser realizadas reuniões de correção que servem para apontar e aprovar providências em tempo hábil no sentido de superá-los, de modo a, assim, corrigir os rumos em direção ao planejado (Figura 12). Com isso, pretende-se eliminar impedimentos a partir da identificação de insuficiências de meios, atrasos na execução ou desvios de objetivos. Concomitantemente, serve de fórum para deliberar sobre a alocação de recursos e definição de prioridades em situação de limitação de recursos.

Figura 12: Fluxo de superação dos impedimentos identificados



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Adicionalmente, de tempos em tempos, deverão ser realizadas reuniões de alinhamento que servem para comunicar o panorama atual, assinalar as dificuldades enfrentadas e as lições aprendidas e difundir boas práticas perante as demais unidades, sob os pilares da comunicação institucional, engajamento e direcionamento estratégico.

Por último, devem ser elaborados relatórios de situação e de correção. O primeiro serve para comunicar a performance obtida em cada iniciativa até uma certa data de apuração, durante as reuniões de supervisão e de correção. Ao mesmo tempo, serve para expor os atrasos na execução ou os desvios de objetivos em comparação com o planejado, para explicar os porquês da ocorrência dos atrasos ou desvios e para indicar as medidas adotadas frente aos problemas, obstáculos e impedimentos identificados.

Já o segundo serve para apresentar as medidas necessárias para a correção dos rumos ou para a superação dos problemas e restrições, após as reuniões de correção. Ao mesmo tempo, serve para descrever a situação-problema, a medida necessária, o responsável, o prazo de execução e a estratégia de atuação. Ambos devem conter informações relevantes de forma sumarizada, porém com o nível de detalhamento suficiente para expor a situação da iniciativa e suficientes para a implantação das medidas.

A responsabilidade pelos ritos de monitoramento e controle do Plano de Iniciativas e Metas compete à Gerência de Gestão e Resultados (GERGER), cuja relação dos membros da equipe de trabalho, com suas devidas responsabilidades associadas, está disposta no anexo 4 deste documento.

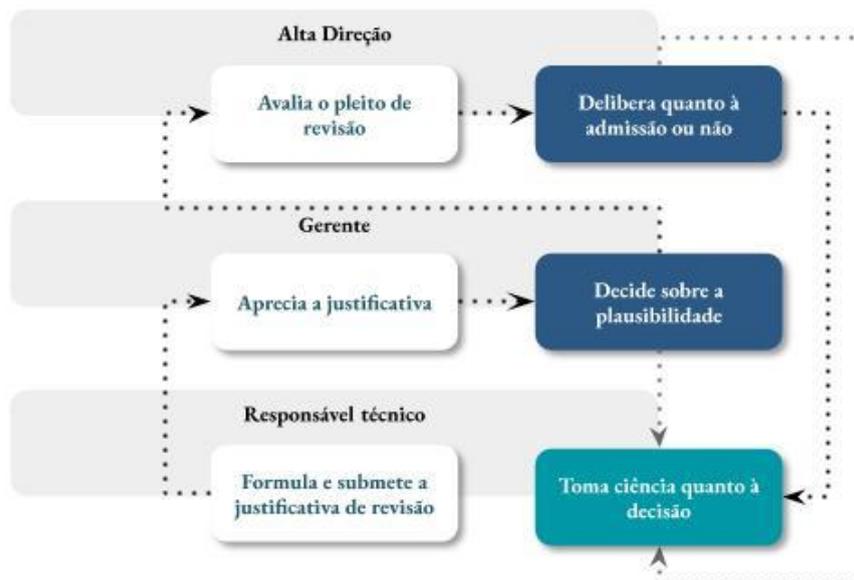
#### 4.2 Revisão parcial ou extraordinária

Em caso de o desempenho da iniciativa permanecer insatisfatório, apesar dos ritos de acompanhamento, é preciso que o encarregado adote novas estratégias ou, até mesmo, provoque uma reestruturação na sua forma de execução, se for o caso.

Por outro lado, se o desempenho não satisfatório da iniciativa tiver como origem a ocorrência de fatores fora de sua competência, serão admitidas revisões pontuais no Plano de Iniciativas e Metas a cada novo exercício, além de outras revisões extraordinárias, caso se fizerem imperativas antes dessa janela temporal.

Os pleitos de revisão parcial ou extraordinária só poderão ser admitidos em caso de comprovação mediante a submissão de justificativa por escrito por parte do requerente à Gerência de Gestão e Resultados (GERGER), após a devida anuência do superior imediato (Figura 13).

Figura 13: Fluxo de revisão parcial ou extraordinária



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

### 4.3 Indicadores de acompanhamento

A fim de verificar a eficiência do Plano de Iniciativas e Metas, foram estabelecidos 3 indicadores para averiguar o grau de progresso parcial das iniciativas ao longo do período de vigência do plano estratégico (Tabela 1).

Com isso, intenta-se orientar e mobilizar esforços e recursos para assegurar a consecução da situação futura pretendida de modo a transformar as intenções planejadas em resultados e produtos reais.

Tabela 1: Indicadores de acompanhamento do Plano de Iniciativas e Metas

Indicadores de acompanhamento			
Indicador	Meta	Fórmula de cálculo	Forma de interpretação
Percentual de iniciativas em andamento	85	Razão entre o número de iniciativas em andamento e o número total de iniciativas	Quanto maior, melhor
Percentual de iniciativas com desvios de prazo	40	Razão entre o número de iniciativas fora do prazo e o número total de iniciativas	Quanto menor, melhor
Percentual de iniciativas com revisão de escopo	25	Razão entre o número de escopos revistos e o número total de escopos	Quanto menor, melhor

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

## 5 Avaliação

Neste capítulo será abordada a forma pela qual o Plano de Iniciativas e Metas será submetido à medição, julgamento e comunicação sobre o valor a respeito das iniciativas em si. Em seguida, serão expostos os relatórios de avaliação e os indicadores de performance previstos pela governança, os quais subsidiarão a averiguação de sua plena consecução, ou não, e, com isso, propiciar a melhoria contínua e a aprendizagem sistemática.

### 5.1 Tipos de avaliação

Um importante desafio após a implementação de qualquer Plano Estratégico é saber se os objetivos propostos pelas iniciativas foram alcançados, se as entregas previstas foram geradas, se a qualidade esperada foi atendida ou, por último, se as medidas surtiram efeito sobre os seus beneficiários. Apenas com a submissão das iniciativas contempladas pelo plano às pesquisas ou estudos avaliativos é que será possível otimizar o uso de recursos, aprimorar a forma de atuação e incrementar os efeitos das iniciativas. Isso só é exequível a partir do uso de métodos científicos, sejam estes quantitativos ou qualitativos, pautados em evidências robustas e em diagnósticos precisos.

Nesse contexto, emerge a avaliação com a finalidade de medir, julgar e comunicar o valor a respeito das iniciativas em si ou de seus componentes de modo a averiguar sua consecução, ou não. Contudo, não se restringe ao cumprimento ou não de seus objetivos e metas. Pelo contrário, vai muito além dos índices, escalas comparativas e relatórios, uma vez que almeja indicar medidas preventivas ou corretivas para corrigir planos, modificar políticas ou, inclusive, rever estratégias de atuação com vistas à aprendizagem sistemática e à melhoria contínua.

Para tanto, são utilizadas técnicas de avaliação como *outcomes*, *outputs* e *portfólio*, fundamentadas nos dados e informações advindos dos cronogramas e planos de ação das iniciativas e de seus respectivos relatórios de performance (Quadro 10).

Quadro 10: Avaliações previstas pela sistemática de avaliação

Modalidades de avaliação			
Tipo	Objeto	Aplicação	Finalidade
<i>Outputs</i>	Produto	Aperfeiçoamento das iniciativas	Mensurar a eficiência no uso dos recursos em termos de quantidade, qualidade, custo e prazo
<i>Outcomes</i>	Resultado	Aperfeiçoamento na alocação dos recursos	Mensurar a eficácia no uso dos recursos em termos de objetivos e metas
<i>Portfolio</i>	Carteira	Aperfeiçoamento do plano estratégico	Mensurar o alcance da missão e visão

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

## 5.2 Relatórios de avaliação

Em função dos julgamentos de valor, são elaborados relatórios de avaliação que servem para atender a dois objetivos principais: i) mensurar a eficiência e eficácia no uso dos recursos; e ii) apreciar a performance do Instituto sobre o grau de cumprimento da situação futura acordada.

Ao mesmo tempo, além dos citados objetivos centrais, os relatórios de avaliação também servem para propiciar a melhoria contínua das políticas públicas ofertadas, dos bens entregues e dos serviços prestados, e para averiguar a experiência de governança. Logo, parte-se do princípio de que efetuar um balanço final sobre cada iniciativa em si e sobre a carteira como um todo propicia a aprendizagem sistemática e a melhoria contínua.

O relatório de avaliação da iniciativa é o documento que registra formalmente a interpretação sobre os resultados e produtos decorrentes de sua intervenção, além da demonstração sobre a curva de aprendizado. Portanto, deve conter dados e informações relevantes de forma sumarizada, porém com o nível de detalhamento suficiente para expor os resultados e produtos obtidos, os obstáculos enfrentados, as soluções encontradas para superá-los, as lições aprendidas durante a experiência, as expectativas de mudanças e os desdobramentos futuros. Com base nos relatórios de avaliação de cada iniciativa, é elaborado um relatório de avaliação da carteira da governança como um todo para aperfeiçoar iniciativas futuras, replicar casos de sucesso e evitar repetição de erros.

## 5.3 Indicadores de performance

Com o intuito de verificar o grau de eficácia do Plano de Iniciativas e Metas, foram estabelecidos 3 indicadores para constatar o pleno alcance, ou não, dos objetivos e metas. O indicador, como o nome já diz, representa apenas um indicativo acerca da atuação do Instituto. Logo, só se mede aquilo que é útil e relevante (Tabela 2).

Tabela 2: Indicadores de performance do Plano de Iniciativas e Metas

Indicadores de performance			
Indicador	Meta	Fórmula de cálculo	Forma de interpretação
Número de objetivos e metas alcançados	80	Somatório de objetivos e metas alcançados	Quanto maior, melhor
Percentual de iniciativas entregues dentro do prazo	70	Razão entre o número de iniciativas dentro do prazo e o número de iniciativas concluídas	Quanto maior, melhor
Percentual de iniciativas revistas	25	Razão entre o número de iniciativas revistas e o número total de iniciativas	Quanto menor, melhor

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

# ANEXOS

## 1 Plano de trabalho do PE

Plano de trabalho				
Atividade	Responsável	Data de início	Data de término	Peso
<b>Etapa da Premissa</b>	<b>Carlos Couto</b>	<b>01/01/2023</b>	<b>20/02/2023</b>	<b>10</b>
1.1 Apresentação dos propósitos e diretrizes	Carlos Couto	01/01/2023	15/01/2023	1
1.2 Indicação da abrangência e da validade	Carlos Couto	15/01/2023	30/01/2023	1
1.3 Identificação da equipe de elaboração	Carlos Couto	15/01/2023	20/01/2023	1
1.4 Exposição da metodologia aplicada	Carlos Couto	20/01/2023	20/02/2023	3
1.5 Exposição dos critérios de seleção e de priorização das iniciativas do plano	Carlos Couto	01/02/2023	15/02/2023	1
1.6 Alinhamento do plano com outras peças de planejamento	Carlos Couto	01/02/2023	20/06/2023	3
<b>Etapa do Diagnóstico e Direcionamento</b>	<b>Carlos Couto</b>	<b>20/02/2023</b>	<b>30/03/2023</b>	<b>20</b>
2.1 Definição da missão, visão e dos valores	Deise Delfino	20/02/2020	28/02/2023	3
2.2 Apreciação do histórico	Carlos Couto	20/02/2023	28/02/2023	2
2.3 Análise ambiental	Carlos Couto	01/03/2023	30/03/2023	5
2.4 Diagnóstico situacional	Carlos Couto	01/03/2023	30/03/2023	5
2.5 Definição dos objetivos	Deise Delfino	10/03/2023	30/03/2023	3
<b>Etapa do Planejamento e Gerenciamento</b>	<b>Carlos Couto</b>	<b>01/04/2023</b>	<b>30/10/2023</b>	<b>40</b>
3.1 Direcionamento estratégico	Diane Rangel	01/04/2023	30/10/2023	5
3.2 Identificação dos resultados e produtos	Carlos Couto	01/04/2023	30/10/2023	5
3.3 Construção do plano de iniciativas e metas	Carlos Couto	01/04/2023	30/10/2023	10
3.4 Construção do plano de gestão de pessoas	Carlos Couto	01/06/2023	30/10/2023	5
3.5 Construção do plano de contingências	Carlos Couto	01/08/2023	30/10/2023	5
3.6 Construção do plano de continuidade	Carlos Couto	01/08/2023	30/10/2023	5
3.7 Identificação dos fatores críticos	Carlos Couto	01/09/2023	30/10/2023	5

<b>Etapa do Controle e Monitoramento</b>	<b>Carlos Couto</b>	<b>01/08/2023</b>	<b>15/08/2023</b>	<b>5</b>
4.1 Exposição dos ritos de acompanhamento	Carlos Couto	01/08/2023	15/08/2023	2
4.2 Definição dos ritos de revisão parcial ou extraordinária do plano	Carlos Couto	01/08/2023	15/08/2023	1
4.3 Determinação das métricas dos indicadores de acompanhamento	Carlos Couto	01/08/2023	15/08/2023	2
<b>Etapa da avaliação</b>	<b>Carlos Couto</b>	<b>15/08/2023</b>	<b>31/08/2023</b>	<b>5</b>
5.1 Indicação dos tipos de avaliação do plano	Carlos Couto	15/08/2023	31/08/2023	2
5.2 Exposição dos tipos de relatórios de avaliação do plano	Carlos Couto	15/08/2023	31/08/2023	1
5.3 Determinação das métricas dos indicadores de performance	Carlos Couto	15/08/2023	31/08/2023	2
<b>Etapa da Formalização</b>	<b>Carlos Couto</b>	<b>01/06/2023</b>	<b>10/11/2023</b>	<b>20</b>
6.1 Consolidação do plano	Teresa Muylaert	01/06/2023	20/10/2023	10
6.2 Validação do plano	Carlos Couto	20/10/2023	30/10/2023	5
6.3 Aprovação e publicação do plano	Philippe Campelo	01/11/2023	10/11/2023	5

## 2 Equipe de formulação do PE

Equipe de trabalho		
Nome	Setor	Responsabilidades
Carlos Couto	GERGER	Gestor do projeto responsável pelas diretrizes estratégicas, pelas definições dos componentes, pela organização das atividades, pelo levantamento das iniciativas e pela superação dos impedimentos
Felipe Rodrigues	SERVGGOV	Líder de frente de trabalho responsável por algumas entregas do projeto, notadamente cadastramento e validação das iniciativas propostas
Teresa Muylaert	SERVPRO	Líder de frente de trabalho responsável por algumas entregas do projeto, notadamente consolidação do documento e seus anexos

### 3 Alinhamento do PE

Alinhamento estratégico			
Programa	Ação	Produto	Origem
Modernização tecnológica	Operacionalizar o processo administrativo digital	PAD operacionalizado	PPA 2020-2023
Modernização tecnológica	Atualizar o banco de dados georreferenciado	BDE atualizado	PPA 2020-2023
Modernização tecnológica	Disponibilizar aplicativo de condições ambientais para consulta externa	Aplicativo de comunicação de condições ambientais desenvolvido	PPA 2020-2023
Modernização tecnológica	Disponibilizar o banco de dados georreferenciado para consulta externa	Portal GEOINEA disponibilizado	PPA 2020-2023
Monitoramento da qualidade ambiental	Melhorar as condições de infraestrutura para oferecer melhores serviços de análise	Laboratório de análises químicas e biológicas reformado	PPA 2020-2023
Monitoramento da qualidade ambiental	Prover informações de bacias hidrográficas para permitir análises qualitativas	Plano de monitoramento da qualidade das águas implantado	PPA 2020-2023
Monitoramento da qualidade ambiental	Prover informações meteorológicas para permitir alertas	Radar meteorológico operacionalizado	PPA 2020-2023
Monitoramento da qualidade ambiental	Prover informações de bacias aéreas para permitir análises qualitativas	Rede de qualidade do ar operacionalizada	PPA 2020-2023
Monitoramento da qualidade ambiental	Prover informações meteorológicas para permitir análises qualitativas	Rede hidrometeorológica operacionalizada	PPA 2020-2023
Fortalecimento da gestão pública	Desenvolver competências técnicas e gerenciais no corpo funcional	Cursos de pós-graduação ofertados	PPA 2020-2023
Fortalecimento da gestão pública	Produzir e difundir conhecimento técnico-científico na temática ambiental	Concurso de produção acadêmica na área ambiental realizado	PPA 2020-2023
Pesquisa e controle ambiental	Publicizar dados e informações sobre a qualidade ambiental da água	Relatório de qualidade da água elaborado	PPA 2020-2023
Pesquisa e controle ambiental	Publicizar dados e informações sobre a qualidade ambiental do ar	Relatório de qualidade do ar elaborado	PPA 2020-2023
Saneamento ambiental e resíduos sólidos	Prover sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário	Sistema de tratamento de esgotamento sanitário construído	PPA 2020-2023

Alinhamento estratégico			
Programa	Ação	Produto	Origem
Saneamento ambiental e resíduos sólidos	Conter lixo flutuante em corpos hídricos afluentes da Baía de Guanabara	Contenção do lixo flutuante realizada pela ecobarreira	PPA 2020-2023
Saneamento ambiental e resíduos sólidos	Prover sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário	Sistema de esgotamento sanitário ampliado	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Melhorar a qualidade dos serviços disponíveis para aumentar a visitação	Concessão e permissão de uso em UC realizada	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Melhorar a qualidade dos serviços disponíveis para aumentar a visitação	Rede de contadores automáticos de visitantes nas UCs ampliado	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Publicizar dados e informações sobre zoneamento ecológico, econômico e costeiro	Zoneamento Ecológico e Econômico Costeiro (ZEEC) elaborado	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Prover ações de proteção sobre espécies silvestres ameaçadas de extinção	Ação de conservação do Formigueiro-de-cabeça-negra implantada	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Conservar a cobertura florestal para proteger a biodiversidade na flora e fauna	Área de supressão de vegetação monitorada	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Conservar a cobertura florestal para proteger a biodiversidade na flora e fauna	Cadastro Ambiental Rural realizado	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Conservar a cobertura florestal para proteger a biodiversidade na flora e fauna	Cadastro Ambiental Rural nas unidades de conservação analisado	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Reintroduzir animais silvestres para proteger a biodiversidade e preservar a fauna	Centro de reabilitação de animais silvestres implantado	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Prover ações de cidadania e de educação ambiental nas unidades de conservação	Eventos de ciclismo de montanha apoiados	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Publicizar dados e informações sobre trilhas e atrativos nas unidades de conservação	Guia de trilhas elaborado	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Publicizar dados e informações sobre espécies primatas nas unidades de conservação	Levantamento de primatas realizado	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Publicizar dados e informações sobre espécies silvestres ameaçadas de extinção	Lista da fauna silvestre ameaçada de extinção revisada	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Prover ações de proteção sobre espécimes vegetais endêmicas	Muda endêmica produzida	PPA 2020-2023

Alinhamento estratégico			
Programa	Ação	Produto	Origem
Proteção da biodiversidade	Conservar a cobertura florestal para proteger a biodiversidade na flora e fauna	Parque estadual criado	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Conservar a cobertura florestal para proteger a biodiversidade na flora e fauna	Plano de manejo elaborado	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Conservar a cobertura florestal para proteger a biodiversidade na flora e fauna	Programa de manejo de trilhas e atrativos realizado	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Conservar a cobertura florestal para proteger a biodiversidade na flora e fauna	Programa Estadual de RPPN operacionalizado	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Conservar a cobertura florestal para proteger mananciais de abastecimento	Programa Pacto pelas Águas realizado	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Prover ações de estímulo de práticas ambientais sustentáveis	Projeto Conexão Mata Atlântica realizado	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Prover ações de estímulo de práticas ambientais sustentáveis	Projeto de pagamento por serviços ambientais implantado	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Prover ações de regularização fundiária de unidades de conservação	Projeto de regularização fundiária realizado	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Prover ações de regularização florestal de imóveis rurais	Regularização ambiental pelo PRA realizada	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Reintroduzir animais silvestres para proteger a biodiversidade e preservar a fauna	Reintrodução de animais silvestres na natureza realizada	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Reintroduzir animais silvestres para proteger a biodiversidade e preservar a fauna	Reintrodução do Guará-vermelho realizada	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Reintroduzir animais silvestres para proteger a biodiversidade e preservar a fauna	Reintrodução do Jacutinga realizada	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Restaurar áreas degradadas para aumentar a cobertura vegetal	Restauração florestal realizada	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Produzir e difundir conhecimento técnico-científico sobre a flora e fauna	Bolsa de pesquisa concedida	PPA 2020-2023

Alinhamento estratégico			
Programa	Ação	Produto	Origem
Proteção da biodiversidade	Melhorar a qualidade dos serviços disponíveis para aumentar a visitação	Capacitação e reciclagem para condutores e guias de visitantes realizados	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Prover ações de estímulo à prática de voluntariado em parques estaduais	Vaga de voluntariado ofertada	PPA 2020-2023
Proteção da biodiversidade	Publicizar dados e informações sobre visitação em parques estaduais	Website Visite Parques Estaduais atualizado	PPA 2020-2023
Recuperação ambiental	Prover ações de controle e mitigação de cheias e riscos de inundações	Corpo hídrico recuperado	PPA 2020-2023
Recuperação ambiental	Prover ações de controle e mitigação de cheias e riscos de inundações	Ação de controle e mitigação de cheias e inundações realizada	PPA 2020-2023
Recuperação ambiental	Prover ações de controle e mitigação de cheias e riscos de inundações	Ação de revitalização e recuperação ambiental de corpos hídricos realizada	PPA 2020-2023
Recuperação ambiental	Prover ações de controle e mitigação de cheias e riscos de inundações	Drenagem de corpos d'água realizada	PPA 2020-2023
Recuperação ambiental	Publicizar dados e informações sobre suscetibilidade e risco de inundação	Estudo de controle de inundações realizado	PPA 2020-2023
Recuperação ambiental	Prover ações de retirada de pessoas vulneráveis ao risco de inundações	Indenização de pessoas vulneráveis concedida	PPA 2020-2023
Recuperação ambiental	Prover ações de controle e mitigação de cheias e riscos de inundações	Obra para mitigação de inundações implantada	PPA 2020-2023
Recuperação ambiental	Prover ações de retirada de pessoas vulneráveis ao risco de inundações	Trabalho socioambiental em obras para mitigação de inundações realizado	PPA 2020-2023
Governança das águas	Publicizar dados e informações sobre suscetibilidade e risco de inundação	Estudo de suscetibilidade e risco de inundação realizado	PPA 2020-2023
Governança das águas	Publicizar dados e informações sobre recursos hídricos	Plano de recursos hídricos atualizado	PPA 2020-2023
Governança das águas	Publicizar dados e informações sobre segurança de barragens	Política de segurança de barragens implementada	PPA 2020-2023
Governança das águas	Publicizar dados e informações sobre recursos hídricos	Sistema estadual de informações de recursos hídricos implantado	PPA 2020-2023

#### 4 Equipe de monitoramento e controle do PE

Equipe de trabalho		
Nome	Setor	Responsabilidades
Carlos Couto	GERGER	<p>Garantir a execução do plano de iniciativas e metas dentro do escopo e prazo acordado com a qualidade e quantidade necessária</p> <p>Apoiar a execução dos planos de ação para a superação dos marcos críticos</p> <p>Conduzir as reuniões de acompanhamento</p> <p>Apontar soluções e providências para a superação de problemas ou restrições ordinárias e sistêmicas</p> <p>Manter atualizada a página de comunicação institucional</p>
Felipe Rodrigues	SERVGOV	<p>Acompanhar a evolução real dos cronogramas e planos de ação em comparação com o planejado</p> <p>Apoiar a execução dos cronogramas e planos de ação para a superação dos marcos críticos</p> <p>Elaborar relatórios parciais de acompanhamento</p> <p>Manter atualizada as plataformas de divulgação institucional</p>
Teresa Muylaert	SERVPRO	<p>Acompanhar a evolução real dos cronogramas e planos de ação em comparação com o planejado</p> <p>Apoiar a execução dos cronogramas e planos de ação para a superação dos marcos críticos</p> <p>Organizar as reuniões de acompanhamento e a consolidação das informações dela decorrentes</p>

## 5 Indicadores e metas do PE

Indicadores e metas estratégicos	
Indicador	Meta
Número de centros de triagem e de atendimento criados	6
Percentual de redução do passivo de análise	50
Volume de lixo flutuante retirado	30000
Número de notificações preventivas de incêndio emitidas	2600
Número de notificações de defesa florestal emitidas	4500
Número de condutores de visitantes capacitados	300
Número de planos de manejo elaborados ou revisados	8
Número de unidades de conservação criadas	2
Número de espécimes reintroduzidos	60
Número de áreas de solturas cadastradas	6
Número de programas de recuperação ambiental aprovados	15000
Número de margem de corpo hídrico recuperado	20
Extensão de corpo hídrico canalizado	8000
Extensão de corpo hídrico desassoreado	240000
Número de estações hidrometeorológicas aferidas	36
Número de estações hidrometeorológicas instaladas	34
Número de acessos (portal, extranet e redes sociais)	510000
Número de auditorias de acompanhamento realizadas	3
Número de bolsas concedidas	25
Número de cadastros rurais analisados	26660
Número de listas de verificação de licenciamento atualizadas	30
Número de alunos atendidos	3030
Número de condutores de visitantes capacitados	300
Número de centros de triagem e de atendimento criados	6

Indicadores e metas estratégicos	
Indicador	Meta
Número de cursos ofertados	139
Número de participantes concluintes	3000
Número de listas de verificação de licenciamento atualizadas	30
Número de alunos atendidos	3030
Número de condutores de visitantes capacitados	300
Número de centros de triagem e de atendimento criados	6
Número de cursos ofertados	139
Número de participantes concluintes	3000
Número de rotas e circuitos ciclo turísticos implantados	2
Número de revistas publicadas	12
Número de procedimentos regulamentados	66
Percentual de estações de monitoramento substituídas	70
Número de visitantes atendidos	90000
Número de reservas particulares avaliadas	12
Número de publicações editadas	10
Número de radares integrados	2

## 6 Priorização das iniciativas do PE

Priorização das iniciativas				
Iniciativa	Nota	G <sup>1</sup>	U <sup>2</sup>	T <sup>3</sup>
Contratar serviços que forneçam suporte às atividades de recuperação e reabilitação ambiental	2,33	2	3	2
Desenvolver sistemas que forneçam suporte ao controle das atividades de gerenciamento de áreas contaminadas e reabilitadas	4,00	4	4	4
Ofertar capacitação em diretrizes de identificação de passivos ambientais	2,33	2	3	2
Regulamentar procedimentos e padrões de recuperação de ativos ambientais	3,33	4	2	4
Contratar serviços que forneçam suporte às atividades de atendimento às emergências ambientais	3,33	3	4	3
Ofertar capacitação em diretrizes de controle e resposta a acidentes ambientais tecnológicos	2,67	2	3	3
Regulamentar procedimentos de respostas às emergências ambientais	3,00	3	3	3
Regulamentar procedimentos do programa de acompanhamento de licenças da região do guandú e adjacências	3,67	5	3	3
Contratar serviços que forneçam suporte às atividades de fiscalização	3,67	3	5	3
Desenvolver sistemas que forneçam suporte ao controle das atividades de fiscalização	4,67	4	5	5
Ofertar capacitação em diretrizes de fiscalização, em especial, às superintendências	3,00	3	3	3
Regulamentar procedimentos de fiscalização e combate às infrações ambientais	3,33	3	3	4
Regulamentar procedimentos de cumprimento de condições de validade	3,00	3	3	3
Desenvolver sistemas que forneçam suporte ao controle das atividades de pós-licença	4,67	5	5	4
Ofertar capacitação em diretrizes de pós-licença, em especial, às superintendências	3,00	3	3	3
Regulamentar procedimentos de pós-licença	3,67	3	4	4
Implantar a auditoria de acompanhamento de execução do gasto público	3,00	3	4	2
Incorporar o uso de câmeras corporais durante as ações de fiscalização	3,67	5	5	1
Instituir o cadastro funcional para fins de integridade	3,33	3	5	2
Instituir ferramenta de gerenciamento de requerimentos de licenciamento e controle ambiental (FLUXO)	4,00	3	5	4
Elaborar o manual de licenciamento ambiental	2,00	2	3	1
Publicar o Compêndio de Legislação Estadual de Licenciamento Ambiental	2,33	2	2	3
Revisar a DZ-041.R-13 (EIA/RIMA)	4,00	4	5	3

<sup>1</sup> Gravidade

<sup>2</sup> Urgência

<sup>3</sup> Tendência

Priorização das iniciativas				
Iniciativa	Nota	G <sup>1</sup>	U <sup>2</sup>	T <sup>3</sup>
Ofertar Oficina de Licenciamento Ambiental	2,67	3	3	2
Revisar a Resolução INEA n° 136/2016 (procedimento simplificado de licenciamento ambiental)	3,33	4	4	2
Ofertar Encontro Interestadual de Licenciamento Ambiental	2,00	2	3	1
Alterar o Decreto Estadual n° 46.890/20219 (Regulamenta o SELCA)	4,00	4	5	3
Rever os procedimentos para a emissão de certidões de inexigibilidade	3,00	3	4	2
Regulamentar os requerimentos online de licenciamento	2,33	2	3	2
Elaborar o Manual do Usuário do Portal do Licenciamento	3,67	4	3	4
Regulamentar o art. 12 do Decreto Estadual n° 48.690/2019 (critérios de sustentabilidade)	4,00	4	5	3
Promover a integração entre o licenciamento ambiental e o pós-licença	3,67	4	4	3
Reduzir o passivo de análise dos requerimentos de licenciamento e controle ambiental	4,67	5	4	5
Substituir a frota movida a combustíveis por frota movida à energia elétrica ou híbrida	2,67	2	3	3
Adequar a edificação do edifício-sede com práticas sustentáveis	3,00	3	3	3
Regulamentar procedimentos administrativos de cunho financeiro	2,33	3	3	1
Recuperar margens de corpos hídricos estratégicos	4,00	4	4	4
Canalizar corpos hídricos estratégicos	4,00	4	4	4
Desassorear corpos hídricos estratégicos	4,33	5	4	4
Retirar lixo flutuante de lagoas e baías estratégicas	4,67	5	4	5
Rever os limiares para o envio de alerta de cheias	4,00	4	4	4
Expandir a cobertura por radar da estimativa de chuvas	3,67	4	4	3
Expandir a rede de monitoramento hidrometeorológico	3,67'	4	4	3
Implementar a Lei n° 6.442/2013 (mapeamento de risco de inundação)	3,67	4	3	4
Fortalecer a atuação na segurança de infraestruturas hídricas	3,00	3	3	3
Fortalecer a atuação integrada em segurança hídrica e governança das águas	2,67	3	3	2
Fortalecer a atuação na segurança de barragens	3,00	5	3	1
Elaborar o mapeamento das áreas vulneráveis à inundação	4,00	4	4	4

<sup>1</sup> Gravidade

<sup>2</sup> Urgência

<sup>3</sup> Tendência

Priorização das iniciativas				
Iniciativa	Nota	G <sup>1</sup>	U <sup>2</sup>	T <sup>3</sup>
Diagnosticar áreas sensíveis à estiagem	2,33	3	3	1
Desenvolver o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos	3,33	3	3	4
Promover capacitações sobre segurança hídrica	2,33	2	2	3
Aperfeiçoar o relatório de progresso das prestações de contas das entidades delegatárias	3,67	3	5	3
Incentivar a padronização dos Planos de Aplicação Plurianual (PAP) dos CBH's	3,33	3	5	2
Melhorar os mecanismos de repasse dos recursos do FUNDRHI	3,33	3	5	2
Ampliar a verificação sobre o automonitoramento de efluentes líquidos	4,00	4	4	4
Ampliar a rede de monitoramento da qualidade das águas	3,00	3	4	2
Publicar relatórios de qualidade ambiental das águas	2,67	2	3	3
Promover capacitações de papéis e funções dos entes do SEGRHI	3,67	3	4	4
Publicar o inventário de fontes de emissão de poluentes do ar	1,67	2	1	2
Aprimorar a norma sobre plano de mitigação de padrões de emissões de gases de efeito estufa no âmbito do licenciamento ambiental	3,00	3	3	3
Conduzir campanhas exploratórias para mapear locais apropriados à rede de monitoramento da qualidade ambiental do ar	2,67	3	3	2
Modernizar a rede de monitoramento da qualidade ambiental do ar	3,33	3	4	3
Ofertar rodas de debates com os municípios	3,67	3	4	4
Treinar e capacitar os agentes das superintendências	3,33	2	4	4
Instituir o cadastro técnico estadual de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais	4,00	5	3	4
Regulamentar o cadastro técnico estadual de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais	3,33	3	3	4
Elaborar o manual de fiscalização ambiental	2,00	2	3	1
Incorporar o Sistema Estadual de Informações sobre Meio-ambiente (SEIMA)	3,00	3	4	2
Reestruturar o Núcleo de Atendimento ao Público e aos Órgãos de Controle	4,33	5	4	4
Rever os procedimentos de indenização dos custos de análise e processamento	3,00	3	5	1
Atualizar as listas de verificação do Portal do Licenciamento	3,00	3	4	2
Aprimorar o sistema de gestão de boletos	3,00	4	4	1

<sup>1</sup> Gravidade

<sup>2</sup> Urgência

<sup>3</sup> Tendência

Priorização das iniciativas				
Iniciativa	Nota	G <sup>1</sup>	U <sup>2</sup>	T <sup>3</sup>
Promover a integração entre os diferentes sistemas de informação	3,67	5	4	2
Ampliar as funcionalidades do sistema de licenciamento ambiental (AVATAR)	4,67	5	5	4
Promover a integração entre os diferentes sistemas de licenciamento	4,00	3	5	4
Incorporar práticas de proteção de dados e segurança da informação	4,00	5	5	2
Ofertar horas técnicas sobre direito administrativo	2,33	2	2	3
Disponibilizar os pareceres jurídicos segundo legislação de transparência e de proteção de dados	3,67	5	5	1
Modernizar os equipamentos de suporte aos mecanismos e canais de atendimento e comunicação	3,67	4	4	3
Reformular a comunicação institucionais nos canais de divulgação	3,00	2	4	3
Propor novos canais de comunicação	2,33	2	2	3
Conceber o Plano de Comunicação Institucional	3,00	3	3	3
Propor diretrizes e procedimentos para as ações de Comunicação Institucional	4,00	4	4	4
Ofertar o percurso formativo de educação ambiental: sustentabilidade socioambiental da Mata Atlântica (escola em ação no contexto escolar)	2,67	3	3	2
Ofertar o percurso formativo de educação ambiental: ligado no clima (resiliência climática)	3,00	4	3	2
Incorporar a agenda A3P no instituto	4,00	4	4	4
Executar a formação continuada em educação ambiental para comitês de bacia hidrográficas	3,33	3	4	3
Realizar o Prêmio Anual de melhores práticas de educação ambiental	3,00	2	4	3
Adequar o ambiente de trabalho às melhores práticas ergonômicas	2,00	2	2	2
Revisar a Carta de Serviços ao Cidadão	2,00	2	2	2
Conceber e operacionalizar o Plano de Integridade do INEA	4,33	4	4	5
Revisar o Regimento Interno do Inea	3,33	3	3	4
Ofertar cursos de capacitação	3,00	3	3	3
Ofertar seminários, oficinas e encontros técnicos	3,00	3	3	3
Institucionalizar o Programa de Saúde e Bem-estar	2,33	2	2	3
Regulamentar o Plano de Desenvolvimento Individual	2,00	2	2	2

<sup>1</sup> Gravidade

<sup>2</sup> Urgência

<sup>3</sup> Tendência

Priorização das iniciativas				
Iniciativa	Nota	G <sup>1</sup>	U <sup>2</sup>	T <sup>3</sup>
Instituir o Portfólio de Competências dos cargos de liderança	3,00	3	3	3
Adequar o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos	4,00	4	4	4
Ofertar Intercâmbio em Gestão Ambiental ou Pública	1,67	2	2	1
Elaborar o Plano Anual de Capacitação	3,00	3	3	3
Ofertar Curso de Pós-graduação (stricto sensu)	2,00	1	3	2
Instituir e regulamentar o Quadro de Instrutores Internos da Universidade do Ambiente	2,33	2	3	2
Reformular a Plataforma Ambiente +	3,33	3	3	4
Produzir relatórios informativos sobre a atuação do órgão (Inea em números)	3,00	3	5	1
Reformular o painel Gestão à Vista	3,00	3	3	3
Conceber a política de reconhecimento profissional (Gente que cuida do Ambiente)	2,33	3	2	2
Regulamentar os procedimentos de termos de ajustamento de conduta	3,00	4	4	1
Regulamentar os procedimentos do conselho diretor	2,00	1	4	1
Produzir peças de comunicação visual	2,33	2	3	2
Aprimorar a Norma do Contrato de Gestão (NOI-INEA-05-R.2)	1,33	1	2	1
Aprimorar a Norma da Avaliação de Desempenho Individual (NOI-INEA-06-R.2)	2,67	4	3	1
Aprimorar a Norma Institucional de Normatização (NOI-INEA-01-R.1)	2,67	2	3	3
Incentivar a pesquisa científica nas unidades de conservação estaduais	1,67	2	2	1
Realizar o Prêmio Anual de produções técnico-científicas sob a temática ambiental	1,67	2	2	1
Regulamentar o afastamento e a redução de carga horária por ações de formação	2,00	3	2	1
Modernizar o sistema predial de combate ao incêndio	3,67	4	3	4
Reformular o Portal do INEA	3,67	3	4	4
Estimular a produção técnico-científica (Livros autorais)	3,67	3	4	4
Estimular a produção técnico-científica (Revista Ineana)	2,00	2	3	1
Conduzir a Pesquisa de Satisfação no Licenciamento	2,00	2	1	3

<sup>1</sup> Gravidade

<sup>2</sup> Urgência

<sup>3</sup> Tendência

Priorização das iniciativas				
Iniciativa	Nota	G <sup>1</sup>	U <sup>2</sup>	T <sup>3</sup>
Mapear e redesenhar o fluxo de atendimento	4,67	5	5	4
Regulamentar os procedimentos em caso de assédio sexual e moral	3,67	4	3	4
Atualizar a tabela de temporalidade dos documentos institucionais	3,33	4	4	2
Adquirir publicações para o acervo técnico	1,33	2	1	1
Propor diretrizes e procedimentos para as ações da Biblioteca	2,33	2	2	3
Executar serviços de monitoramento ambiental, manejo e outras rotinas de auxílio à gestão nas unidades de conservação estaduais	3,00	3	3	3
Prevenir e combater incêndios florestais	4,33	4	4	5
Instituir e operacionalizar a Academia de Protetores de Unidades do Meio Ambiente (APUMA SUÇUARANA)	3,00	3	4	2
Criar e conceber a Medalha de Mérito ao Guarda-parque	2,00	2	2	2
Institucionalizar o Programa Geração Futuras (GP Mirim/FERA)	2,67	3	3	2
Conduzir ações de prevenção e defesa florestal (Programa Fumaça Zero)	4,33	5	4	4
Institucionalizar o Programa Estadual de Observação Astronômica	2,33	3	2	2
Conceber novo modelo de plano de uso público nas Ucs estaduais	2,33	3	2	2
Regulamentar e fomentar o ciclismo de montanha nas UCs estaduais	2,33	2	2	3
Fortalecer o uso público nas UCs estaduais	4,00	4	5	3
Viabilizar parcerias, concessões, autorizações e permissões de uso em UCs estaduais	3,67	3	5	3
Conceder bolsas de pesquisa para projetos científicos	3,33	3	5	2
Conceber novo modelo de gestão integrada das UC's estaduais	2,67	3	3	2
Elaborar e rever planos de manejo das UC's estaduais	4,00	4	3	5
Propor mecanismos de sustentabilidade econômico-financeira para as RPPNs	3,00	3	3	3
Instituir a avaliação periódica sobre o grau de implementação de RPPNs	3,67	3	4	4
Ampliar a área protegida por unidades de conservação estaduais	4,00	4	4	4
Criar o cadastro estadual de fauna silvestre	2,67	3	3	2
Reintroduzir a ave guará-vermelho na Reserva Biológica Estadual de Guaratiba	4,33	4	4	5
Cadastrar áreas de soltura de animais silvestres (ASAS)	4,33	4	4	5
Implantar a rede estadual de atendimento à fauna silvestre (CETRAS e CAFS)	4,67	4	5	5

<sup>1</sup> Gravidade

<sup>2</sup> Urgência

<sup>3</sup> Tendência

Priorização das iniciativas				
Iniciativa	Nota	G <sup>1</sup>	U <sup>2</sup>	T <sup>3</sup>
Criar o Pomar de Sementes na FLOE José Zago	3,33	3	4	3
Modernizar o Banco Público de Áreas para Restauração	3,00	3	3	3
Elaborar guia de elaboração e de execução de projetos de restauração florestal	2,67	2	3	3
Desenvolver sistemas que forneçam suporte ao controle das atividades de restauração florestal	2,33	2	3	2
Conceber modelo de sustentabilidade econômico-financeira dos hortos florestais e banco de sementes estaduais	2,33	2	3	2
Regularizar a produção de sementes e mudas de espécies nativas da Mata Atlântica	2,67	3	3	2
Fortalecer a produção de sementes e mudas de espécies nativas da Mata Atlântica	2,67	3	3	2
Promover a regularização ambiental das posses e propriedades de imóveis rurais por meio de adesão ao Programa de Regularização Ambiental	4,00	4	4	4
Validar as informações dos cadastros ambientais rurais	3,67	4	4	3
Desenvolver soluções de Inteligência Geográfica para o aprimoramento da gestão ambiental no estado do Rio de Janeiro	4,00	5	3	4
Regulamentar procedimentos e proteção de dados geoespaciais	2,67	3	3	2
Detectar a perda de cobertura florestal	4,00	3	4	5
Conduzir o mapeamento de Uso do Solo e Cobertura Vegetal do estado do Rio de Janeiro	3,00	3	4	2
Realizar a Modelagem de Serviços Ecossistêmicos em áreas de interesse para proteção e recuperação de mananciais	4,00	4	4	4
Promover o gerenciamento costeiro no estado do Rio de Janeiro (Projeto ORLA)	3,67	4	4	3

<sup>1</sup> Gravidade

<sup>2</sup> Urgência

<sup>3</sup> Tendência

## 7 Categorização das iniciativas do PE

Categorização das iniciativas				
Iniciativa	Nota	P <sup>1</sup>	I <sup>2</sup>	F <sup>3</sup>
Implantar a rede estadual de atendimento à fauna silvestre (CETRAS e CAFS)	4,67	Máxima	Controle	Mensal
Desenvolver sistemas que forneçam suporte ao controle das atividades de fiscalização	4,67	Máxima	Controle	Mensal
Desenvolver sistemas que forneçam suporte ao controle das atividades de pós-licença	4,67	Máxima	Controle	Mensal
Reduzir o passivo de análise dos requerimentos de licenciamento e controle ambiental	4,67	Máxima	Controle	Mensal
Retirar lixo flutuante de lagoas e baías estratégicas	4,67	Máxima	Controle	Mensal
Ampliar as funcionalidades do sistema de licenciamento ambiental (AVATAR)	4,67	Máxima	Controle	Mensal
Mapear e redesenhar o fluxo de atendimento	4,67	Máxima	Controle	Mensal
Prevenir e combater incêndios florestais	4,33	Alta	Controle	Mensal
Conduzir ações de prevenção e defesa florestal (Programa Fumaça Zero)	4,33	Alta	Controle	Mensal
Reintroduzir a ave guará-vermelho na Reserva Biológica Estadual de Guaratiba	4,33	Alta	Controle	Mensal
Cadastrar áreas de soltura de animais silvestres (ASAS)	4,33	Alta	Controle	Mensal
Desassorear corpos hídricos estratégicos	4,33	Alta	Controle	Mensal
Reestruturar o Núcleo de Atendimento ao Público e aos Órgãos de Controle	4,33	Alta	Controle	Mensal
Conceber e operacionalizar o Plano de Integridade do INEA	4,33	Alta	Controle	Mensal
Fortalecer o uso público nas UCs estaduais	4,00	Alta	Controle	Mensal
Elaborar e rever planos de manejo das UC's estaduais	4,00	Alta	Controle	Mensal
Ampliar a área protegida por unidades de conservação estaduais	4,00	Alta	Controle	Mensal
Promover a regularização ambiental das posses e propriedades de imóveis rurais por meio de adesão ao Programa de Regularização Ambiental	4,00	Alta	Controle	Mensal
Desenvolver sistemas que forneçam suporte ao controle das atividades de gerenc. de áreas contaminadas e reabilitadas	4,00	Alta	Controle	Mensal

<sup>1</sup> Prioridade

<sup>2</sup> Interação

<sup>3</sup> Frequência

Categorização das iniciativas				
Iniciativa	Nota	P <sup>1</sup>	I <sup>2</sup>	F <sup>3</sup>
Instituir ferramenta de gerenciamento de requerimentos de licenciamento e controle ambiental (FLUXO)	4,00	Alta	Controle	Mensal
Revisar a DZ-041.R-13 (EIA/RIMA)	4,00	Alta	Controle	Mensal
Alterar o Decreto Estadual nº 46.890/20219 (Regulamenta o SELCA)	4,00	Alta	Controle	Mensal
Regulamentar o art. 12 do Decreto Estadual nº 48.690/2019 (critérios de sustentabilidade)	4,00	Alta	Controle	Mensal
Recuperar margens de corpos hídricos estratégicos	4,00	Alta	Controle	Mensal
Canalizar corpos hídricos estratégicos	4,00	Alta	Controle	Mensal
Rever os limiares para o envio de alerta de cheias	4,00	Alta	Controle	Mensal
Elaborar o mapeamento das áreas vulneráveis à inundação	4,00	Alta	Controle	Mensal
Ampliar a verificação sobre o automonitoramento de efluentes líquidos	4,00	Alta	Controle	Mensal
Instituir o cadastro técnico estadual de atividades potenc. poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais	4,00	Alta	Controle	Mensal
Desenvolver soluções de Inteligência Geográfica para o aprimoramento da gestão ambiental no estado do Rio de Janeiro	4,00	Alta	Controle	Mensal
Detectar a perda de cobertura florestal	4,00	Alta	Controle	Mensal
Realizar a Modelagem de Serviços Ecossistêmicos em áreas de interesse para proteção e recuperação de mananciais	4,00	Alta	Controle	Mensal
Promover a integração entre os diferentes sistemas de licenciamento	4,00	Alta	Controle	Mensal
Incorporar práticas de proteção de dados e segurança da informação	4,00	Alta	Controle	Mensal
Propor diretrizes e procedimentos para as ações de Comunicação Institucional	4,00	Alta	Controle	Mensal
Incorporar a agenda A3P no instituto	4,00	Alta	Controle	Mensal
Adequar o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos	4,00	Alta	Controle	Mensal
Viabilizar parcerias, concessões, autorizações e permissões de uso em UCs estaduais	3,67	Média	Monitora	Trimestral
Instituir a avaliação periódica sobre o grau de implementação de RPPNs	3,67	Média	Monitora	Trimestral

<sup>1</sup> Prioridade

<sup>2</sup> Interação

<sup>3</sup> Frequência

Categorização das iniciativas				
Iniciativa	Nota	P <sup>1</sup>	I <sup>2</sup>	F <sup>3</sup>
Validar as informações dos cadastros ambientais rurais	3,67	Média	Monitora	Trimestral
Regulamentar procedimentos do programa de acomp. de licenças da região do Guandu e adjacências	3,67	Média	Monitora	Trimestral
Regulamentar procedimentos de pós-licença	3,67	Média	Monitora	Trimestral
Contratar serviços que forneçam suporte às atividades de fiscalização	3,67	Média	Monitora	Trimestral
Elaborar o Manual do Usuário do Portal do Licenciamento	3,67	Média	Monitora	Trimestral
Promover a integração entre o licenciamento ambiental e o pós-licença	3,67	Média	Monitora	Trimestral
Expandir a cobertura por radar da estimativa de chuvas	3,67	Média	Monitora	Trimestral
Expandir a rede de monitoramento hidrometeorológico	3,67	Média	Monitora	Trimestral
Implementar a Lei nº 6.442/2013 (mapeamento de risco de inundação)	3,67	Média	Monitora	Trimestral
Aperfeiçoar o relatório de progresso das prestações de contas das entidades delegatárias	3,67	Média	Monitora	Trimestral
Promover capacitações de papéis e funções dos entes do SEGRHI	3,67	Média	Monitora	Trimestral
Ofertar rodas de debates com os municípios	3,67	Média	Monitora	Trimestral
Incorporar o uso de câmeras corporais durante as ações de fiscalização	3,67	Média	Monitora	Trimestral
Disponibilizar os pareceres jurídicos segundo legislação de transparência e de proteção de dados	3,67	Média	Monitora	Trimestral
Promover o gerenciamento costeiro no estado do Rio de Janeiro (Projeto ORLA)	3,67	Média	Monitora	Trimestral
Promover a integração entre os diferentes sistemas de informação	3,67	Média	Monitora	Trimestral
Modernizar os equipamentos de suporte aos mecanismos e canais de atendimento e comunicação	3,67	Média	Monitora	Trimestral
Modernizar o sistema predial de combate ao incêndio	3,67	Média	Monitora	Trimestral
Reformular o Portal do INEA	3,67	Média	Monitora	Trimestral
Estimular a produção técnico-científica (Livros autorais)	3,67	Média	Monitora	Trimestral
Regulamentar os procedimentos em caso de assédio sexual e moral	3,67	Média	Monitora	Trimestral

<sup>1</sup> Prioridade

<sup>2</sup> Interação

<sup>3</sup> Frequência

Categorização das iniciativas				
Iniciativa	Nota	P <sup>1</sup>	I <sup>2</sup>	F <sup>3</sup>
Conceder bolsas de pesquisa para projetos científicos	3,33	Média	Monitora	Trimestral
Criar o Pomar de Sementes na FLOE José Zago	3,33	Média	Monitora	Trimestral
Regulamentar procedimentos e padrões de recuperação de ativos ambientais	3,33	Média	Monitora	Trimestral
Contratar serviços que forneçam suporte às atividades de atendimento às emergências ambientais	3,33	Média	Monitora	Trimestral
Regulamentar procedimentos de fiscalização e combate às infrações ambientais	3,33	Média	Monitora	Trimestral
Revisar a Resolução INEA n° 136/2016 (procedimento simplificado de licenciamento ambiental)	3,33	Média	Monitora	Trimestral
Desenvolver o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos	3,33	Média	Monitora	Trimestral
Incentivar a padronização dos Planos de Aplicação Plurianual (PAP) dos CBH's	3,33	Média	Monitora	Trimestral
Melhorar os mecanismos de repasse dos recursos do FUNDRHI	3,33	Média	Monitora	Trimestral
Modernizar a rede de monitoramento da qualidade ambiental do ar	3,33	Média	Monitora	Trimestral
Treinar e capacitar os agentes das superintendências	3,33	Média	Monitora	Trimestral
Regulamentar o cadastro técnico estadual de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais	3,33	Média	Monitora	Trimestral
Instituir o cadastro funcional para fins de integridade	3,33	Média	Monitora	Trimestral
Executar a formação continuada em educação ambiental para comitês de bacia hidrográficas	3,33	Média	Monitora	Trimestral
Revisar o Regimento Interno do Inea	3,33	Média	Monitora	Trimestral
Reformular a Plataforma Ambiente +	3,33	Média	Monitora	Trimestral
Atualizar a tabela de temporalidade dos documentos institucionais	3,33	Média	Monitora	Trimestral
Executar serviços de monitoramento ambiental, manejo e outras rotinas de auxílio à gestão nas unidades de conservação estaduais	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Instituir e operacionalizar a Academia de Protetores de Unidades do Meio Ambiente (APUMA SUÇUARANA)	3,00	Média	Monitora	Trimestral

<sup>1</sup> Prioridade

<sup>2</sup> Interação

<sup>3</sup> Frequência

Categorização das iniciativas				
Iniciativa	Nota	P <sup>1</sup>	I <sup>2</sup>	F <sup>3</sup>
Propor mecanismos de sustentabilidade econômico-financeira para as RPPNs	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Modernizar o Banco Público de Áreas para Restauração	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Ofertar capacitação em diretrizes de fiscalização, em especial, às superintendências	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Ofertar capacitação em diretrizes de pós-licença, em especial, às superintendências	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Regulamentar procedimentos de cumprimento de condições de validade	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Regulamentar procedimentos de respostas às emergências ambientais	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Rever os procedimentos para a emissão de certidões de inexigibilidade	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Adequar a edificação do edifício-sede com práticas sustentáveis	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Fortalecer a atuação na segurança de infraestruturas hídricas	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Fortalecer a atuação na segurança de barragens	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Ampliar a rede de monitoramento da qualidade das águas	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Incorporar o Sistema Estadual de Informações sobre Meio-ambiente (SEIMA)	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Implantar a auditoria de acompanhamento de execução do gasto público	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Conduzir o mapeamento de Uso do Solo e Cobertura Vegetal do estado do Rio de Janeiro	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Rever os procedimentos de indenização dos custos de análise e processamento	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Atualizar as listas de verificação do Portal do Licenciamento	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Aprimorar o sistema de gestão de boletos	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Reformular a comunicação institucionais nos canais de divulgação	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Conceber o Plano de Comunicação Institucional	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Ofertar o percurso formativo de educação ambiental: ligado no clima (resiliência climática)	3,00	Média	Monitora	Trimestral

<sup>1</sup> Prioridade

<sup>2</sup> Interação

<sup>3</sup> Frequência

Categorização das iniciativas				
Iniciativa	Nota	P <sup>1</sup>	I <sup>2</sup>	F <sup>3</sup>
Realizar o Prêmio Anual de melhores práticas de educ.amb.	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Ofertar cursos de capacitação	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Ofertar seminários, oficinas e encontros técnicos	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Instituir o Portfólio de Competências dos cargos de liderança	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Elaborar o Plano Anual de Capacitação	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Produzir relatórios informativos sobre a atuação do órgão (Inea em números)	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Reformular o painel Gestão à Vista	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Regulamentar os procedimentos de termos de ajustamento de conduta	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Aprimorar a norma sobre plano de mitigação de padrões de emissões de gases de efeito estufa no âmbito do licenciamento ambiental	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Institucionalizar o Programa Geração Futuras (GP Mirim/FERA)	2,67	Baixa	Monitora	Trimestral
Conceber novo modelo de gestão integrada das UC's estaduais	2,67	Baixa	Monitora	Trimestral
Criar o cadastro estadual de fauna silvestre	2,67	Baixa	Monitora	Trimestral
Elaborar guia de elaboração e de execução de projetos de restauração florestal	2,67	Baixa	Monitora	Trimestral
Regularizar a produção de sementes e mudas de espécies nativas da Mata Atlântica	2,67	Baixa	Monitora	Trimestral
Fortalecer a produção de sementes e mudas de espécies nativas da Mata Atlântica	2,67	Baixa	Monitora	Trimestral
Ofertar capacitação em diretrizes de controle e resposta a acidentes ambientais tecnológicos	2,67	Baixa	Monitora	Trimestral
Ofertar Oficina de Licenciamento Ambiental	2,67	Baixa	Monitora	Trimestral
Substituir a frota movida a combustíveis por frota movida à energia elétrica ou híbrida	2,67	Baixa	Monitora	Trimestral
Fortalecer a atuação integrada em segurança hídrica e governança das águas	2,67	Baixa	Monitora	Trimestral
Publicar relatórios de qualidade ambiental das águas	2,67	Baixa	Monitora	Trimestral

<sup>1</sup> Prioridade

<sup>2</sup> Interação

<sup>3</sup> Frequência

Categorização das iniciativas				
Iniciativa	Nota	P <sup>1</sup>	I <sup>2</sup>	F <sup>3</sup>
Conduzir campanhas exploratórias para mapear locais apropriados à rede de monitoramento da qualidade ambiental do ar	2,67	Baixa	Monitora	Trimestral
Regulamentar procedimentos e proteção de dados geoesp.	2,67	Baixa	Monitora	Trimestral
Ofertar o percurso formativo de educação ambiental: sustentabilidade socioambiental da Mata Atlântica (escola em ação no contexto escolar)	2,67	Baixa	Monitora	Trimestral
Aprimorar a Norma da Avaliação de Desempenho Individual (NOI-INEA-06-R.2)	2,67	Baixa	Monitora	Trimestral
Aprimorar a Norma Institucional de Normatização (NOI-INEA-01-R.1)	2,67	Baixa	Monitora	Trimestral
Institucionalizar o Programa Estadual de Observação Astronômica	2,33	Baixa	Monitora	Trimestral
Conceber novo modelo de plano de uso público nas Ucs estaduais	2,33	Baixa	Monitora	Trimestral
Regulamentar e fomentar o ciclismo de montanha nas UCs estaduais	2,33	Baixa	Monitora	Trimestral
Desenvolver sistemas que forneçam suporte ao controle das atividades de restauração florestal	2,33	Baixa	Monitora	Trimestral
Conceber modelo de sustentabilidade econômico-financeira dos hortos florestais e banco de sementes estaduais	2,33	Baixa	Monitora	Trimestral
Contratar serviços que forneçam suporte às atividades de recuperação e reabilitação ambiental	2,33	Baixa	Monitora	Trimestral
Ofertar capacitação em diretrizes de identificação de passivos ambientais	2,33	Baixa	Monitora	Trimestral
Publicar o Compêndio de Legislação Estadual de Licenciamento Ambiental	2,33	Baixa	Monitora	Trimestral
Regulamentar os requerimentos online de licenciamento	2,33	Baixa	Monitora	Trimestral
Regulamentar proc.s administrativos de cunho financeiro	2,33	Baixa	Monitora	Trimestral
Diagnosticar áreas sensíveis à estiagem	2,33	Baixa	Monitora	Trimestral
Promover capacitações sobre segurança hídrica	2,33	Baixa	Monitora	Trimestral
Ofertar horas técnicas sobre direito administrativo	2,33	Baixa	Monitora	Trimestral
Propor novos canais de comunicação	2,33	Baixa	Monitora	Trimestral
Institucionalizar o Programa de Saúde e Bem-estar	2,33	Baixa	Monitora	Trimestral

<sup>1</sup> Prioridade

<sup>2</sup> Interação

<sup>3</sup> Frequência

Categorização das iniciativas				
Iniciativa	Nota	P <sup>1</sup>	I <sup>2</sup>	F <sup>3</sup>
Instituir e regulamentar o Quadro de Instrutores Internos da Universidade do Ambiente	2,33	Baixa	Monitora	Trimestral
Conceber a política de reconhecimento profissional (Gente que cuida do Ambiente)	2,33	Baixa	Monitora	Trimestral
Produzir peças de comunicação visual	2,33	Baixa	Monitora	Trimestral
Propor diretrizes e procedimentos para as ações da Biblio.	2,33	Baixa	Monitora	Trimestral
Criar e conceber a Medalha de Mérito ao Guarda-parque	2,00	Baixa	Monitora	Trimestral
Elaborar o manual de licenciamento ambiental	2,00	Baixa	Monitora	Trimestral
Ofertar Encontro Interestadual de Licenciamento Ambiental	2,00	Baixa	Monitora	Trimestral
Aprimorar a norma sobre plano de mitigação de padrões de emissões de gases de efeito estufa no âmbito do licenciamento ambiental	3,00	Média	Monitora	Trimestral
Elaborar o manual de fiscalização ambiental	2,00	Baixa	Monitora	Trimestral
Adequar o amb. de trab. às melhores práticas ergonômicas	2,00	Baixa	Monitora	Trimestral
Revisar a Carta de Serviços ao Cidadão	2,00	Baixa	Monitora	Trimestral
Regulamentar o Plano de Desenvolvimento Individual	2,00	Baixa	Monitora	Trimestral
Ofertar Curso de Pós-graduação (stricto sensu)	2,00	Baixa	Monitora	Trimestral
Regulamentar os procedimentos do conselho diretor	2,00	Baixa	Monitora	Trimestral
Regulamentar o afastamento e a redução de carga horária por ações de formação	2,00	Baixa	Monitora	Trimestral
Estimular a produção técnico-científica (Revista Ineana)	2,00	Baixa	Monitora	Trimestral
Conduzir a Pesquisa de Satisfação no Licenciamento	2,00	Baixa	Monitora	Trimestral
Publicar o inventário de fontes de emissão de poluen. do ar	1,67	Mínima	-	-
Ofertar Intercâmbio em Gestão Ambiental ou Pública	1,67	Mínima	-	-
Incentivar a pesquisa científica nas unidades de conservação estaduais	1,67	Mínima	-	-
Realizar o Prêmio Anual de produções técnico-científicas sob a temática ambiental	1,67	Mínima	-	-
Aprimorar a Norma do Contrato de Gestão (NOI-INEA-05-R.2)	1,67	Mínima	-	-
Adquirir publicações para o acervo técnico	1,67	Mínima	-	-

<sup>1</sup> Prioridade

<sup>2</sup> Interação

<sup>3</sup> Frequência

### 8 Plano de iniciativas e metas do PE

Iniciativa	Meta	Prazo	Responsável	Indicador
Executar serviços de monitoramento ambiental e auxílio à gestão nas UC's	90000	dez-25	Raphael Freire	Número de visitantes atendidos
Prevenir e combater incêndios florestais	2600	dez-25	Raphael Freire	Número de notificações preventivas de incêndio emitidas
Instituir e operacionalizar a APUMA SUÇUARANA	3	dez-25	Raphael Freire	Número de cursos ofertados
Criar e conceber a Medalha de Mérito ao Guarda-parque	40	dez-25	Raphael Freire	Número de medalhas concedidas
Institucionalizar o Programa Geração Futuras (GP Mirim/FERA)	3030	dez-25	Raphael Freire	Número de alunos atendidos
Conduzir ações de prevenção e defesa florestal (Programa Fumaça Zero)	4500	dez-25	Raphael Freire	Número de notificações de defesa florestal emitidas
Institucionalizar o Programa Estadual de Observação Astronômica	2	dez-25	Marina Moss	Número de calendários divulgados
Conceber novo modelo de plano de uso público nas UC's estaduais	1	dez-25	Marina Moss	Número de procedimentos regulamentados
Regulamentar e fomentar o ciclismo de montanha nas UC's estaduais	2	dez-25	Marina Moss	Número de rotas e circuitos ciclo turísticos implantados
Fortalecer o uso público nas UCs estaduais	300	dez-25	Marina Moss	Número de condutores de visitantes capacitados
Viabilizar parcerias, concessões, autorizações e permissões de uso em UCs	4	dez-25	Marina Moss	Número de serviços concedidos
Conceder bolsas de pesquisa para projetos científicos	25	dez-25	Eduardo Antunes	Número de bolsas concedidas
Conceber novo modelo de gestão integrada das UC's estaduais	1	dez-24	Eduardo Antunes	Número de estudos técnicos produzidos
Elaborar e rever planos de manejo das UC's estaduais	8	dez-25	Eduardo Antunes	Número de planos de manejo elaborados ou revisados
Propor mecanismos de sustentabilidade econômico-financeira para as RPPNs	2	dez-25	Eduardo Antunes	Número de estudos realizados
Instituir a avaliação periódica sobre o grau de implementação de RPPNs	12	dez-25	Eduardo Antunes	Número de reservas particulares avaliadas
Ampliar a área protegida por unidades de conservação estaduais	2	dez-25	Eduardo Antunes	Número de unidades de conservação criadas
Criar o cadastro estadual de fauna silvestre	1	dez-25	Marcelo Cupello	Número de cadastros criados

Iniciativa	Meta	Prazo	Responsável	Indicador
Reintroduzir a ave guará-vermelho na Reserva Biológica Estadual de Guaratiba	60	dez-25	Marcelo Cupello	Número de espécimes reintroduzidos
Cadastrar áreas de soltura de animais silvestres (ASAS)	6	dez-25	Marcelo Cupello	Número de áreas de solturas cadastradas
Implantar a rede estadual de atendimento à fauna silvestre (CETRAS e CAFS)	6	dez-25	Marcelo Cupello	Número de centros de triagem e de atendimento criados
Criar o Pomar de Sementes na FLOE José Zago	1	dez-25	Luana Bianchini	Número de unidades criadas
Modernizar o Banco Público de Áreas para Restauração	2	dez-24	Luana Bianchini	Número de funcionalidades criadas
Elaborar guia de elaboração e de execução de projetos de restauração florestal	1	dez-24	Luana Bianchini	Número de guias elaborados
Sistemas de suporte ao controle das atividades de restauração florestal	1	dez-25	Luana Bianchini	Número de sistemas desenvolvidos
Modelo de sustentabilidade econômico-financeira dos hortos e banco de sementes	1	dez-25	Luana Bianchini	Número de estudos realizados
Regularizar a produção de sementes e mudas de espécies nativas da MA	4	dez-24	Luana Bianchini	Número de hortos florestais regularizados
Fortalecer a produção de sementes e mudas de espécies nativas da MA	750000	dez-25	Luana Bianchini	Número de mudas produzidas
Promover a regularização ambiental por meio de adesão ao PRA	15000	dez-25	Luana Bianchini	Número de PRA's aprovados
Validar as informações dos cadastros ambientais rurais	26660	dez-25	Luana Bianchini	Número de cadastros analisados
Contratar serviços de suporte às atividades de recuperação/ reabilitação ambiental	1	dez-25	Ingrid Rosa	Número de serviços contratados
Sistemas de suporte ao controle das áreas contaminadas e reabilitadas	1	dez-25	Ingrid Rosa	Número de sistemas desenvolvidos
Ofertar capacitação em diretrizes de identificação de passivos ambientais	9	out-25	Ingrid Rosa	Número de cursos ofertados
Regulamentar procedimentos e padrões de recuperação de ativos ambientais	3	jun-25	Ingrid Rosa	Número de procedimentos regulamentados

Iniciativa	Meta	Prazo	Responsável	Indicador
Ofertar capacitação em diretrizes de fiscalização, em especial, às sup's	19	out-25	Ingrid Rosa	Número de cursos ofertados
Ofertar capacitação em diretrizes de pós-licença, em especial, às sup's	27	out-25	Ingrid Rosa	Número de cursos ofertados
Programa de acompanhamento de licenças da região do Guandu e adjacências	1	dez-23	Mona Rotolo	Número de diagnósticos produzidos
Regulamentar procedimentos de cumprimento de condições de validade	2	jun-24	Mona Rotolo	Número de procedimentos regulamentados
Regulamentar procedimentos de pós-licença	8	jun-24	Mona Rotolo	Número de procedimentos regulamentados
Serviços que forneçam suporte à atendimento às emergências ambientais	1	dez-24	Ricardo Marcelo	Número de serviços contratados
Capacitação em controle e resposta a acidentes ambientais tecnológicos	20	out-25	Ricardo Marcelo	Número de cursos ofertados
Regulamentar procedimentos de respostas às emergências ambientais	1	dez-23	Ricardo Marcelo	Número de procedimentos regulamentados
Contratar serviços que forneçam suporte às atividades de fiscalização	3	jun-25	Ricardo Marcelo	Número de serviços contratados
Sistemas que forneçam suporte ao controle das atividades de fiscalização	2	dez-24	Ricardo Marcelo	Número de sistemas desenvolvidos
Regulamentar procedimentos de fiscalização e combate às infrações ambientais	7	jun-24	Ricardo Marcelo	Número de procedimentos regulamentados
Sistemas que forneçam suporte ao controle das atividades de pós-licença	3	jan-25	Ricardo Marcelo	Número de sistemas desenvolvidos
Ferramenta de gerenciamento de requerimentos de licenciamento e CA (FLUXO)	1	mar-24	Daiana Ribeiro	Número de funcionalidades criadas
Elaborar o manual de licenciamento ambiental	1	abr-25	Edson Magalhães	Número de manuais elaborados
Publicar o Compêndio de Legislação Estadual de Licenciamento Ambiental	1	jun-25	Edson Magalhães	Número de publicações disponibilizadas
Revisar a DZ-041.R-13 (EIA/RIMA)	1	dez-25	Giselle Menezes	Número de normas operacionais publicadas

Iniciativa	Meta	Prazo	Responsável	Indicador
Ofertar Oficina de Licenciamento Ambiental	8	dez-24	Kayo Vinícius	Número de oficinas ofertadas
Revisar a Resolução INEA n° 136/2016 (PSLA)	1	dez-24	Kayo Vinícius	Número de resoluções publicadas
Ofertar Encontro Interestadual de Licenciamento Ambiental	2	abr-25	Leonardo Daemon	Número de encontros realizados
Alterar o Decreto Estadual n° 46.890/20219 (Regulamenta o SELCA)	1	dez-24	Leonardo Daemon	Número de decretos estaduais publicados
Rever os procedimentos para a emissão de certidões de inexigibilidade	1	mar-24	Leonardo Daemon	Número de funcionalidades criadas
Regulamentar os requerimentos online de licenciamento	1	dez-23	Max Reis	Número de normas institucionais publicadas
Elaborar o Manual do Usuário do Portal do Licenciamento	1	jun-24	Max Reis	Número de manuais elaborados
Regulamentar o art. 12 do Decreto Estadual n° 48.690/2019	1	mar-24	Rodrigo Bianchini	Número de normas operacionais publicadas
Promover a integração entre o licenciamento ambiental e o pós-licença	1	mar-24	Rodrigo Bianchini	Número de soluções criadas
Reduzir o passivo de análise dos requerimentos de licenciamento e CA	50	dez-25	Rodrigo Bianchini	Percentual de redução do passivo de análise
Substituir a frota movida a combustíveis por frota elétrica ou híbrida	10	jun-24	Cristina Cardoso	Percentual da frota na modalidade híbrida ou elétrica
Adequar a edificação do edifício-sede com práticas sustentáveis	2	dez-25	Cristina Cardoso	Número de práticas sustentáveis incorporadas
Regulamentar procedimentos administrativos de cunho financeiro	3	set-24	Renan Lopes	Número de normas elaboradas ou revisadas
Recuperar margens de corpos hídricos estratégicos	20	nov-24	Sebastião Bruno	Número de margem de corpo hídrico recuperado
Canalizar corpos hídricos estratégicos	8000	out-25	Sebastião Bruno	Extensão de corpo hídrico canalizado
Desassorear corpos hídricos estratégicos	240000	out-24	Sebastião Bruno	Extensão de corpo hídrico desassoreado

Iniciativa	Meta	Prazo	Responsável	Indicador
Retirar lixo flutuante de lagoas e baías estratégicas	30000	dez-25	Sebastião Bruno	Volume de lixo flutuante retirado
Rever os limiares para o envio de alerta de cheias	36	dez-25	Cinthia Avellar	Número de estações hidrometeorológicas aferidas
Expandir a cobertura por radar da estimativa de chuvas	2	dez-25	Cinthia Avellar	Número de radares integrados
Expandir a rede de monitoramento hidrometeorológico	34	dez-25	Cinthia Avellar	Número de estações hidrometeorológicas instaladas
Implementar a Lei nº 6.442/2013 (mapeamento de risco de inundação)	2	dez-25	Fernanda Spitz	Número de municípios assistidos
Fortalecer a atuação na segurança de infraestruturas hídricas	1	dez-25	Fernanda Spitz	Número de diagnósticos realizados
Fortalecer a atuação integrada em segurança hídrica e governança das águas	1	dez-25	Fernanda Spitz	Número de diagnósticos realizados
Fortalecer a atuação na segurança de barragens	3	dez-25	Fernanda Spitz	Número de instrumentos normativos e termos de cooperação
Elaborar o mapeamento das áreas vulneráveis à inundação	1	dez-25	Fernanda Spitz	Número de mapeamentos realizados
Diagnosticar áreas sensíveis à estiagem	1	dez-25	Fernanda Spitz	Número de diagnósticos realizados
Desenvolver o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos	7	dez-25	Fernanda Spitz	Número de módulos integrados
Promover capacitações sobre segurança hídrica	4	dez-25	Fernanda Spitz	Número de capacitações ofertadas
Relatório de progresso das prestações de contas das entidades delegatárias	5	dez-24	Frank Pavan	Número de relatórios padronizados entregues
Incentivar a padronização dos Planos de Aplicação Plurianual (PAP) dos CBH's	2	dez-24	Frank Pavan	Número de planos de aplicação padronizados
Melhorar os mecanismos de repasse dos recursos do FUNDRHI	1	dez-24	Frank Pavan	Número de normas elaboradas ou revisadas
Ampliar a verificação sobre o automonitoramento de efluentes líquidos	200	dez-25	Leonardo Fidalgo	Número de empresas verificadas

Iniciativa	Meta	Prazo	Responsável	Indicador
Ampliar a rede de monitoramento da qualidade das águas	80	dez-25	Leonardo Fidalgo	Número de municípios atendidos
Publicar relatórios de qualidade ambiental das águas	9	dez-25	Leonardo Fidalgo	Número de relatórios publicados
Promover capacitações de papéis e funções dos entes do SEGRHI	3	dez-25	Moema Versiani	Número de capacitações ofertadas
Publicar o inventário de fontes de emissão de poluentes do ar	3	dez-25	Rafael Campos	Número de publicações disponibilizadas
Norma de plano de mitigação de padrões de emissões de gases de efeito estufa	1	dez-24	Rafael Campos	Número de normas elaboradas ou revisadas
Campanhas exploratórias para à rede de monitoramento da qualidade do ar	4	dez-25	Rafael Campos	Número de campanhas exploratórias realizadas
Modernizar a rede de monitoramento da qualidade ambiental do ar	70	dez-25	Rafael Campos	Percentual de estações de monitoramento substituídas
Ofertar rodas de debates com os municípios	16	dez-25	Vitor Nacif	Número de debates realizados
Treinar e capacitar os agentes das superintendências	6	dez-25	Vitor Nacif	Número de cursos realizados
Instituir o CT de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de RA	1	dez-24	Vitor Nacif	Número de funcionalidades criadas
Regulamentar o CT de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de RA	1	dez-23	Vitor Nacif	Número de normas elaboradas ou revisadas
Elaborar o manual de fiscalização ambiental	1	dez-25	Vitor Nacif	Número de manuais elaborados
Incorporar o Sistema Estadual de Informações sobre Meio-ambiente (SEIMA)	6	dez-25	Vitor Nacif	Número de anos contemplados
Implantar a auditoria de acompanhamento de execução do gasto público	3	dez-25	Fabiano Penny	Número de auditorias de acompanhamento realizadas
Incorporar o uso de câmeras corporais durante as ações de fiscalização	100	jun-24	Lilio Manfredo	Percentual de fiscais atendidos
Instituir o cadastro funcional para fins de integridade	1	abr-24	Lilio Manfredo	Número de formulários adotados

Iniciativa	Meta	Prazo	Responsável	Indicador
Ofertar horas técnicas sobre direito administrativo	4	dez-25	Milton Jardim	Número de horas técnicas ofertadas
Disponibilizar os pareceres jurídicos segundo LAI e LGPD	1	abr-24	Rafaella Carvalho	Número de seções atualizadas
Reestruturar o Núcleo de Atendimento ao Público e aos Órgãos de Controle	2	dez-24	Fabiana Coelho	Número de tecnologias incorporadas
Desenvolver soluções de Inteligência Geográfica para a gestão ambiental	3	dez-24	Gabriel Lardosa	Número de funcionalidades criadas
Regulamentar procedimentos e proteção de dados geoespaciais	2	dez-24	Gabriel Lardosa	Número de procedimentos regulamentados
Detectar a perda de cobertura florestal	3	dez-25	Gabriel Lardosa	Número de funcionalidades criadas
Conduzir o mapeamento de Uso do Solo e Cobertura Vegetal do estado	1	dez-24	Gabriel Lardosa	Número de mapas disponibilizados
Modelo de serviços Ecosistêmicos em áreas de proteção/recuperação de mananciais	2	dez-25	Gabriel Lardosa	Número de estudos conduzidos
Promover o gerenciamento costeiro no estado do Rio de Janeiro (Projeto ORLA)	5	dez-25	Gabriel Lardosa	Número de planos de gestão integrada aprovados
Rever os procedimentos de indenização dos custos de análise e processamento	1	dez-24	Max Reis	Número de normas elaboradas ou revisadas
Atualizar as listas de verificação do Portal do Licenciamento	10	abr-24	Max Reis	Número de listas de verificação atualizadas
Aprimorar o sistema de gestão de boletos	1	mar-24	Roberto Calomeni	Número de funcionalidades criadas
Promover a integração entre os diferentes sistemas de informação	1	jun-25	Roberto Calomeni	Número de funcionalidades criadas
Ampliar as funcionalidades do sistema de licenciamento ambiental (AVATAR)	3	ago-24	Roberto Calomeni	Número de funcionalidades criadas
Promover a integração entre os diferentes sistemas de licenciamento	2	dez-23	Roberto Calomeni	Número de base de dados migradas
Incorporar práticas de proteção de dados e segurança da informação	10	abr-24	Roberto Calomeni	Número de procedimentos e documentos protegidos

Iniciativa	Meta	Prazo	Responsável	Indicador
Modernizar os equip. de suporte aos mecanismos e canais de aten. e comunicação	100	dez-24	Ana Paula Paiva	Percentual de execução do plano de ação
Reformular a comunicação institucionais nos canais de divulgação	510000	dez-24	Ana Paula Paiva	Número de acessos (portal, extranet e redes sociais)
Propor novos canais de comunicação	1	dez-25	Ana Paula Paiva	Número de novos canais de comunicação
Conceber o Plano de Comunicação Institucional	1	jun-24	Ana Paula Paiva	Número de planos de elaborados
Propor diretrizes e procedimentos para as ações de Comunicação Institucional	1	jun-24	Ana Paula Paiva	Número de normas elaboradas ou revisadas
Percurso formativo de educação ambiental: sustentabilidade socioambiental da MA	100	jun-24	Bruno Waldman	Número de escolas formadas
Ofertar o percurso formativo de educação ambiental: ligado no clima	1	dez-24	Bruno Waldman	Número de políticas públicas formalizadas
Incorporar a agenda A3P no instituto	3	dez-24	Bruno Waldman	Número de práticas sustentáveis incorporadas
Executar a formação continuada em educação ambiental para comitês de BH	1	jun-24	Bruno Waldman	Número de mentorias realizadas
Realizar o Prêmio Anual de melhores práticas de educação ambiental	2	dez-25	Bruno Waldman	Número de prêmios realizados
Adequar o ambiente de trabalho às melhores práticas ergonômicas	1	ago-24	Camila Mariano	Número de estudos realizados
Revisar a Carta de Serviços ao Cidadão	1	dez-24	Carlos Couto	Número de cartas elaboradas ou revisadas
Conceber e operacionalizar o Plano de Integridade do INEA	1	dez-23	Carlos Couto	Número de planos elaborados ou revisados
Revisar o Regimento Interno do Inea	1	jun-24	Carlos Couto	Número de regimentos elaborados ou revisados
Ofertar cursos de capacitação	1500	dez-25	Cleic Kelly Peçanha	Número de participantes concluintes
Ofertar seminários, oficinas e encontros técnicos	15	dez-25	Cleic Kelly Peçanha	Número de eventos ofertados

Iniciativa	Meta	Prazo	Responsável	Indicador
Institucionalizar o Programa de Saúde e Bem-estar	15	dez-25	Cleic Kelly Peçanha	Número de campanhas realizadas
Regulamentar o Plano de Desenvolvimento Individual	1	dez-25	Eduarda Borba	Número de normas elaboradas ou revisadas
Instituir o Portfólio de Competências dos cargos de liderança	1	mar-25	Eduarda Borba	Número de portfólio de competências elaborado
Adequar o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos	1	mai-24	Eduarda Borba	Número de minuta de projeto de lei elaborada
Ofertar Intercâmbio em Gestão Ambiental ou Pública	2	dez-25	Elaine Costa	Número de intercâmbios ofertados
Elaborar o Plano Anual de Capacitação	2	dez-23	Elaine Costa	Número de planos elaborados
Ofertar Curso de Pós-graduação (stricto sensu)	5	dez-25	Elaine Costa	Número de vagas preenchidas
Instituir e regulamentar o Quadro de Instrutores Internos da Univ. do Ambiente	1	jun-24	Elaine Costa	Número de portarias de regulamentação publicadas
Reformular a Plataforma Ambiente +	10	mar-24	Felipe Rodrigues	Número de painéis (por eixo) atualizados
Produzir relatórios informativos sobre a atuação do órgão (Inea em números)	2	dez-25	Felipe Rodrigues	Número de relatórios elaborados
Reformular o painel Gestão à Vista	10	mar-24	Felipe Rodrigues	Número de painéis (por eixo) atualizados
Conceber a política de reconhecimento profissional (Gente que cuida do Ambiente)	1	jul-24	Giulia Alves	Número de planos elaborados ou revisados
Regulamentar os procedimentos de termos de ajustamento de conduta	4	dez-24	Hilana Andrade	Número de melhorias adotadas
Regulamentar os procedimentos do conselho diretor	1	de-24	Hilana Andrade	Número de melhorias adotadas
Produzir peças de comunicação visual	60	dez-25	Luciana Figueiredo	Número de peças de comunicação produzidas
Aprimorar a Norma do Contrato de Gestão (NOI-INEA-05-R.2)	1	jun-24	Mario Leste	Número de normas elaboradas ou revisadas

Iniciativa	Meta	Prazo	Responsável	Indicador
Aprimorar a Norma da Avaliação de Desempenho Individual (NOI-INEA-06-R.2)	1	dez-24	Mario Leste	Número de normas elaboradas ou revisadas
Aprimorar a Norma Institucional de Normatização (NOI-INEA-01-R.1)	1	dez-23	Mario Leste	Número de normas elaboradas ou revisadas
Incentivar a pesquisa científica nas unidades de conservação estaduais	1	dez-24	Quezia Fortunato	Número de edições realizadas
Realizar o Prêmio Anual de produções técnico-científicas sob a temática ambiental	9	dez-25	Quezia Fortunato	Número de ganhadores do prêmio
Regulamentar o afastamento e a redução de carga horária por ações de formação	1	dez-23	Quezia Fortunato	Número de normas elaboradas ou revisadas
Modernizar o sistema predial de combate à incêndio	1	jun-24	Ronan Silva	Número de projetos básicos elaborados
Reformular o Portal do INEA	10	dez-24	Tânia Machado	Número de seções atualizadas
Estimular a produção técnico-científica (Livros autorais)	10	dez-25	Tânia Machado	Número de publicações editadas
Estimular a produção técnico-científica (Revista Ineana)	12	dez-25	Tânia Machado	Número de revistas publicadas
Conduzir a Pesquisa de Satisfação no Licenciamento	1	jun-25	Teresa Muylaert	Número de pesquisas realizadas
Mapear e redesenhar o fluxo de atendimento	1	dez-24	Teresa Muylaert	Número de estudos realizados
Regulamentar os procedimentos em caso de assédio sexual e moral	1	mar-24	Thais Ferreira	Número de normas elaboradas ou revisadas
Atualizar a tabela de temporalidade dos documentos institucionais	1	dez-24	Wellington Lira	Número de documentos publicados
Adquirir publicações para o acervo técnico	100	dez-25	Wellington Lira	Percentual de execução do plano de ação
Propor diretrizes e procedimentos para as ações da Biblioteca	1	jun-24	Wellington Lira	Número de normas elaboradas ou revisadas

### 9 Plano de gestão de pessoas do PE

Cargo	Atual	Ideal	Competências existentes	Competências requeridas	Resposta
Gerente	1	1	Planejamento, gerenciamento, monitoramento, avaliação, projetos, processos, qualidade, riscos, estatística e econometria	Inteligência artificial, ciência de dados, motivação e liderança	Capacitação em cursos de formação executiva
Chefe	2	2	Planejamento, gerenciamento e monitoramento de projetos	Projetos, processos, indicadores, riscos e qualidade	Capacitação em cursos de ensino à distância da ENAP
Analista	0	4	-	Monitoramento e avaliação	Expectativa: Contratação de analistas para cada serviço Realidade: Formalizar cessões sob demanda de analistas da diretoria ou Realizar parcerias com outras unidades
Assistente	1	1	Organização e controle	Gestão da rotina e processamento de dados	Capacitação em cursos de organização e métodos
Estagiário	0	1	-	Administração geral	Expectativa: Contratação de estagiário para a gerência Realidade: Formalizar cessões sob demanda de estagiários da diretoria

## 10 Plano de contingências do PE

Risco	Consequência	Gravidade	Probabilidade	Resposta
Baixo quórum nas reuniões	Aumento da taxa de insucesso das iniciativas	Muito alta	Alta	Evitar <sup>1</sup>
Baixo envolvimento da alta liderança	Enfraquecimento do instrumento de planejamento	Muito alta	Baixa	Transferir <sup>2</sup>
Surgimento de demandas não-planejadas	Deslocamento do tempo e da dedicação	Moderada	Alta	Reduzir <sup>3</sup>
Retardo no início das iniciativas	Não cumprimento dos prazos acordados	Baixa	Moderada	Aceitar <sup>4</sup>
Indisponibilidade da área de tecnologia	Perda de eficiência analítica	Alta	Muito baixa	Transferir <sup>2</sup>
Desvio negativo acima do aceitável	Não cumprimento dos prazos acordados	Moderada	Moderada	Reduzir <sup>3</sup>
Atraso no envio das informações	Monitoramento e controle intempestivo	Baixa	Alta	Reduzir <sup>3</sup>
Manutenção de serviços personificados	Gargalo nas entregas pelo conhecimento retido	Alta	Baixa	Transferir <sup>2</sup>
Contingenciamento financeiro	Enfraquecimento do instrumento de planejamento	Alta	Moderada	Transferir <sup>2</sup>
Pedidos de revisão acima do aceitável	Enfraquecimento do instrumento de planejamento	Baixa	Baixa	Aceitar <sup>4</sup>
Troca dos responsáveis pelas iniciativas	Aumento da taxa de insucesso das iniciativas	Muito alta	Moderada	Evitar <sup>1</sup>
Envio de dados e informações incompletos	Monitoramento e controle intempestivo	Moderada	Muito baixa	Aceitar <sup>4</sup>
Monitoramento e controle intempestivo	Comunicação institucional prejudicada	Moderada	Muito alta	Evitar <sup>1</sup>
Dificuldade de agendamento das reuniões	Monitoramento e controle intempestivo	Moderada	Alta	Reduzir <sup>3</sup>
Painel de controle desatualizado	Comunicação institucional prejudicada	Muito baixa	Moderada	Aceitar <sup>4</sup>

<sup>1</sup> Na forma “evitar”, promove-se a alteração do plano de ação da iniciativa a fim de eliminar a condição que a expunha à ocorrência do evento ou à gravidade do impacto.

<sup>2</sup> Na forma “transferir”, promove-se a transferência das consequências do evento, bem como a responsabilidade de resposta, a quem mais bem preparado para enfrentá-lo.

<sup>3</sup> Na forma “reduzir”, promove-se a concepção de respostas para minimizar a probabilidade de ocorrência do evento ou a gravidade do impacto até tornar o risco aceitável.

<sup>4</sup> Na forma “aceitar”, convive-se com o risco uma vez que ou sua criticidade é baixa, ou é improvável o evento.

## 11 Plano de continuidade do PE

Condição	Consequência	Resposta
Instabilidade política	Questionamento sobre a importância da área	Defesa técnica dos avanços
Descontinuidade administrativa	Perda de protagonismo institucional	Estruturar e publicizar legados
Regime de contingenciamento fiscal	Indisponibilidade de soluções de mercado	Concentrar esforços na experiência acumulada
Política de gestão de pessoas restrita	Não preenchimento de lacunas de competências e de quantitativo	Construir alianças e parcerias com outros atores
Escassez de recursos disponíveis	Indisponibilidade de soluções de mercado	Antever soluções internas factíveis
Instrumentos de divulgação desatualizados	Comunicação institucional prejudicada	Prever novos meios de comunicação

<b>Implantar a rede estadual de atendimento à fauna silvestre (CETRAS e CAFS)</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Marcelo Cupello
<b>Eixo de atuação</b>	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Conservar a vegetação nativa e a fauna silvestre
<b>Objetivo</b>	Implantar a rede estadual de triagem, de atendimento e de recuperação de animais silvestres no estado do Rio de Janeiro, em local estratégico, para permitir o recebimento e o atendimento veterinário especializado de animais silvestres decorrentes de fiscalização e apreensão por conta dos órgãos estaduais e municipais
<b>Indicador</b>	Número de centros de triagem e de atendimento criados
<b>Meta</b>	6
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Máxima
<b>Entregas</b>	Centro de Triagem e de Recuperação de Animais Silvestres (CETRAS) e Centro de Atendimento à Fauna Silvestre (CAFS) criados, sendo 2 CAFS em 2024 e 2 CAFS e 2 CETRAS em 2025, além de acordo de cooperação técnica firmado com o IBAMA
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a conservação da vegetação e a proteção da biodiversidade local que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo a realização de recebimento e de atendimento veterinário especializado de animais silvestres decorrentes de fiscalização e apreensão para permitir a reabilitação e posterior reintrodução de animais nativos, mitigando, assim, os impactos sobre a fauna local

<b>Desenvolver sistemas que forneçam suporte ao controle das atividades de fiscalização</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Ricardo Marcelo
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão da tecnologia e da informação
<b>Objetivo estratégico</b>	Ampliar e integrar sistemas de operação e de informação
<b>Objetivo</b>	Desenvolver sistemas que integrem os dados relevantes da fiscalização ambiental em uma única fonte, permitindo a inserção e a extração de informações mais completas, precisas e integradas a partir do aproveitamento dos cadastros existentes, de modo a incutir não só maior agilidade no processo de combate às infrações ambientais, mas também otimizar processos internos de trabalho de modo a promover a eficácia no controle ambiental
<b>Indicador</b>	Número de sistemas desenvolvidos
<b>Meta</b>	2
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Máxima
<b>Entregas</b>	Sistema de Apuração das Infrações Ambientais e de Acompanhamento e Monitoramento de Outorgas de Recursos Hídricos
<b>Justificativa</b>	A promoção da inovação no setor público, o estímulo à melhoria contínua na prestação de serviços públicos e a maximização dos resultados das políticas públicas são objetivos centrais de qualquer organização pública que se preze. Logo, é parte essencial desse processo perseguir uma visão holística sobre os dados e informações produzidos internamente com maior preocupação para com a qualidade na prestação e na satisfação dos usuários externos e internos de seus serviços

<b>Desenvolver sistemas que forneçam suporte ao controle das atividades de pós-licença</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Ricardo Marcelo
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão da tecnologia e da informação
<b>Objetivo estratégico</b>	Ampliar e integrar sistemas de operação e de informação
<b>Objetivo</b>	Desenvolver sistemas que integrem os dados relevantes do pós-licença ambiental em uma única fonte, permitindo a inserção e a extração de informações mais completas, precisas e integradas a partir do aproveitamento dos cadastros existentes, de modo a incutir não só maior agilidade no processo de acompanhamento de atividades licenciadas, mas também otimizar processos internos de trabalho de modo a promover a eficácia no controle ambiental
<b>Indicador</b>	Número de sistemas desenvolvidos
<b>Meta</b>	3
<b>Prazo</b>	jan-25
<b>Categorização</b>	Máxima
<b>Entregas</b>	Sistema de operação e informação de monitoramento de licenças ambientais, de rastreamento do transporte rodoviário (inclusive com o mapeamento de risco dinâmico) e de modernização do manifesto de transporte de resíduos
<b>Justificativa</b>	A promoção da inovação no setor público, o estímulo à melhoria contínua na prestação de serviços públicos e a maximização dos resultados das políticas públicas são objetivos centrais de qualquer organização pública que se preze. Logo, é parte essencial desse processo perseguir uma visão holística sobre os dados e informações produzidos internamente com maior preocupação para com a qualidade na prestação e na satisfação dos usuários externos e internos de seus serviços

Reduzir o passivo de análise dos requerimentos de licenciamento e controle ambiental	
Líder da iniciativa	Rodrigo Bianchini
Eixo de atuação	Licenciamento ambiental e pós-licença
Objetivo estratégico	Reduzir o tempo de resposta ao requerente
Objetivo	Reduzir pela metade em 2 anos o passivo de análise dos requerimentos de licenciamento e controle ambiental pendentes aferidos ao final do ano de 2023 a partir de estratégias específicas de aceleração do licenciamento e de aumento da produtividade individual
Indicador	Percentual de redução do passivo de análise
Meta	50
Prazo	dez-25
Categorização	Máxima
Entregas	Redução pela metade do passivo de análise dos requerimentos de licenciamento e controle ambiental pendentes
Justificativa	Um importante desafio na gestão pública é prestar respostas ágeis e acuradas ao cidadão ou ao empreendedor de modo que não represente um obstáculo à legalização ambiental ou ao desenvolvimento econômico. Logo, é parte essencial desse processo propor estratégias específicas para aumentar a produtividade individual e com isso reduzir o tempo de resposta ao cidadão

<b>Retirar lixo flutuante de lagoas e baías estratégicas</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Sebastião Bruno
<b>Eixo de atuação</b>	Recuperação ambiental, controle de inundações e prevenção de acidentes
<b>Objetivo estratégico</b>	Recuperar sistemas lagunares e bacias hidrográficas
<b>Objetivo</b>	Retirar lixo flutuante no sistema lagunar de Jacarepaguá e nos corpos hídricos que deságuam na baía de Guanabara com o uso de ecobarreiras de modo a minimizar os impactos sofridos pela população e meio ambiente em decorrência da atuação antrópica degenerativa
<b>Indicador</b>	Volume de lixo flutuante retirado
<b>Metas</b>	30000
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Máxima
<b>Entregas</b>	Volume de lixo flutuante retirado no sistema lagunar de Jacarepaguá e na baía de Guanabara
<b>Justificativa</b>	A atuação do setor ambiental sofre grande pressão por parte da sociedade que exige políticas ambientais que, ao mesmo tempo, ajudem a preservar os recursos naturais ainda existentes e a recuperar aqueles degradados, o que requer amplas ações estruturais e não-estruturais para mitigar os impactos ambientais em decorrência da atuação antrópica degenerativa. Logo, é parte essencial desse processo a retirada de lixo flutuante de lagoas e baías estratégicas para minimizar os impactos sofridos pelo meio ambiente e população do entorno em decorrência da atuação antrópica degenerativa

<b>Ampliar as funcionalidades do sistema de licenciamento ambiental (AVATAR)</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Roberto Calomeni
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão da tecnologia e da informação
<b>Objetivo estratégico</b>	Ampliar e integrar sistemas de operação e de informação
<b>Objetivo</b>	Aprimorar o sistema de licenciamento ambiental (AVATAR) com a incorporação de funcionalidades que disponibilizem dados e informações decorrentes de outros procedimentos ou bases de forma agregada, relevante e tempestiva aos analistas durante os procedimentos de análise dos requerimentos de licenciamento e de controle ambiental
<b>Indicador</b>	Número de funcionalidades criadas
<b>Meta</b>	3
<b>Prazo</b>	ago-24
<b>Categorização</b>	Máxima
<b>Entregas</b>	Funcionalidades de geração de relatórios gerenciais, de banco de condicionantes de licença e de cadastro único de requerentes (empreendimentos) incorporadas ao AVATAR
<b>Justificativa</b>	A promoção da inovação no setor público, o estímulo à melhoria contínua na prestação de serviços públicos e a maximização dos resultados das políticas públicas são objetivos centrais de qualquer organização pública que se preze. Logo, é parte essencial desse processo perseguir uma visão holística sobre os dados e informações produzidos internamente com maior preocupação para com a qualidade na prestação e na satisfação dos usuários externos e internos de seus serviços

<b>Mapear e redesenhar o fluxo de atendimento</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Teresa Muylaert
<b>Eixo de atuação</b>	Governança e controle interno
<b>Objetivo estratégico</b>	Promover a integração externa e interna
<b>Objetivo</b>	Coletar dados e informações sobre a qualidade do serviço de um modo geral junto aos usuários para, em seguida, a partir de seus resultados subsidiar diversas ações específicas futuras de aprimoramento contínuo na ouvidoria, na central de atendimento, no portal, nas plataformas interativas, na legislação vigente etc
<b>Indicador</b>	Número de estudos realizados
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Máxima
<b>Entregas</b>	Relatório consolidado sobre o grau de (in)satisfação do usuário a partir de ferramenta específica
<b>Justificativa</b>	A orientação da atuação governamental para a promoção de mudanças e melhorias reais no bem-estar da sociedade civil de um modo geral deve ser a missão precípua de qualquer instituição pública. Logo, é parte essencial desse processo conhecer suas forças e fraquezas para, em seguida, reforçar suas potencialidades e mitigar suas vulnerabilidades de modo a incutir maior qualidade ao serviço prestado de um modo geral junto aos usuários externos

Prevenir e combater incêndios florestais	
Líder da iniciativa	Raphael Freire
Eixo de atuação	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
Objetivo estratégico	Conservar a vegetação nativa e a fauna silvestre
Objetivo	Prevenir e combater incêndios florestais por meio da construção de aceiros e da emissão de notificações preventivas de modo a reduzir a quantidade de ocorrências e por conseguinte diminuir a extensão das áreas afetadas pelos incêndios florestais nas unidades de conservação estaduais
Indicador	Número de notificações preventivas de incêndio emitidas
Meta	2600
Prazo	dez-25
Categorização	Alta
Entregas	Emissão de notificações preventivas de de incêndio florestal (sendo 600 em 2023, 1000 em 2024 e 1000 em 2025), além da construção ou manutenção de 9.600 metros de aceiros em áreas mais suscetíveis à incêndios florestais nas unidades de conservação estaduais (sendo 2600 em 2023, 3000 em 2024 e 4000 em 2025)
Justificativa	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a incorporação de práticas ambientalmente sustentáveis que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo a adoção de práticas de prevenção e combate a incêndios florestais nas unidades de conservação estaduais uma vez que representa uma das maiores ameaças à biodiversidade, sobretudo num período de mudanças climáticas e um risco à comunidade do entorno, além de ser fonte de poluentes atmosféricos

<b>Conduzir ações de prevenção e defesa florestal (Programa Fumaça Zero)</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Raphael Freire
<b>Eixo de atuação</b>	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Conservar a vegetação nativa e a fauna silvestre
<b>Objetivo</b>	Conduzir ações de prevenção e defesa florestal por meio da emissão de notificações preventivas de modo a reduzir a quantidade de ocorrências e por conseguinte diminuir a extensão das áreas afetadas pelos incêndios florestais nas unidades de conservação estaduais no âmbito do Programa Fumaça Zero
<b>Indicador</b>	Número de notificações de defesa florestal emitidas
<b>Meta</b>	4500
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	Notificações preventivas de defesa florestal emitidas (sendo 1000 em 2023, 1500 em 2024 e 2000 em 2025), com descrição das ações, datas de realização e resultados obtidos, além da oferta de cursos de capacitação em prevenção e defesa florestal para o corpo funcional do instituto e demais voluntários atuantes em áreas protegidas para fins de aperfeiçoamento de legislação e incorporação das melhores práticas de prevenção e combate a incêndios florestais (sendo 2 em 2023, 5 em 2024 e 10 em 2025)
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a incorporação de práticas ambientalmente sustentáveis que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo a adoção de práticas de prevenção e de defesa florestal nas unidades de conservação estaduais uma vez que representa uma das maiores ameaças à biodiversidade, sobretudo num período de mudanças climáticas e um risco à comunidade do entorno, além de ser fonte de poluentes atmosféricos

Reintroduzir a ave guará-vermelho na Reserva Biológica Estadual de Guaratiba	
Líder da iniciativa	Marcelo Cupello
Eixo de atuação	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
Objetivo estratégico	Conservar a vegetação nativa e a fauna silvestre
Objetivo	Reintroduzir a ave guará-vermelho ( <i>Eudocimus ruber</i> ) na Reserva Biológica Estadual de Guaratiba a fim de mitigar os efeitos perversos da ação antrópica e com isso restaurar a fauna característica do habitat local
Indicador	Número de espécimes reintroduzidos
Meta	60
Prazo	dez-25
Categorização	Alta
Entregas	Reintrodução da ave guará-vermelho ( <i>Eudocimus ruber</i> ) na Reserva Biológica Estadual de Guaratiba, sendo 20 em 2024 e 40 em 2025, além de 3 parcerias firmadas para doação, aclimatação e reprodução da espécie, do monitoramento dos indivíduos reintroduzidos, do engajamento das escolas da região (sendo 6 em 2024 e 13 em 2025) e da elaboração de vídeo institucional com as experiências e lições aprendidas com todos os atores envolvidos (em 2025)
Justificativa	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a conservação da vegetação e a proteção da biodiversidade local que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo a reintrodução de animais silvestres específicos característicos de uma determinada fauna local a fim de mitigar os efeitos perversos da ação antrópica

<b>Cadastrar áreas de soltura de animais silvestres (ASAS)</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Marcelo Cupello
<b>Eixo de atuação</b>	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Conservar a vegetação nativa e a fauna silvestre
<b>Objetivo</b>	Cadastrar a rede estadual de áreas de soltura de animais silvestres no estado do Rio de Janeiro, em local estratégico, para permitir reintrodução de animais silvestres decorrentes de fiscalização e apreensão por conta dos órgãos estaduais e municipais em habitat adequados por meio do programa Bicho no Mato
<b>Indicador</b>	Número de áreas de solturas cadastradas
<b>Meta</b>	6
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	Áreas de soltura de animais silvestres cadastradas, sendo 2 em 2024 e 4 em 2025, além da revisão da NOP-INEA-62
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a conservação da vegetação e a proteção da biodiversidade local que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo a adequada soltura de animais silvestres decorrentes de fiscalização e apreensão para permitir a sua reintrodução no habitat, mitigando, assim, os impactos sobre a fauna local

<b>Desassorear corpos hídricos estratégicos</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Sebastião Bruno
<b>Eixo de atuação</b>	Recuperação ambiental, controle de inundações e prevenção de acidentes
<b>Objetivo estratégico</b>	Recuperar sistemas lagunares e bacias hidrográficas
<b>Objetivo</b>	Desassorear diversos corpos hídricos no estado do rio de janeiro de modo a recuperar aqueles degradados, minimizando os impactos sofridos pela população e meio ambiente em decorrência da atuação antrópica degenerativa
<b>Indicador</b>	Extensão de corpo hídrico desassoreado
<b>Meta</b>	240000
<b>Prazo</b>	out-24
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	Extensão de corpos hídricos desassoreados no estado do Rio de Janeiro
<b>Justificativa</b>	A atuação do setor ambiental sofre grande pressão por parte da sociedade que exige políticas ambientais que, ao mesmo tempo, ajudem a preservar os recursos naturais ainda existentes e a recuperar aqueles degradados, o que requer amplas ações estruturais e não-estruturais para mitigar os impactos ambientais em decorrência da atuação antrópica degenerativa. Logo, é parte essencial desse processo o desassoreamento de diversos corpos hídricos no estado do rio de janeiro para minimizar os impactos sofridos pelo meio ambiente e população do entorno em decorrência da atuação antrópica degenerativa

<b>Reestruturar o Núcleo de Atendimento ao Público e aos Órgãos de Controle</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Fabiana Coelho
<b>Eixo de atuação</b>	Comunicação com a sociedade e educação para sustentabilidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Ouvir e atender o cidadão
<b>Objetivo</b>	Reestruturar os núcleos de atendimento ao público externo e aos órgãos de controle de modo a incorporar o uso de novas tecnologias de controle de prazos de respostas, respostas automáticas, entre outros.
<b>Indicador</b>	Número de tecnologias incorporadas
<b>Meta</b>	2
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	Solução tecnológica de atendimento ao público automatizado para os casos corriqueiros (chatbox), inclusive com a aquisição de outros equipamentos como telefonia móvel e headset, além do aprimoramento das planilhas de cadastro de requisições de órgãos de controle com avisos automáticos de controle de prazos e painéis de consulta e de controle de situação.
<b>Justificativa</b>	A promoção da inovação no setor público e o estímulo à melhoria contínua na prestação de serviços públicos são objetivos centrais de qualquer organização pública que se preze. Logo, é parte essencial desse processo automatizar fluxos de trabalho repetitivos e dispor de uma visão holística sobre os dados e informações produzidos internamente de modo a liberar os recursos humanos para a melhor satisfação dos usuários externos para com o atendimento

<b>Conceber e operacionalizar o Plano de Integridade do INEA</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Carlos Couto
<b>Eixo de atuação</b>	Governança e controle interno
<b>Objetivo estratégico</b>	Fortalecer práticas de integridade pública
<b>Objetivo</b>	Elaborar o plano de integridade do INEA, informando aos usuários externos e internos a governança de gerenciamento de riscos à sua integridade, além de delimitar a situação pretendida e a forma pela qual irá perseguir-la a fim de clarificar a sua forma de conduta
<b>Indicador</b>	Número de planos elaborados ou revisados
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-23
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	Plano de integridade contendo a governança e as intervenções de acordo com a legislação vigente, bem como com a designação dos membros das instâncias
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes maior integridade no uso dos recursos públicos, principalmente a forma pela qual a legalidade e a conduta ética serão perseguidas. Logo, é parte essencial desse processo descrever os procedimentos internos de integridade pública e as competências de cada unidade administrativa de modo a orientar a forma de atuação do profissional no sentido de perseguir a integridade de seus atos e processos administrativos, evitando a prática ilegal ou a conduta inadequada

<b>Fortalecer o uso público nas UCs estaduais</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Marina Moss
<b>Eixo de atuação</b>	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Proporcionar bem-estar aos visitantes e à comunidade do entorno das Ucs
<b>Objetivo</b>	Fortalecer o uso público com estímulo à visitação no interior das unidades de conservação estaduais de modo a aumentar a oferta e a qualidade dos atrativos de turismo e lazer e, por conseguinte, aumentar a satisfação de seus visitantes, além de promover o desenvolvimento de renda local
<b>Indicador</b>	Número de condutores de visitantes capacitados
<b>Meta</b>	300
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	Quadro turístico receptivo ampliado (sendo 60 em 2023, 120 em 2024 e 120 em 2025), centros de visitantes inaugurados (sendo 1 em 2024 e 1 em 2025), trechos de trilhas e de atrativos sinalizados (sendo 20 em 2024 e 20 em 2025), contadores automáticos de visitação instalados (sendo 6 em 2024 e 10 em 2025), além da regulamentação de trilhas de longo curso (sendo 1 em 2024)
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a conservação da vegetação e a proteção da biodiversidade local que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações, o que implica a construção de parcerias com outras entidades do setor público e privado ou da sociedade civil organizada. Logo, é parte essencial desse processo fomentar a visitação no interior das unidades de conservação estaduais com o intuito de realizar a manutenção e controle constante sobre eles, permitindo que as condições ambientais dos locais sejam conservadas de modo que o visitante tenha uma maior satisfação durante sua visita, além de promover o desenvolvimento de renda local

Elaborar e rever planos de manejo das UC's estaduais	
Líder da iniciativa	Eduardo Antunes
Eixo de atuação	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
Objetivo estratégico	Conservar a vegetação nativa e a fauna silvestre
Objetivo	Elaborar e rever planos de manejo das unidades de conservação estaduais de modo a cumprir com os ditames do art. 27 da Lei nº 9.985/2000, além de contribuir para a efetiva implementação da unidade
Indicador	Número de planos de manejo elaborados ou revisados
Meta	8
Prazo	dez-25
Categorização	Alta
Entregas	Planos de manejo de unidades de conservação estaduais (8 ao todo), contemplando relatórios bimestrais sobre: i) o plano de trabalho específico de cada unidade de conservação; ii) o diagnóstico e a categorização; iii) o guia do participante; iv) os planos de manejos elaborados ou revisados no período; v) as bases de dados geoespaciais; vi) os programas setoriais estratégicos; e vii) os planos de ação dos alvos de conservação
Justificativa	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a conservação da vegetação e a proteção da biodiversidade local que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo a elaboração ou revisão de planos de manejo das unidades de conservação estaduais de modo a cumprir com os ditames do art. 27 da Lei nº 9.985/2000, além de contribuir para a efetiva implementação da unidade, uma vez que possibilita a definição de normas, zoneamento e de ações prioritárias, a fim de garantir que a unidade atinja seus objetivos de criação

<b>Ampliar a área protegida por unidades de conservação estaduais</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Eduardo Antunes
<b>Eixo de atuação</b>	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Conservar a vegetação nativa e a fauna silvestre
<b>Objetivo</b>	Criar unidades de conservação da natureza na região metropolitana e na costa verde com o intuito de proteger integralmente o remanescente florestal da região e com isso conservar espécies da flora e da fauna endêmicas e ameaçadas, além de ampliar a conectividade ecológica
<b>Indicador</b>	Número de unidades de conservação criadas
<b>Meta</b>	2
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	Criação de unidades de conservação estaduais (sendo 1 em 2024 e 1 em 2025), contemplando: i) banco de dados sistematizado da área de interesse para criação; ii) caracterização ambiental e de potencial de uso público; iii) relatório fundiário da propriedade; iv) estudo técnico para criação; e v) fontes disponíveis para promoção da sustentabilidade econômica
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a conservação da vegetação e a proteção da biodiversidade local que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo a criação de duas novas unidades de conservação de modo a contemplar as áreas naturais dos ecossistemas nativos da Mata Atlântica fluminense em termos de maior interesse ecológico de modo a proteger integralmente o remanescente florestal da região e com isso conservar espécies da flora e da fauna endêmicas e ameaçadas e os seus serviços ecossistêmicos

<b>Promover a regularização ambiental das posses e propriedades de imóveis rurais por meio de adesão ao Programa de Regularização Ambiental</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Luana Bianchini
<b>Eixo de atuação</b>	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Promover a restauração ecológica e a regularização ambiental de imóveis rurais
<b>Objetivo</b>	Promover a regularização ambiental das posses e propriedades de imóveis rurais por meio de adesão ao Programa de Regularização Ambiental para fins de adequação ambiental de imóveis rurais segundo as normativas do novo código florestal
<b>Indicador</b>	Número de PRA's aprovados
<b>Meta</b>	15000
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	Regularização ambiental de 15.000 imóveis rurais (sendo 7.500 em 2024 e 7.500 em 2025) mediante a aprovação de PRA's
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a incorporação de práticas ambientalmente sustentáveis que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo promover a adequação ambiental de imóveis rurais por meio da validação de Cadastros Ambientais Rurais para fins de adequação ambiental de propriedades rurais segundo as normativas do novo código florestal de modo a preservar as fontes hídricas e a biodiversidade local por meio da conservação e recuperação dos remanescentes de vegetação nativa

<b>Desenvolver sistemas que forneçam suporte ao controle das atividades de gerenciamento de áreas contaminadas e reabilitadas</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Ingrid Rosa
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão da tecnologia e da informação
<b>Objetivo estratégico</b>	Ampliar e integrar sistemas de operação e de informação
<b>Objetivo</b>	Desenvolver sistemas que integrem os dados relevantes da recuperação e reabilitação ambiental em uma única fonte, permitindo a inserção e a extração de informações mais completas, precisas e integradas a partir do aproveitamento dos cadastros existentes, de modo a incutir não só maior agilidade no processo de gerenciamento de áreas contaminadas, mas também otimizar processos internos de trabalho de modo a promover a eficácia no controle ambiental
<b>Indicador</b>	Número de sistemas desenvolvidos
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	Sistema de controle das atividades de recuperação e reabilitação ambiental (modernização do cadastro de áreas contaminadas e reabilitadas)
<b>Justificativa</b>	A promoção da inovação no setor público, o estímulo à melhoria contínua na prestação de serviços públicos e a maximização dos resultados das políticas públicas são objetivos centrais de qualquer organização pública que se preze. Logo, é parte essencial desse processo perseguir uma visão holística sobre os dados e informações produzidos internamente com maior preocupação para com a efetividade no gerenciamento de passivos ambientais

<b>Instituir ferramenta de gerenciamento de requerimentos de licenciamento e controle ambiental (FLUXO)</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Daiana Ribeiro
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão da tecnologia e da informação
<b>Objetivo estratégico</b>	Ampliar e integrar sistemas de operação e de informação
<b>Objetivo</b>	Conceber uma ferramenta integrada para gerenciamento e acompanhamento do processamento e análise de requerimentos de licenciamento e controle ambiental, no ambiente do AVATAR ou em outra ferramenta a ele integrada, que permita obter informações gerenciais globais para a tomada de decisão
<b>Indicador</b>	Número de funcionalidades criadas
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	mar-24
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	Ferramenta integrada para gerenciamento e acompanhamento do processamento e análise de requerimentos de licenciamento e controle ambiental contemplando o controle sobre tempo, responsável, prioridade, produtividade, entre outros
<b>Justificativa</b>	A promoção da inovação no setor público, o estímulo à melhoria contínua na prestação de serviços públicos e a maximização dos resultados das políticas públicas são objetivos centrais de qualquer organização pública que se preze. Logo, é parte essencial desse processo perseguir uma visão holística sobre os dados e informações produzidos internamente com maior preocupação para com a qualidade da informação gerencial e com isso reduzir o tempo de resposta ao cidadão

Revisar a DZ-041.R-13 (EIA/RIMA)	
<b>Líder da iniciativa</b>	Giselle Menezes
<b>Eixo de atuação</b>	Licenciamento ambiental e pós-licença
<b>Objetivo estratégico</b>	Reduzir o tempo de resposta ao requerente
<b>Objetivo</b>	Revisar a DZ-041.R-13 (estudo de impacto ambiental e do respectivo relatório de impacto ambiental) de modo a adequá-la a atual legislação vigente
<b>Indicador</b>	Número de normas operacionais publicadas
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	NOP_INEA_XX estabelecendo as diretrizes, procedimentos e fluxos acerca dos estudos de impacto ambiental e dos respectivos relatórios de impacto ambiental
<b>Justificativa</b>	É a partir da descrição das diretrizes dos processos internos que a organização delimita os critérios de deferimento de determinados requerimentos de alto e significativo impacto ambiental e, portanto, revela a forma pela qual a concessão de licenças prévias ambientais será conduzida. Logo, é parte essencial desse processo disponibilizar e publicar de forma organizada as normas, procedimentos e fluxos internos para a apresentação dos estudos de impacto ambiental e dos respectivos relatórios de impacto ambiental por parte dos requerentes de modo a otimizar os procedimentos de análise e com isso reduzir o tempo de resposta ao cidadão

<b>Alterar o Decreto Estadual nº 46.890/20219 (Regulamenta o SELCA)</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Leonardo Daemon
<b>Eixo de atuação</b>	Licenciamento ambiental e pós-licença
<b>Objetivo estratégico</b>	Operacionalizar o novo sistema estadual de licenciamento
<b>Objetivo</b>	Alterar o Decreto Estadual nº 46.890/20219, que institui e regulamenta o SELCA, de modo a incluir e suprimir espécies de licenças, ampliar o rol de atividades suscetíveis ao licenciamento ambiental comunicado e rever o prazo de vigência de determinadas licenças
<b>Indicador</b>	Número de decretos estaduais publicados
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	Novo Decreto Estadual publicado, retificando parte do teor do atual Sistema Estadual de Licenciamento e Controle Ambiental
<b>Justificativa</b>	A atuação do setor ambiental sofre grande pressão, especialmente, de dois grandes atores. De um lado, a sociedade exige políticas ambientais que, ao mesmo tempo, ajudem a preservar os recursos naturais ainda existentes e a recuperar aqueles degradados, o que requer amplas ações de regulação, monitoramento e fiscalização ambiental de modo atuante, transparente e eficaz. De outro, o setor produtivo manifesta intensamente o anseio por um sistema de licenciamento ambiental ágil, inovador e eficiente, que não represente um obstáculo ao desenvolvimento econômico e à geração de empregos. Logo, é parte essencial desse processo simplificar os procedimentos de abertura e análise prévia dos pedidos de obtenção de instrumentos de licenciamento e controle ambiental de modo a aumentar a produtividade e com isso reduzir o tempo de resposta ao cidadão

<b>Regulamentar o art. 12 do Decreto Estadual nº 48.690/2019 (critérios de sustentabilidade)</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Rodrigo Bianchini
<b>Eixo de atuação</b>	Licenciamento ambiental e pós-licença
<b>Objetivo estratégico</b>	Operacionalizar o novo sistema estadual de licenciamento
<b>Objetivo</b>	Estabelecer os critérios de sustentabilidade para fins de ampliação do prazo de validade das licenças ambientais em razão da incorporação de práticas ambientais pelas atividades ou nos empreendimentos de modo a regulamentar o art. 12 do Decreto Estadual nº 48.690/2019
<b>Indicador</b>	Número de normas operacionais publicadas
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	mar-24
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	NOP_INEA_XX estabelecendo as diretrizes, procedimentos e fluxos acerca dos critérios de sustentabilidade exigidos para a concessão de ampliação do prazo de validade das licenças ambientais
<b>Justificativa</b>	É a partir da descrição das diretrizes dos processos internos que a organização delimita os critérios de deferimento de determinados pleitos e, portanto, revela a forma pela qual a concessão de incentivos ambientais será conduzida. Logo, é parte essencial desse processo disponibilizar e publicizar de forma organizada as normas, procedimentos e fluxos internos para a concessão de ampliação do prazo de validade das licenças ambientais em razão da incorporação de práticas ambientais pelas atividades ou nos empreendimentos

<b>Recuperar margens de corpos hídricos estratégicos</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Sebastião Bruno
<b>Eixo de atuação</b>	Recuperação ambiental, controle de inundações e prevenção de acidentes
<b>Objetivo estratégico</b>	Recuperar sistemas lagunares e bacias hidrográficas
<b>Objetivo</b>	Recuperar margens de diversos corpos hídricos no estado do rio de janeiro de modo a restaurar aqueles degradados, minimizando os impactos sofridos pela população e meio ambiente em decorrência da atuação antrópica degenerativa
<b>Indicador</b>	Número de margem de corpo hídrico recuperado
<b>Meta</b>	20
<b>Prazo</b>	nov-24
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	Margens de corpos hídricos recuperados no estado do Rio de Janeiro, inclusive com a instalação de equipamentos públicos
<b>Justificativa</b>	A atuação do setor ambiental sofre grande pressão por parte da sociedade que exige políticas ambientais que, ao mesmo tempo, ajudem a preservar os recursos naturais ainda existentes e a recuperar aqueles degradados, o que requer amplas ações estruturais e não-estruturais para mitigar os impactos ambientais em decorrência da atuação antrópica degenerativa. Logo, é parte essencial desse processo a recuperação de margens de diversos corpos hídricos no estado do rio de janeiro para minimizar os impactos sofridos pelo meio ambiente e população do entorno em decorrência da atuação antrópica degenerativa

<b>Canalizar corpos hídricos estratégicos</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Sebastião Bruno
<b>Eixo de atuação</b>	Recuperação ambiental, controle de inundações e prevenção de acidentes
<b>Objetivo estratégico</b>	Recuperar sistemas lagunares e bacias hidrográficas
<b>Objetivo</b>	Canalizar diversos corpos hídricos no estado do rio de janeiro de modo a recuperar aqueles degradados, minimizando os impactos sofridos pela população e meio ambiente em decorrência da atuação antrópica degenerativa
<b>Indicador</b>	Extensão de corpo hídrico canalizado
<b>Meta</b>	8000
<b>Prazo</b>	out-25
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	Extensão de corpos hídricos canalizados no estado do Rio de Janeiro
<b>Justificativa</b>	A atuação do setor ambiental sofre grande pressão por parte da sociedade que exige políticas ambientais que, ao mesmo tempo, ajudem a preservar os recursos naturais ainda existentes e a recuperar aqueles degradados, o que requer amplas ações estruturais e não-estruturais para mitigar os impactos ambientais em decorrência da atuação antrópica degenerativa. Logo, é parte essencial desse processo a canalização de diversos corpos hídricos no estado do rio de janeiro para minimizar os impactos sofridos pelo meio ambiente e população do entorno em decorrência da atuação antrópica degenerativa

<b>Rever os limiares para o envio de alerta de cheias</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Cinthia Avellar
<b>Eixo de atuação</b>	Recuperação ambiental, controle de inundações e prevenção de acidentes
<b>Objetivo estratégico</b>	Prevenir, controlar e mitigar acidentes ambientais
<b>Objetivo</b>	Rever os limiares para o envio de alerta de cheias pela rede de monitoramento hidrometeorológico para fornecer dados e informações úteis, tempestivas e mais precisas à população em potencial de risco por decorrência de inundações de modo a contribuir para a prevenção, controle e mitigação de acidentes em todo estado do RJ
<b>Indicador</b>	Número de estações hidrometeorológicas aferidas
<b>Meta</b>	36
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	Limiares para o envio de alerta de cheias revistos junto à rede de monitoramento hidrometeorológico própria, reportando dados e informações de forma mais precisa e adequada ao contexto atual
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a mitigação dos riscos de ocorrência de desastres naturais que coloquem em situação de vulnerabilidade uma parcela da população. Logo, é parte essencial desse processo perseguir formas de prevenir e mitigar os impactos causados por inundações e transbordamentos que provocam mortes e desalojamentos. Uma das alternativas é a revisão dos limiares para o envio de alerta de cheias pela rede de monitoramento hidrometeorológico própria para permitir alerta ainda mais precisos à população em situação de risco em razão da ocorrência desses fenômenos para auxiliar na prevenção, mitigação e controle de acidentes, minimizando os impactos e danos à população atingida

<b>Elaborar o mapeamento das áreas vulneráveis à inundação</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Fernanda Spitz
<b>Eixo de atuação</b>	Recuperação ambiental, controle de inundações e prevenção de acidentes
<b>Objetivo estratégico</b>	Prevenir, controlar e mitigar acidentes ambientais
<b>Objetivo</b>	Mapear a suscetibilidade a inundações nas regiões hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro para indicar as regiões mais críticas para ocorrência desses eventos, além de mapear o perigo e risco, em áreas prioritárias, para subsidiar ações de prevenção e mitigação de enchentes e planejamento e ordenamento territorial
<b>Indicador</b>	Número de mapeamentos realizados
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	Mapeamento das áreas vulneráveis à inundação para subsidiar ações de prevenção e mitigação desses eventos, integrando-o às demais políticas setoriais como ordenamento territorial, desenvolvimento urbano e meio ambiente
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a mitigação dos riscos de ocorrência de desastres naturais que coloquem em situação de vulnerabilidade uma parcela da população. Logo, é parte essencial desse processo perseguir formas de prevenir e mitigar os impactos causados por inundações e escorregamentos que provocam mortes e desalojamentos. Uma das alternativas é o mapeamento para identificação das regiões que apresenta o maior potencial para ocorrência desses fenômenos para auxiliar na prevenção, mitigação e controle das inundações, minimizando os impactos e danos à população e ao meio ambiente

<b>Ampliar a verificação sobre o automonitoramento de efluentes líquidos</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Leonardo Fidalgo
<b>Eixo de atuação</b>	Qualidade ambiental do ar, água e solo
<b>Objetivo estratégico</b>	Controlar efluentes líquidos, resíduos sólidos e emissões atmosféricas
<b>Objetivo</b>	Ampliar a verificação complementar sobre o monitoramento de efluentes líquidos por parte das empresas vinculadas ao programa de autocontrole de modo a constatar a conformidade dos dados e informações previamente reportados e adequação à legislação vigente
<b>Indicador</b>	Número de empresas verificadas
<b>Meta</b>	200
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	Empresas vinculadas ao programa de autocontrole de emissão de efluentes devidamente verificadas
<b>Justificativa</b>	A atuação do setor ambiental sofre grande pressão por parte da sociedade, a qual exige políticas ambientais que, ao mesmo tempo, ajudem a preservar os recursos naturais ainda existentes e a recuperar aqueles degradados, o que requer amplas ações de regulação, monitoramento e fiscalização ambiental de modo atuante, transparente e eficaz. Logo, é parte essencial desse processo adotar o exercício de tutela sobre a conformidade dos dados e informações previamente reportados por parte das empresas vinculadas ao programa de autocontrole de emissões de efluentes

<b>Instituir o cadastro técnico estadual de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Vitor Nacif
<b>Eixo de atuação</b>	Governança e controle interno
<b>Objetivo estratégico</b>	Aumentar a qualidade do gasto público
<b>Objetivo</b>	Instituir o cadastro técnico estadual de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais com a disponibilização de uma base de dados e informações decorrentes da nova cobrança da TCFA no âmbito estadual de forma agregada, relevante e tempestiva aos analistas durante os procedimentos de análise dos requerimentos de licenciamento e de controle ambiental, inclusive disponibilizando-o aos municípios
<b>Indicador</b>	Número de funcionalidades criadas
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	Funcionalidades de geração de relatórios gerenciais, de cadastro único de requerentes (empreendimentos) e de arrecadação e repasse de recursos financeiros acerca da cobrança obrigatória do cadastro técnico estadual de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, incluindo a correlação entre a NOP_INEA_46 e o código de atividades do citado cadastro
<b>Justificativa</b>	A promoção da melhoria contínua na prestação de serviços públicos e cumprimento satisfatório de suas atribuições legais são objetivos centrais de qualquer organização pública que se preze. Logo, é parte essencial desse processo perseguir o aumento da arrecadação própria de modo a ampliar o gasto público em ações de incremento de qualidade na prestação e na satisfação dos usuários externos de seus serviços

<b>Desenvolver soluções de Inteligência Geográfica para o aprimoramento da gestão ambiental no estado do Rio de Janeiro</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Gabriel Lardosa
<b>Eixo de atuação</b>	Governança e controle interno
<b>Objetivo estratégico</b>	Fortalecer práticas de governança corporativa
<b>Objetivo</b>	Desenvolver soluções de Inteligência Geográfica para o aprimoramento da gestão ambiental no estado do Rio de Janeiro de modo a suportar a atuação das unidades administrativas no licenciamento, pós-licença e fiscalização ambiental a partir de dados e informações geoespaciais
<b>Indicador</b>	Número de funcionalidades criadas
<b>Meta</b>	3
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	Elaboração de 3 aplicações automatizadas: (i) análise, priorização, encaminhamento e vistoria de alertas de desmatamento no âmbito do Programa Olho no Verde; (ii) geração de laudos para fiscalização ambiental e aplicação do embargo remoto; e iii) relatório de análise espacial para subsidiar o licenciamento ambiental
<b>Justificativa</b>	Um importante desafio na gestão pública é produzir e difundir o conhecimento técnico-científico principalmente no que diz respeito aos seus processos de trabalho, em consonância com os dados e informações deles decorrentes. Logo, é parte essencial desse processo, a partir de evidências robustas e de diagnósticos precisos, apoiar o processo de correção de planos, modificação de políticas e revisão de estratégias, fundamentados nas melhores e mais recentes informações

<b>Detectar a perda de cobertura florestal</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Gabriel Lardosa
<b>Eixo de atuação</b>	Fiscalização ambiental e combate às infrações ambientais
<b>Objetivo estratégico</b>	Incorporar o uso de inteligência nas ações preventivas de fiscalização
<b>Objetivo</b>	Combater a perda de cobertura florestal no território do estado do Rio de Janeiro a partir de dados e informações decorrentes de plataforma espacial auxiliar de monitoramento de desmatamento em áreas prioritárias de modo a fornecer subsídios para a fiscalização ambiental
<b>Indicador</b>	Número de funcionalidades criadas
<b>Meta</b>	3
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	Propor e gerar indicadores integrados de resultado e de processo no âmbito do combate ao desmatamento em termos de fiscalização municipal, estadual e federal, além da ampliação de áreas monitoradas de forma permanente e da adição de áreas de aterros sanitários e lixões
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a conservação da vegetação e a proteção da biodiversidade local que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo produzir e difundir informação a partir de dados decorrentes de seus processos de trabalho a partir da implantação de uma plataforma espacial de detecção de perda de cobertura florestal no território de modo apoiar o processo de correção de planos, modificação de políticas e revisão de estratégias, fundamentados nas melhores e mais recentes informações

<b>Realizar a Modelagem de Serviços Ecossistêmicos em áreas de interesse para proteção e recuperação de mananciais</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Gabriel Lardosa
<b>Eixo de atuação</b>	Segurança hídrica e governança das águas
<b>Objetivo estratégico</b>	Recuperar e proteger mananciais e fontes de abastecimento
<b>Objetivo</b>	Modelar serviços ecossistêmicos em áreas de interesse para proteção, conservação e recuperação de mananciais por meio de medidas de conservação florestal, restauração florestal, conversão produtiva e boas práticas de conservação da água e do solo em imóveis rurais privados, mediante o mecanismo de pagamentos por serviços ambientais
<b>Indicador</b>	Número de estudos conduzidos
<b>Meta</b>	2
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	Quantificação de serviços ecossistêmicos ligados a quantidade e qualidade da água para segurança hídrica em áreas entre 20.000 e 40.000 hectares, além de quantificação de serviços ecossistêmicos ligados a quantidade e qualidade da água para segurança hídrica para a Bacia do Rio Grande
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a incorporação de práticas ambientalmente sustentáveis que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo a modelagem de serviços ecossistêmicos em áreas de interesse para proteção, conservação e recuperação de mananciais por meio de medidas de conservação florestal, restauração florestal, conversão produtiva e boas práticas de conservação da água e do solo em imóveis rurais privados

<b>Promover a integração entre os diferentes sistemas de licenciamento</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Roberto Calomeni
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão da tecnologia e da informação
<b>Objetivo estratégico</b>	Ampliar e integrar sistemas de operação e de informação
<b>Objetivo</b>	Migrar os requerimentos pendentes de licenciamento ambiental do PAD e do LEBRE para o AVATAR de forma a centralizar os requerimentos numa única plataforma e com isso otimizar os procedimentos de análise e com isso reduzir o tempo de resposta ao cidadão
<b>Indicador</b>	Número de base de dados migradas
<b>Meta</b>	2
<b>Prazo</b>	dez-23
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	Requerimentos pendentes de licenciamento ambiental do PAD e do LEBRE transferidos para a plataforma AVATAR
<b>Justificativa</b>	A promoção da inovação no setor público, o estímulo à melhoria contínua na prestação de serviços públicos e a maximização dos resultados das políticas públicas são objetivos centrais de qualquer organização pública que se preze. Logo, é parte essencial desse processo perseguir uma visão holística sobre os dados e informações produzidos internamente com maior preocupação para com a qualidade na prestação e na satisfação dos usuários externos e internos de seus serviços

<b>Incorporar práticas de proteção de dados e segurança da informação</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Roberto Calomeni
<b>Eixo de atuação</b>	Governança e controle interno
<b>Objetivo estratégico</b>	Fortalecer práticas de governança corporativa
<b>Objetivo</b>	Identificar procedimentos e documentos sensíveis cujo acesso pelo público externo deve ser restrito de modo a propor e a incorporar práticas de proteção de dados e segurança da informação em consonância com a legislação vigente
<b>Indicador</b>	Número de procedimentos e documentos protegidos
<b>Meta</b>	10
<b>Prazo</b>	abr-24
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	Práticas de proteção de dados e segurança da informação incorporadas aos procedimentos e documentos sensíveis previamente identificados
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes maior proteção dos dados e segurança das informações de posse do setor público, principalmente aquelas de identificação do indivíduo de acesso restrito. Logo, é parte essencial desse processo incorporar práticas, junto aos procedimentos e documentos sensíveis a cargo do Instituto, que assegurem os direitos fundamentais de privacidade de cada indivíduo de modo a orientar a forma de atuação do profissional no sentido de perseguir a proteção dos dados e segurança das informações, evitando o uso indevido por parte de terceiros

Propor diretrizes e procedimentos para as ações de Comunicação Institucional	
Líder da iniciativa	Ana Paula Paiva
Eixo de atuação	Governança e controle interno
Objetivo estratégico	Promover a integração externa e interna
Objetivo	Aprovar Norma Institucional a fim de estabelecer os procedimentos do Instituto relativos à comunicação institucional adequada ao atual contexto organizacional, desde a elaboração até a sua publicação nos canais oficiais de comunicação tanto para o público externo quanto para o público interno
Indicador	Número de normas elaboradas ou revisadas
Meta	1
Prazo	jun-24
Categorização	Alta
Entregas	NOI_INEA_XX estabelecendo as diretrizes, procedimentos e fluxos acerca da produção e disponibilização de conteúdo institucional
Justificativa	É a partir da descrição dos processos internos que a organização delimita as competências e as responsabilidades de cada unidade administrativa e, portanto, revela a forma pela qual a comunicação institucional será conduzida. Logo, é parte essencial desse processo disponibilizar e publicizar de forma organizada as diretrizes, normas, procedimentos e fluxos internos para ações tanto institucionais quanto operacionais de modo a orientar a atuação uniforme e adequada das unidades administrativas e do corpo funcional do INEA durante a transmissão de mensagens de forma coerente e alinhada aos valores e objetivos do Instituto, bem como de modo a garantir a consistência das informações divulgadas

<b>Incorporar a agenda A3P no instituto</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Bruno Waldman
<b>Eixo de atuação</b>	Comunicação com a sociedade e educação para sustentabilidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Executar políticas de educação ambiental e serviços ambientais
<b>Objetivo</b>	Incorporar a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) na rotina organizacional do edifício-sede de modo a adotar práticas ambientalmente sustentáveis que reduzam a dependência do uso dos recursos naturais durante a sua operação como iluminação eletrônica, temporizadores de torneiras e coleta seletiva
<b>Indicador</b>	Número de práticas sustentáveis incorporadas
<b>Meta</b>	3
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) incorporada à rotina organizacional, contemplando a elaboração relatório circunstanciado
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a incorporação de práticas ambientalmente sustentáveis que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo promover a incorporação de práticas ambientalmente sustentáveis no patrimônio público de modo a reduzir a sua pegada ambiental e consequentemente o uso de recursos naturais escassos.

<b>Adequar o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Eduarda Borba
<b>Eixo de atuação</b>	Governança e controle interno
<b>Objetivo estratégico</b>	Garantir recursos humanos, materiais e financeiros
<b>Objetivo</b>	Revisar a Lei estadual nº 6.101/2011 de modo a sanar questionamentos sobre a aposentadoria de celetistas, os adicionais de insalubridade e periculosidade e avaliação de desempenho e desenvolvimento pessoal para fins de progressão e promoção, além de propor nova tabela de estrutura e de descrição de cargos e de vencimentos com o intuito de valorizar o corpo funcional e evitar a fuga de capital intelectual
<b>Indicador</b>	Número de minuta de projeto de lei elaborada
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	mai-24
<b>Categorização</b>	Alta
<b>Entregas</b>	Minuta de projeto de lei que altere a lei 6.101, de 2011, incluindo estudo de impacto orçamentário e remodelagem da estrutura e descrição dos cargos
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um corpo funcional engajado, satisfeito e esclarecido é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de atender e satisfazer a sociedade como um todo. Logo, é parte essencial desse processo deter um Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos condizente com o cenário atual que atraia e retenha um capital intelectual condizente com os desafios que a missão e visão lhe impõe

<b>Viabilizar parcerias, concessões, autorizações e permissões de uso em UCs estaduais</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Marina Moss
<b>Eixo de atuação</b>	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Perseguir a sustentabilidade econômico-financeira das Ucs e dos Hfs
<b>Objetivo</b>	Viabilizar parcerias, concessões, autorizações e permissões de uso em unidades de conservação estaduais com o intuito de ampliar o volume de recursos captados como contrapartida decorrente de autorizações emitidas pela realização de eventos ou pelo uso de imagens e estruturas
<b>Indicador</b>	Número de serviços concedidos
<b>Meta</b>	4
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Serviços de apoio à visitação concedidos (sendo 1 em 2023 e 3 em 2025), empreendimentos capacitados e credenciados (sendo 70 em 2024 e 35 em 2025), roteiros turísticos elaborados (sendo 10 em 2024 e 15 em 2025) e negócios acelerados (sendo 15 em 2025)
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a conservação da vegetação e a proteção da biodiversidade local que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo viabilizar parcerias, concessões, autorizações e permissões de uso em unidades de conservação estaduais com o intuito de ampliar o volume de recursos captados como contrapartida decorrente de concessão de serviços públicos ou de autorizações emitidas pela realização de eventos ou pelo uso de imagens e estruturas de modo a aplicá-los na melhoria da infraestrutura das sedes ou das condições de trabalho do corpo funcional

<b>Instituir a avaliação periódica sobre o grau de implementação de RPPNs</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Eduardo Antunes
<b>Eixo de atuação</b>	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Conservar a vegetação nativa e a fauna silvestre
<b>Objetivo</b>	Instituir metodologia com a proposição de critérios que permitam a avaliação periódica sobre o grau de implementação de RPPNs com o intuito de fornecer subsídios para proposição de políticas específicas de conservação a partir de processo sistemático de coleta e análise de dados e informações
<b>Indicador</b>	Número de reservas particulares avaliadas
<b>Meta</b>	12
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Resolução com a regulamentação da metodologia em consonância com os critérios do ICMS Ecológico, além de 3 relatórios de avaliação consolidados com a exposição da avaliação piloto sobre 12 RPPNs
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a conservação da vegetação e a proteção da biodiversidade local que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo a produção de conhecimento sobre a condição atual das reservas particulares de patrimônio natural a fim de fornecer subsídios para proposição de políticas específicas de conservação

Validar as informações dos cadastros ambientais rurais	
Líder da iniciativa	Luana Bianchini
Eixo de atuação	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
Objetivo estratégico	Promover a restauração ecológica e a regularização ambiental de imóveis rurais
Objetivo	Fortalecer a gestão florestal e a regularização ambiental nas posses e nas propriedades de imóveis rurais por meio da estruturação do módulo de análise de Cadastros Ambientais Rurais segundo as normativas do novo código florestal
Indicador	Número de cadastros analisados
Meta	26660
Prazo	dez-25
Categorização	Média
Entregas	Atualização cadastral de 26.660 imóveis rurais (sendo 300 em 2023, 8.967 em 2024 e 17.934 em 2025) mediante o envio de notificações aos proprietários para retificação de seus cadastros ambientais rurais
Justificativa	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a incorporação de práticas ambientalmente sustentáveis que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo promover o fortalecimento da gestão florestal por meio da validação de Cadastros Ambientais Rurais segundo as normativas do novo código florestal de modo a preservar as fontes hídricas e a biodiversidade local por meio da conservação e recuperação dos remanescentes de vegetação nativa

<b>Regulamentar procedimentos do programa de acompanhamento de licenças da região do guandú e adjacências</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Mona Rotolo
<b>Eixo de atuação</b>	Fiscalização ambiental e combate às infrações ambientais
<b>Objetivo estratégico</b>	Prevenir o dano ambiental com conscientização da sociedade
<b>Objetivo</b>	Produzir diagnóstico sobre os dados e informações decorrentes da operação de ações de prevenção e de mitigação aos acidentes sanitários na região do guandú e adjacências de modo a orientar as futuras ações de proteção da principal fonte de abastecimento da região metropolitana do estado
<b>Indicador</b>	Número de diagnósticos produzidos
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-23
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Relatório circunstanciado sobre o diagnóstico da situação atual do programa de acompanhamento de licenças da região hidrográfica II, notadamente no rio guandú e adjacências (ALGA), contendo: dados e informações sobre vistorias e capacitações realizadas, tratabilidade de efluentes, quantitativo de empresas licenciadas e por quem, entre outros)
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a mitigação dos riscos de ocorrência de acidentes ambientais que coloquem em situação de vulnerabilidade uma parcela da população. Logo, é parte essencial desse processo fortalecer a atuação na proteção de fontes de abastecimento por intermédio do diagnóstico sobre os resultados decorrentes da operação de ações de prevenção e de mitigação aos acidentes sanitários na região do guandú e adjacências, ao mesmo tempo em que persegue e melhoria contínua com fundamento na correção de rumos com decisões suportadas por evidências

Regulamentar procedimentos de pós-licença	
Líder da iniciativa	Mona Rotolo
Eixo de atuação	Licenciamento ambiental e pós-licença
Objetivo estratégico	Redirecionar o esforço institucional para o pós-licença
Objetivo	Estabelecer diretrizes, procedimentos e fluxos internos para ações de acompanhamento de condicionantes de instrumentos de licenciamento ambiental e de monitoramento de atividades licenciadas pelo Instituto com instrumentos em vigor de modo a orientar a atuação das unidades administrativas e do corpo funcional do INEA responsáveis pelo pós-licença
Indicador	Número de procedimentos regulamentados
Meta	8
Prazo	jun-24
Categorização	Média
Entregas	Norma operacional de monitoramento de atividades de transporte dutoviária, norma operacional de apresentação do relatório do cumprimento de condicionantes por parte das atividades licenciadas, norma operacional de monitoramento de atividades de infraestrutura, norma institucional de fiscalização de atividades de baixo impacto ambiental, norma institucional de fiscalização do transporte rodoviário, procedimento para atuação dos núcleos técnicos da GERILAM, implantação do Programa Temático AREIA e implantação do Programa Temático AROMA
Justificativa	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a incorporação de práticas ambientalmente sustentáveis que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações, evitando a ocorrência de dano ou degradação ambiental. Logo, é parte essencial desse processo estabelecer diretrizes, procedimentos e fluxos internos para ações de monitoramento de atividades e de acompanhamento de condicionantes de instrumentos de licenciamento ambiental de modo a orientar a atuação uniforme e adequada das unidades administrativas e do corpo funcional do INEA responsáveis pelo pós-licença

<b>Contratar serviços que forneçam suporte às atividades de fiscalização</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Ricardo Marcelo
<b>Eixo de atuação</b>	Fiscalização ambiental e combate às infrações ambientais
<b>Objetivo estratégico</b>	Incorporar o uso de inteligência nas ações preventivas de fiscalização
<b>Objetivo</b>	Contratar serviços que forneçam suporte às atividades de fiscalização ambiental de modo a incutir não só maior agilidade no processo de combate às infrações ambientais, mas também otimizar processos internos de trabalho de modo a promover a eficácia no controle ambiental
<b>Indicador</b>	Número de serviços contratados
<b>Meta</b>	3
<b>Prazo</b>	jun-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Centro de Acolhimento a Aves, Rede de Radiocomunicação em Emergências Ambientais e Central de Inteligência Ambiental e Tecnologias de Monitoramento
<b>Justificativa</b>	A atuação do setor ambiental sofre grande pressão por parte da sociedade, a qual exige políticas ambientais que, ao mesmo tempo, ajudem a preservar os recursos naturais ainda existentes e a recuperar aqueles degradados, o que requer amplas ações de regulação, monitoramento e fiscalização ambiental de modo atuante, transparente e eficaz. Logo, é parte essencial desse processo prover serviços de apoio às ações de combate às infrações ambientais de modo a suportar as unidades administrativas e o corpo funcional do INEA responsáveis pela fiscalização ambiental

<b>Elaborar o Manual do Usuário do Portal do Licenciamento</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Max Reis
<b>Eixo de atuação</b>	Licenciamento ambiental e pós-licença
<b>Objetivo estratégico</b>	Rever e simplificar procedimentos
<b>Objetivo</b>	Elaborar o Manual do Usuário do Portal de Licenciamento de modo a apresentar o passo-a-passo para os procedimentos de abertura a fim de que a análise prévia dos pedidos de obtenção de instrumentos de licenciamento e controle ambiental seja facilitada a partir da melhor qualidade da informação prestada pelos requerentes
<b>Indicador</b>	Número de manuais elaborados
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	jun-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Manual do Usuário do Portal de Licenciamento com a demonstração de todos os procedimentos exigidos para a apresentação de requerimentos de licenciamento
<b>Justificativa</b>	A atuação do setor ambiental sofre grande pressão, especialmente, de dois grandes atores. De um lado, a sociedade exige políticas ambientais que, ao mesmo tempo, ajudem a preservar os recursos naturais ainda existentes e a recuperar aqueles degradados, o que requer amplas ações de regulação, monitoramento e fiscalização ambiental de modo atuante, transparente e eficaz. De outro, o setor produtivo manifesta intensamente o anseio por um sistema de licenciamento ambiental ágil, inovador e eficiente, que não represente um obstáculo ao desenvolvimento econômico e à geração de empregos. Logo, é parte essencial desse processo regulamentar os procedimentos de abertura e análise prévia dos pedidos de obtenção de instrumentos de licenciamento e controle ambiental de modo a aumentar a produtividade e com isso reduzir o tempo de resposta ao cidadão

<b>Promover a integração entre o licenciamento ambiental e o pós-licença</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Rodrigo Bianchini
<b>Eixo de atuação</b>	Licenciamento ambiental e pós-licença
<b>Objetivo estratégico</b>	Redirecionar o esforço institucional para o pós-licença
<b>Objetivo</b>	Promover a integração entre o licenciamento ambiental e o pós-licença a partir do compartilhamento de dados e informações de interesse mútuo de modo a otimizar os procedimentos de acompanhamento de condições de validade e de renovação de instrumentos de licenciamento e controle ambiental
<b>Indicador</b>	Número de soluções criadas
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	mar-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Solução tecnológica de compartilhamento de dados e informações de forma integrada entre o FLUXO e o MOLA, contemplando as bases de interesse provenientes do licenciamento e do pós-licença numa única fonte de consulta
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a incorporação de práticas ambientalmente sustentáveis que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações, evitando a ocorrência de dano ou degradação ambiental. Logo, é parte essencial desse processo estabelecer diretrizes, procedimentos e fluxos internos para ações de acompanhamento de condicionantes e de renovação de instrumentos de licenciamento ambiental de modo a orientar a atuação uniforme e adequada das unidades administrativas responsáveis pelo licenciamento ambiental e pós-licença

<b>Expandir a cobertura por radar da estimativa de chuvas</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Cinthia Avellar
<b>Eixo de atuação</b>	Recuperação ambiental, controle de inundações e prevenção de acidentes
<b>Objetivo estratégico</b>	Prevenir, controlar e mitigar acidentes ambientais
<b>Objetivo</b>	Ampliar a rede de monitoramento hidrometeorológico via radar para fornecer dados e informações úteis e tempestivas à população em potencial de risco por decorrência de inundações de modo a contribuir para a prevenção, controle e mitigação de acidentes em todo estado do RJ
<b>Indicador</b>	Número de radares integrados
<b>Meta</b>	2
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Radares de monitoramento hidrometeorológico, próprios, via aquisição, ou de terceiros, via convênio, integrados à rede do Instituto, reportando dados e informações de forma rotineira
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a mitigação dos riscos de ocorrência de desastres naturais que coloquem em situação de vulnerabilidade uma parcela da população. Logo, é parte essencial desse processo perseguir formas de prevenir e mitigar os impactos causados por inundações e transbordamentos que provocam mortes e desalojamentos. Uma das alternativas é a ampliação da rede de cobertura para identificar ainda mais a população em situação de risco em razão da ocorrência desses fenômenos para auxiliar na prevenção, mitigação e controle de acidentes, minimizando os impactos e danos à população atingida

<b>Expandir a rede de monitoramento hidrometeorológico</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Cynthia Avellar
<b>Eixo de atuação</b>	Recuperação ambiental, controle de inundações e prevenção de acidentes
<b>Objetivo estratégico</b>	Prevenir, controlar e mitigar acidentes ambientais
<b>Objetivo</b>	Ampliar a rede de monitoramento quantitativo hidrometeorológico para fornecer dados e informações úteis e tempestivas ao processo à população em potencial de risco por decorrência de inundações de modo a contribuir para a prevenção, controle e mitigação de acidentes em todo estado do RJ
<b>Indicador</b>	Número de estações hidrometeorológicas instaladas
<b>Meta</b>	34
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Estações de monitoramento hidrometeorológico instaladas e em operação em todas as regiões hidrográficas do estado do RJ
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a mitigação dos riscos de ocorrência de desastres naturais que coloquem em situação de vulnerabilidade uma parcela da população. Logo, é parte essencial desse processo perseguir formas de prevenir e mitigar os impactos causados por inundações e transbordamentos que provocam mortes e desalojamentos. Uma das alternativas é a comunicação direta com a população em situação de risco em razão da ocorrência desses fenômenos para auxiliar na prevenção, mitigação e controle de acidentes, minimizando os impactos e danos à população atingida

Implementar a Lei nº 6.442/2013 (mapeamento de risco de inundação)	
<b>Líder da iniciativa</b>	Fernanda Spitz
<b>Eixo de atuação</b>	Recuperação ambiental, controle de inundações e prevenção de acidentes
<b>Objetivo estratégico</b>	Diminuir a população vulnerável ao risco de inundação
<b>Objetivo</b>	Incorporar o mapeamento de risco de inundação nos Planos Diretores municipais conforme preconiza a Lei nº 6.442/2013, segundo os dados e informações contidos nos documentos oficiais do Estado do Rio de Janeiro
<b>Indicador</b>	Número de municípios assistidos
<b>Meta</b>	2
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Planos diretores municipais (Barra do Pirai e Pinheiral) que contemplam dados e informações decorrentes de estudos oficiais de risco de inundação, conduzidos por corpo técnico próprio ou elaborados por terceiros segundo orientações destes
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a mitigação dos riscos de ocorrência de desastres naturais que coloquem em situação de vulnerabilidade uma parcela da população. Logo, é parte essencial desse processo incorporar nos planos diretores municipais os dados e informações sobre a ocupação e o uso do solo em suas bases territoriais em termos de ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades a inundações conforme preconiza a Lei nº 6.442/2013

<b>Aperfeiçoar o relatório de progresso das prestações de contas das entidades delegatárias</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Frank Pavan
<b>Eixo de atuação</b>	Segurança hídrica e governança das águas
<b>Objetivo estratégico</b>	Fomentar a gestão participativa na governança das águas
<b>Objetivo</b>	Aperfeiçoar o relatório de progresso das prestações de contas das entidades delegatárias segundo os procedimentos e rotinas de avaliação dispostos na Resolução INEA n° 203/2020 de modo a permitir uma avaliação integrada envolvendo os setores técnico, financeiro e da auditoria interna, garantindo uma análise mais robusta e eficaz, com maior segurança jurídica ao ordenador de despesas
<b>Indicador</b>	Número de relatórios padronizados entregues
<b>Meta</b>	5
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Relatório de progresso das prestações de contas das entidades delegatárias adequados ao novo modelo segundo os procedimentos e rotinas de avaliação dispostos na Resolução INEA n° 203/2020
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de procedimentos e fluxos de trabalho claros e bem definidos é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de perseguir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade. Logo, é parte essencial desse processo regulamentar as ações de prestação de contas de recursos públicos vinculados ao FUNDRHI e destinados aos Comitês de Bacia Hidrográfica de modo a estabelecer procedimentos, fluxos, prazos e responsabilidades associadas

<b>Promover capacitações de papéis e funções dos entes do SEGRHI</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Moema Versiani
<b>Eixo de atuação</b>	Segurança hídrica e governança das águas
<b>Objetivo estratégico</b>	Fomentar a gestão participativa na governança das águas
<b>Objetivo</b>	Ofertar curso de formação em governança das águas aos representantes institucionais junto ao SEGRHI para fins de aperfeiçoamento e incorporação das melhores práticas de gestão participativa e descentralizada das águas, além de regularização de usos de recursos hídricos, bem como sobre papéis e funções dos entes
<b>Indicador</b>	Número de capacitações ofertadas
<b>Meta</b>	3
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Oferta de curso de formação em governança das águas aos representantes institucionais junto ao SEGRHI, contemplando a relação dos cursos e dos participantes e suas respectivas frequências
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a incorporação de práticas ambientalmente sustentáveis que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo promover a qualificação dos gestores públicos e demais atores da sociedade civil organizada de modo a orientar as diversas políticas públicas fundamentadas na governança participativa e descentralizada das águas junto aos colegiados de recursos hídricos

<b>Ofertar rodas de debates com os municípios</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Vitor Nacif
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Capacitar os servidores em gestão, liderança e saber técnico
<b>Objetivo</b>	Ofertar rodas de debates sobre as temáticas de licenciamento, pós-licença e fiscalização ambiental aos agentes municipais para fins de aperfeiçoamento e incorporação das melhores práticas, além de promover a atuação integrada entre os diversos entes
<b>Indicador</b>	Número de debates realizados
<b>Meta</b>	16
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Rodas de debate licenciamento, pós-licença e fiscalização ambiental com os municípios habilitados nas áreas de influência das superintendências regionais, contemplando a relação dos cursos e dos participantes e suas respectivas frequências
<b>Justificativa</b>	A atuação do setor ambiental sofre grande pressão por parte da sociedade, a qual exige políticas ambientais que, ao mesmo tempo, ajudem a preservar os recursos naturais ainda existentes e a recuperar aqueles degradados, o que requer amplas ações de regulação, monitoramento e fiscalização ambiental de modo atuante, transparente e eficaz. Logo, é parte essencial desse processo conduzir cooperações com os municípios de modo a manter um corpo funcional engajado, satisfeito e esclarecido para melhor lidar com os desafios inerentes ao meio-ambiente

<b>Incorporar o uso de câmeras corporais durante as ações de fiscalização</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Lilio Manfredo
<b>Eixo de atuação</b>	Governança e controle interno
<b>Objetivo estratégico</b>	Fortalecer práticas de integridade pública
<b>Objetivo</b>	Incorporar o uso de câmeras corporais pelos servidores durante as ações de fiscalização para fins de integridade de modo a identificar e a coibir a prática ilegal ou a conduta inadequada por parte destes durante o exercício de suas atribuições, incorporando-o à rotina de fiscalização e combate de crimes ambientais
<b>Indicador</b>	Percentual de fiscais atendidos
<b>Meta</b>	100
<b>Prazo</b>	jun-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Câmeras corporais adquiridas e em uso pelos servidores durante as ações de fiscalização e combate de crimes ambientais, fornecendo imagens que serão guardadas por um determinado período para a apuração de eventuais práticas ilegais ou condutas inadequadas
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes maior integridade no uso dos recursos públicos, principalmente a forma pela qual a legalidade e a conduta ética serão perseguidas. Logo, é parte essencial desse processo adotar procedimentos internos de integridade pública de modo a gravar as ações de fiscalização e combate de crimes ambientais de profissionais no corpo do Instituto para a apuração de eventuais práticas ilegais ou condutas inadequadas

<b>Disponibilizar os pareceres jurídicos segundo legislação de transparência e de proteção de dados</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Rafaella Carvalho
<b>Eixo de atuação</b>	Comunicação com a sociedade e educação para sustentabilidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Promover a transparência administrativa
<b>Objetivo</b>	Disponibilizar numa seção específica no Portal do INEA todos os atos administrativos de cunho jurídico (pareceres) em consonância com a legislação específica de transparência, ressalvadas as exceções impostas pela legislação específica de proteção de dados
<b>Indicador</b>	Número de seções atualizadas
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	abr-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Pareceres jurídicos disponibilizados no Portal do INEA em consonância com a legislação específica de transparência e de proteção de dados
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes maior visibilidade e transparência na sua forma de atuação, principalmente no que diz respeito aos procedimentos de publicidade de atos administrativos. Logo, é parte essencial desse processo disponibilizar para o usuário externo todos os pareceres jurídicos decorrentes da atuação do Instituto em consonância com a legislação específica de transparência e de proteção de dados

<b>Promover o gerenciamento costeiro no estado do Rio de Janeiro (Projeto ORLA)</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Gabriel Lardosa
<b>Eixo de atuação</b>	Fiscalização ambiental e combate às infrações ambientais
<b>Objetivo estratégico</b>	Coibir operações ou práticas em desconformidade com a legislação
<b>Objetivo</b>	Disciplinar o uso e a ocupação da orla marítima de forma a compatibilizar as políticas ambiental e patrimonial visando uma destinação adequada dos bens imóveis por intermédio do estímulo à elaboração de planos de gestão integrada por partes dos municípios integrantes da zona costeira do estado do Rio de Janeiro (Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima)
<b>Indicador</b>	Número de planos de gestão integrada aprovados
<b>Meta</b>	5
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Planos de gestão integrada analisados e aprovados no âmbito do Projeto Orla para os municípios de Angra dos Reis, Paraty, Cabo Frio, Saquarema e Arraial do Cabo (sendo 2 em 2023, 2 em 2024 e 1 em 2025)
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a conservação da vegetação e a proteção da biodiversidade local que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo a elaboração ou revisão de planos de gestão integrada de orla marítima de modo a cumprir com os ditames do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) (Decreto 5.300/2004), além de contribuir para o efetivo gerenciamento costeiro do estado, uma vez que possibilita a definição de normas, zoneamento e de ações prioritárias, a fim de garantir que a orla marítima atinja seus objetivos

<b>Promover a integração entre os diferentes sistemas de informação</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Roberto Calomeni
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão da tecnologia e da informação
<b>Objetivo estratégico</b>	Ampliar e integrar sistemas de operação e de informação
<b>Objetivo</b>	Conceber uma funcionalidade que integre os diferentes sistemas de informação do instituto em uma única plataforma (API corporativa) de modo a disponibilizar dados e informações de forma agregada, relevante e tempestiva (relatórios gerenciais)
<b>Indicador</b>	Número de funcionalidades criadas
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	jun-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Funcionalidades de geração de relatórios gerenciais dos diferentes sistemas de informação, exceto AVATAR, incorporadas à API corporativa
<b>Justificativa</b>	A promoção da inovação no setor público, o estímulo à melhoria contínua na prestação de serviços públicos e a maximização dos resultados das políticas públicas são objetivos centrais de qualquer organização pública que se preze. Logo, é parte essencial desse processo perseguir uma visão holística sobre os dados e informações produzidos internamente com maior preocupação para com a qualidade na prestação e na satisfação dos usuários externos e internos de seus serviços

<b>Modernizar os equipamentos de suporte aos mecanismos e canais de atendimento e comunicação</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Ana Paula Paiva
<b>Eixo de atuação</b>	Comunicação com a sociedade e educação para sustentabilidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Aprimorar o uso, os mecanismos e os canais de divulgação
<b>Objetivo</b>	Adquirir equipamentos profissionais de fotografia, de vídeo, de áudio, além de softwares para edição de conteúdo multimídia, de modo a permitir a ampliação da capacidade de comunicação institucional
<b>Indicador</b>	Percentual de execução do plano de ação
<b>Meta</b>	100
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Equipamentos de fotografia, de vídeo, com alta resolução, e de áudio, entrada e saída, além de softwares de edição de conteúdo multimídia, com qualidade profissional
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes maior qualidade sobre os mecanismos e canais de atendimento e comunicação. Para tanto, faz-se necessário o uso de equipamentos adequados de modo a, além de transmitir uma imagem de profissionalismo e credibilidade do órgão público, fortalecer e ampliar a sua capacidade de comunicação, mediante uma grande variedade de conteúdo profissional multimídia que permita aumentar as possibilidades de atingir, atrair e engajar diferentes tipos de público, e de enriquecer a experiência de comunicação interna e externa

<b>Modernizar o sistema predial de combate à incêndio</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Ronan Silva
<b>Eixo de atuação</b>	Governança e controle interno
<b>Objetivo estratégico</b>	Garantir recursos humanos, materiais e financeiros
<b>Objetivo</b>	Planejar e definir as medidas e estratégias de prevenção, detecção e combate a incêndios em edificações e áreas de risco, visando garantir a segurança das pessoas, a preservação do patrimônio e a minimização dos danos em caso de ocorrência de incêndio
<b>Indicador</b>	Número de projetos básicos elaborados
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	jun-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Projeto básico de combate ao incêndio elaborado, contendo inclusive as medidas e estratégias de prevenção, detecção e combate a incêndios em edificações e áreas de risco
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um ambiente de trabalho seguro é fator crucial para a saúde emocional do corpo funcional. Logo, é parte essencial desse processo prover os meios e recursos para a prevenção e mitigação dos riscos associados a incêndios de modo a garantir a segurança dos servidores, a proteção de bens materiais e a preservação do patrimônio público.

Reformular o Portal do INEA	
<b>Líder da iniciativa</b>	Tânia Machado
<b>Eixo de atuação</b>	Comunicação com a sociedade e educação para sustentabilidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Promover a transparência administrativa
<b>Objetivo</b>	Reformular o Portal do INEA no sentido de torná-lo mais transparente, intuitivo, acessível, navegável e com atualização de conteúdo permanente, além de mais orientado pelos interesses dos cidadãos, além de melhorar as ferramentas de busca por legislação
<b>Indicador</b>	Número de seções atualizadas
<b>Meta</b>	10
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Portal do INEA reformulado, inclusive leiaute e seções, a partir do levantamento das reclamações mais constantes dos cidadãos e do ministério público junto à ouvidoria, da análise de métricas do Google Analytics e de pesquisa de satisfação específica junto aos usuários
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes maior visibilidade e transparência na sua forma de atuação, principalmente no que diz respeito aos seus processos de trabalho, dados e informações deles decorrentes. Logo, é parte essencial desse processo reformular o Portal do INEA segundo os interesses dos cidadãos e em consonância com as melhores práticas existentes

<b>Estimular a produção técnico-científica (Livros autorais)</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Tânia Machado
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Produzir e difundir o conhecimento técnico de seu capital humano
<b>Objetivo</b>	Produzir e difundir conhecimentos por meio de um portfólio de publicações do INEA a partir do estímulo à produção técnico-científica da instituição sob novas ou usuais temáticas ambientais
<b>Indicador</b>	Número de publicações editadas
<b>Meta</b>	10
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Livros autorais publicados com conteúdos de diversas temáticas na área ambiental, de interesse da instituição ou da sociedade, no formato impresso ou digital
<b>Justificativa</b>	Um importante desafio na gestão pública é produzir e difundir o conhecimento técnico-científico principalmente no que diz respeito aos seus processos de trabalho, em consonância com os dados e informações deles decorrentes. Logo, é parte essencial desse processo, a partir de evidências robustas e de diagnósticos precisos, apoiar o processo de correção de planos, modificação de políticas e revisão de estratégias, fundamentados nas melhores e mais recentes informações

Regulamentar os procedimentos em caso de assédio sexual e moral	
Líder da iniciativa	Thais Ferreira
Eixo de atuação	Governança e controle interno
Objetivo estratégico	Fortalecer práticas de integridade pública
Objetivo	Aprovar Norma Institucional a fim de estabelecer os procedimentos do Instituto relativos aos casos de assédio sexual e moral de modo a prover um ambiente seguro e confiável às vítimas, além de assegurar o rito justo e adequada das providências institucionais
Indicador	Número de normas elaboradas ou revisadas
Meta	1
Prazo	mar-24
Categorização	Média
Entregas	NOI_INEA_XX estabelecendo as diretrizes, procedimentos e fluxos acerca dos eventos de assédio, além da oferta de capacitações para melhor identificação dos casos e da oferta de palestras para conscientização
Justificativa	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um ambiente de trabalho seguro, respeitoso e livre de abusos corpo funcional é fator crucial para a saúde emocional do corpo funcional. Logo, é parte essencial desse processo fomentar um ambiente de trabalho livre das diversas formas de assédio para os funcionários de uma organização, cuja saúde emocional é fundamental para o sucesso da equipe e para o alcance dos objetivos institucionais

Conceder bolsas de pesquisa para projetos científicos	
Líder da iniciativa	Eduardo Antunes
Eixo de atuação	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
Objetivo estratégico	Produzir e difundir o conhecimento técnico de seu capital humano
Objetivo	Estimular a produção técnico-científica por meio da concessão de bolsas de pesquisa a pesquisadores cujos objetos dos projetos científicos contemplem as principais lacunas de conhecimento mapeadas no âmbito das unidades de conservação da natureza estaduais em termos de políticas públicas, manejo, conservação e soluções baseadas na natureza (Programa Estimula o Conhecimento)
Indicador	Número de bolsas concedidas
Meta	25
Prazo	dez-25
Categorização	Média
Entregas	Bolsas de pesquisa concedidas a pesquisadores com projetos científicos no campo das unidades de conservação da natureza estaduais
Justificativa	Um importante desafio na gestão pública é produzir e difundir o conhecimento técnico-científico principalmente no que diz respeito às suas lacunas de conhecimento em termos dos ecossistemas das unidades de conservação da natureza estaduais, em consonância com os dados e informações deles decorrentes. Logo, é parte essencial desse processo, a partir de evidências robustas e de diagnósticos precisos, apoiar a produção técnico-científica por meio da concessão de bolsas de pesquisa a pesquisadores

<b>Criar o Pomar de Sementes na FLOE José Zago</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Luana Bianchini
<b>Eixo de atuação</b>	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Conservar a vegetação nativa e a fauna silvestre
<b>Objetivo</b>	Criar o Pomar de Sementes na FLOE José Zago com o intuito de proteger integralmente o remanescente florestal da região e com isso conservar espécies da flora endêmicas e ameaçadas
<b>Indicador</b>	Número de unidades criadas
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Criação do Pomar de Sementes na FLOE José Zago, contemplando: i) banco de dados sistematizado da área de interesse para criação; ii) caracterização ambiental e de potencial de uso público; iii) relatório fundiário da propriedade; iv) estudo técnico para criação; e v) fontes disponíveis para promoção da sustentabilidade econômica
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a conservação da vegetação e a proteção da biodiversidade local que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo a criação de uma nova unidade de pomar de sementes de modo a contemplar as áreas naturais dos ecossistemas nativos da Mata Atlântica fluminense em termos de maior interesse ecológico e com isso conservar espécies da flora endêmicas e ameaçadas

<b>Regulamentar procedimentos e padrões de recuperação de ativos ambientais</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Ingrid Rosa
<b>Eixo de atuação</b>	Recuperação ambiental, controle de inundações e prevenção de acidentes
<b>Objetivo estratégico</b>	Mitigar o impacto ambiental dos acidentes tecnológicos
<b>Objetivo</b>	Estabelecer diretrizes, procedimentos e fluxos internos para o planejamento e operação de ações de mitigação de impactos ambientais de modo a orientar a atuação das unidades administrativas e do corpo funcional do INEA responsáveis pela recuperação de ativos ambientais
<b>Indicador</b>	Número de procedimentos regulamentados
<b>Meta</b>	3
<b>Prazo</b>	jun-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Procedimento para valoração de dano ambiental em áreas degradadas, estabelecimento de padrões de qualidade ambiental do solo e mecanismos financeiros para recuperação de áreas órfãs contaminadas e degradadas
<b>Justificativa</b>	A atuação do setor ambiental sofre grande pressão por parte da sociedade, a qual exige políticas ambientais que, ao mesmo tempo, ajudem a preservar os recursos naturais ainda existentes e a recuperar aqueles degradados, o que requer amplas ações de regulação, monitoramento e fiscalização ambiental de modo atuante, transparente e eficaz. Logo, é parte essencial desse processo estabelecer diretrizes, procedimentos e fluxos internos para ações coordenadas de mitigação de impactos ambientais de modo a orientar as unidades administrativas e o corpo funcional do INEA responsáveis pela recuperação de ativos ambientais

<b>Contratar serviços que forneçam suporte às atividades de atendimento às emergências ambientais</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Ricardo Marcelo
<b>Eixo de atuação</b>	Recuperação ambiental, controle de inundações e prevenção de acidentes
<b>Objetivo estratégico</b>	Prevenir, controlar e mitigar acidentes ambientais
<b>Objetivo</b>	Contratar serviços que forneçam suporte às atividades de atendimento às emergências ambientais de modo a incutir não só maior agilidade no processo de resposta aos acidentes tecnológicos, mas também otimizar processos internos de trabalho de modo a promover a eficácia na remediação do dano ambiental
<b>Indicador</b>	Número de serviços contratados
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Serviço de apoio a ações de emergências ambientais englobando recursos humanos e materiais terceirizados para para atuar diretamente prevenção e resposta a acidentes ambientais
<b>Justificativa</b>	A atuação do setor ambiental sofre grande pressão por parte da sociedade, a qual exige políticas ambientais que, ao mesmo tempo, ajudem a preservar os recursos naturais ainda existentes e a recuperar aqueles degradados, o que requer amplas ações de regulação, monitoramento e fiscalização ambiental de modo atuante, transparente e eficaz. Logo, é parte essencial desse processo prover serviços de apoio às ações de atendimento às emergências ambientais de modo a suportar as unidades administrativas e o corpo funcional do INEA responsáveis pela prevenção e resposta a acidentes tecnológicos

<b>Regulamentar procedimentos de fiscalização e combate às infrações ambientais</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Ricardo Marcelo
<b>Eixo de atuação</b>	Fiscalização ambiental e combate às infrações ambientais
<b>Objetivo estratégico</b>	Incorporar o uso de inteligência nas ações preventivas de fiscalização
<b>Objetivo</b>	Estabelecer diretrizes, procedimentos e fluxos internos para o planejamento e operação de ações de combate aos crimes ambientais de modo a orientar a atuação das unidades administrativas e do corpo funcional do INEA responsáveis pela fiscalização
<b>Indicador</b>	Número de procedimentos regulamentados
<b>Meta</b>	7
<b>Prazo</b>	jun-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Norma operacional de fiscalização ambiental, norma institucional de demolição administrativa, procedimento básico de fiscalização ambiental, procedimento básico de inteligência em fiscalização ambiental, implantação do Plano Anual de Fiscalização e implantação do Programa Temático ALGEMA
<b>Justificativa</b>	A atuação do setor ambiental sofre grande pressão por parte da sociedade, a qual exige políticas ambientais que, ao mesmo tempo, ajudem a preservar os recursos naturais ainda existentes e a recuperar aqueles degradados, o que requer amplas ações de regulação, monitoramento e fiscalização ambiental de modo atuante, transparente e eficaz. Logo, é parte essencial desse processo estabelecer diretrizes, procedimentos e fluxos internos para ações coordenadas de combate às infrações ambientais de modo a orientar as unidades administrativas e o corpo funcional do INEA responsáveis pela fiscalização ambiental

<b>Revisar a Resolução INEA n° 136/2016 (procedimento simplificado de licenciamento ambiental)</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Kayo Vinicius
<b>Eixo de atuação</b>	Licenciamento ambiental e pós-licença
<b>Objetivo estratégico</b>	Rever e simplificar procedimentos
<b>Objetivo</b>	Revisar a Resolução INEA n° 136/2016 que estabelece o procedimento simplificado de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos de baixo impacto ambiental no estado do rio de janeiro de modo a ampliar o rol de atividades sujeitas e a simplificar ainda mais os procedimentos de abertura e análise prévia dos pedidos de obtenção de instrumentos de licenciamento a fim de permitir a concentração dos esforços nos procedimentos de maior impacto ambiental
<b>Indicador</b>	Número de resoluções publicadas
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Nova Resolução INEA publicada, retificando parte do teor do atual procedimento simplificado de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos de baixo impacto ambiental, inclusive ampliando o rol de atividades sujeitas
<b>Justificativa</b>	A atuação do setor ambiental sofre grande pressão, especialmente, de dois grandes atores. De um lado, a sociedade exige políticas ambientais que, ao mesmo tempo, ajudem a preservar os recursos naturais ainda existentes e a recuperar aqueles degradados, o que requer amplas ações de regulação, monitoramento e fiscalização ambiental de modo atuante, transparente e eficaz. De outro, o setor produtivo manifesta intensamente o anseio por um sistema de licenciamento ambiental ágil, inovador e eficiente, que não represente um obstáculo ao desenvolvimento econômico e à geração de empregos. Logo, é parte essencial desse processo simplificar os procedimentos de abertura e análise prévia dos pedidos de obtenção de instrumentos de licenciamento e controle ambiental de modo a aumentar a produtividade e com isso reduzir o tempo de resposta ao cidadão

<b>Desenvolver o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Fernanda Spitz
<b>Eixo de atuação</b>	Segurança hídrica e governança das águas
<b>Objetivo estratégico</b>	Disseminar uma visão sistêmica sobre segurança hídrica
<b>Objetivo</b>	Desenvolver o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos para reunir, consistir e divulgar os dados e informações sobre as situações dos recursos hídricos no Estado e sua disponibilidade e demanda conforme imposição legal, além de aperfeiçoar os procedimentos relacionados ao uso e à cobrança pelo uso dos recursos hídricos
<b>Indicador</b>	Número de módulos integrados
<b>Meta</b>	7
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Desenvolvimento e integração de sete módulos do SEIRHI: módulo monitoramento quantitativo das águas, módulo monitoramento qualitativo das águas (Procon-água), módulo Fundrhi, módulo cobrança pelo uso da água (Regla), módulo outorga (Regla), módulo sisbar e módulo inteligência hídrica
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a incorporação de práticas ambientalmente sustentáveis que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo perseguir o gerenciamento integrado dos recursos hídricos. E para que seja mais eficiente, é preciso que as informações estejam consolidadas, organizadas e integradas em uma única base de dados a fim de permitir a tomada de decisão sobre o uso sustentável

<b>Incentivar a padronização dos Planos de Aplicação Plurianual (PAP) dos CBH's</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Frank Pavan
<b>Eixo de atuação</b>	Segurança hídrica e governança das águas
<b>Objetivo estratégico</b>	Fomentar a gestão participativa na governança das águas
<b>Objetivo</b>	Padronizar os Planos de Aplicação Plurianual dos Comitês de Bacia Hidrográfica entre si, e com o PPA do Governo do Estado, incluindo nomenclaturas e enquadramento das despesas previstas
<b>Indicador</b>	Número de planos de aplicação padronizados
<b>Meta</b>	2
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Planos de Aplicação Plurianual dos Comitês de Bacia Hidrográfica padronizados segundo ato normativo próprio que regulamente o fluxo processual para aprovação dos planos de aplicação
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de procedimentos e fluxos de trabalho claros e bem definidos é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de perseguir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade. Logo, é parte essencial desse processo regulamentar as ações de planejamento orçamentário e financeiro de recursos públicos vinculados ao FUNDRHI e destinados aos Comitês de Bacia Hidrográfica de modo a estabelecer procedimentos, fluxos, prazos e responsabilidades associadas

<b>Melhorar os mecanismos de repasse dos recursos do FUNDRHI</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Frank Pavan
<b>Eixo de atuação</b>	Segurança hídrica e governança das águas
<b>Objetivo estratégico</b>	Fomentar a gestão participativa na governança das águas
<b>Objetivo</b>	Adequar os fluxos de repasse periódicos e automáticos de recursos do FUNDRHI segundo as novas regras dispostas no Decreto Estadual nº 46.505/2021
<b>Indicador</b>	Número de normas elaboradas ou revisadas
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Ato normativo próprio que regulamenta os mecanismos de repasse periódicos e automáticos dos recursos do FUNDRHI às Entidades Delegatárias pelos Contratos de Gestão de Comitês de Bacia Hidrográfica
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de procedimentos e fluxos de trabalho claros e bem definidos é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de perseguir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade. Logo, é parte essencial desse processo aperfeiçoar os mecanismos de repasse dos recursos do FUNDRHI às Entidades Delegatárias pelos Contratos de Gestão de Comitês de Bacia Hidrográfica de modo a estabelecer procedimentos, fluxos, prazos e responsabilidades associadas

Modernizar a rede de monitoramento da qualidade ambiental do ar	
<b>Líder da iniciativa</b>	Rafael Campos
<b>Eixo de atuação</b>	Qualidade ambiental do ar, água e solo
<b>Objetivo estratégico</b>	Integrar, adequar e otimizar a rede de monitoramento da qualidade
<b>Objetivo</b>	Modernizar a rede de monitoramento qualidade ambiental do ar de modo a identificar com maior exatidão a ocorrência de violação de parâmetros de qualidade ambiental ou até mesmo a ocorrência de crimes ambientais, além de fornecer subsídios para o planejamento e gestão nessa área de atuação
<b>Indicador</b>	Percentual de estações de monitoramento substituídas
<b>Meta</b>	70
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Estações da rede de monitoramento qualidade ambiental do ar substituídas e em operação, reportando dados e informações
<b>Justificativa</b>	A atuação do setor ambiental sofre grande pressão por parte da sociedade, a qual exige políticas ambientais que, ao mesmo tempo, ajudem a preservar os recursos naturais ainda existentes e a recuperar aqueles degradados, o que requer amplas ações de regulação, monitoramento e fiscalização ambiental de modo atuante, transparente e eficaz. Logo, é parte essencial desse processo a modernização da rede de monitoramento qualidade ambiental do ar, contribuindo para um melhor planejamento de ações e até de gestão de crises referentes à uma piora na qualidade ambiental em todo estado do RJ

<b>Treinar e capacitar os agentes das superintendências</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Vitor Nacif
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Capacitar os servidores em gestão, liderança e saber técnico
<b>Objetivo</b>	Ofertar cursos de formação de licenciamento, pós-licença e fiscalização ambiental aos agentes das superintendências regionais para fins de aperfeiçoamento e incorporação das melhores práticas, além de promover a atuação integrada entre os diversos entes
<b>Indicador</b>	Número de cursos realizados
<b>Meta</b>	6
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Curso de formação de licenciamento, pós-licença e fiscalização ambiental aos agentes das superintendências regionais, contemplando a relação dos cursos e dos participantes e suas respectivas frequências
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes maior visibilidade e transparência na sua forma de atuação, principalmente no que diz respeito aos seus processos de trabalho, dados e informações deles decorrentes. Logo, é parte essencial desse processo manter um corpo funcional engajado, satisfeito e esclarecido para melhor lidar com os desafios inerentes às atividades de licenciamento, pós-licença e fiscalização ambiental

<b>Regulamentar o cadastro técnico estadual de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Vitor Nacif
<b>Eixo de atuação</b>	Governança e controle interno
<b>Objetivo estratégico</b>	Aumentar a qualidade do gasto público
<b>Objetivo</b>	Estabelecer prática conjunta durante o licenciamento ambiental de modo a iniciar a cobrança obrigatória sobre a apresentação do cadastro técnico de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais por parte dos requerentes a fim de permitir a cobrança da TCFA no âmbito estadual e, com isso, aumentar a arrecadação própria do Instituto
<b>Indicador</b>	Número de normas elaboradas ou revisadas
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-23
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	NOI_INEA_XX estabelecendo as diretrizes, procedimentos e fluxos acerca da cobrança obrigatória do cadastro técnico estadual de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais
<b>Justificativa</b>	A promoção da melhoria contínua na prestação de serviços públicos e cumprimento satisfatório de suas atribuições legais são objetivos centrais de qualquer organização pública que se preze. Logo, é parte essencial desse processo perseguir o aumento da arrecadação própria de modo a ampliar o gasto público em ações de incremento de qualidade na prestação e na satisfação dos usuários externos de seus serviços

<b>Instituir o cadastro funcional para fins de integridade</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Lilio Manfredo
<b>Eixo de atuação</b>	Governança e controle interno
<b>Objetivo estratégico</b>	Fortalecer práticas de integridade pública
<b>Objetivo</b>	Conceber o cadastro funcional para fins de integridade de modo a levantar dados e informações sobre a ficha pregressa civil e criminal do servidor em questão com o intuito de evitar o ingresso daqueles em desacordo com a legislação vigente, incorporando-o à rotina de recursos humanos nos procedimentos prévios aos atos de nomeação
<b>Indicador</b>	Número de formulários adotados
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	abr-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Formulário específico de cadastro funcional para fins de integridade submetido aos servidores antes da conclusão dos procedimentos de nomeação
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes maior integridade no uso dos recursos públicos, principalmente a forma pela qual a legalidade e a conduta ética serão perseguidas. Logo, é parte essencial desse processo adotar procedimentos internos de integridade pública de modo a coibir o ingresso de profissionais no corpo do Instituto em desacordo com a legislação vigente, evitando a prática ilegal ou a conduta inadequada, além de prejuízos à sua imagem

<b>Executar a formação continuada em educação ambiental para comitês de bacia hidrográficas</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Bruno Waldman
<b>Eixo de atuação</b>	Comunicação com a sociedade e educação para sustentabilidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Promover a educação para a sustentabilidade
<b>Objetivo</b>	Promover ações de mentoria em educação ambiental crítica para os entes dos comitês de bacia hidrográfica do estado do rio de janeiro, alinhando conceitos básicos e promovendo melhores práticas ambientais de modo a capacitar os agentes que atuam com contratações públicas a realizá-las da melhor forma possível sob o ponto de vista de educação para sustentabilidade
<b>Indicador</b>	Número de mentorias realizadas
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	jun-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Mentorias de educação ambiental para os entes dos comitês de bacia hidrográfica do estado do rio de janeiro, contemplando a elaboração relatório circunstanciado
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a incorporação de práticas ambientalmente sustentáveis que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo promover a educação ambiental crítica para os entes dos comitês de bacia hidrográfica do estado do rio de janeiro a partir de mentorias que estimulem a incorporação de melhores práticas ambientais em termos de sustentabilidade

Revisar o Regimento Interno do Inea	
Líder da iniciativa	Carlos Couto
Eixo de atuação	Governança e controle interno
Objetivo estratégico	Promover a integração externa e interna
Objetivo	Revisar o regimento interno do instituto, identificando atribuições não contempladas na primeira versão, além de atender às adequações de estrutura organizacional apontadas pelas diretorias
Indicador	Número de regimentos elaborados ou revisados
Meta	1
Prazo	jun-24
Categorização	Média
Entregas	Regimento interno revisado segundo a nova estrutura e em consonância com as recomendações das diretorias
Justificativa	É a partir da descrição dos processos internos que a organização delimita as competências de cada unidade administrativa e, portanto, revela a forma pela qual as missões setoriais serão perseguidas. Logo, é parte essencial desse processo fornecer informações relevantes e oportunas para orientar a sua forma de atuação

Reformular a Plataforma Ambiente +	
<b>Líder da iniciativa</b>	Felipe Rodrigues
<b>Eixo de atuação</b>	Comunicação com a sociedade e educação para sustentabilidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Promover a transparência administrativa
<b>Objetivo</b>	Aprimorar o painel de inteligência corporativa com dados obtidos a partir da plataforma GeolNEA e dos demais sistemas legado, de modo a expor aos usuários internos e externos os principais dados e informações decorrentes da sua atuação para fortalecer a transparência administrativa na instituição e para orientar o processo decisório
<b>Indicador</b>	Número de painéis (por eixo) atualizados
<b>Meta</b>	10
<b>Prazo</b>	mar-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Plataforma Ambiente + integrada ao ArcGis e aos demais sistemas legados
<b>Justificativa</b>	É pela construção do painel de inteligência corporativa que a organização será capaz de possuir um panorama geral com base em dados atualizados e geoespacializados, acerca da real situação dos resultados e demandas das diretorias do instituto de modo a ser capaz de tomar decisões a partir de evidências. Além disso, o painel é uma importante ferramenta de promoção da transparência administrativa das ações no INEA

Atualizar a tabela de temporalidade dos documentos institucionais	
<b>Líder da iniciativa</b>	Wellington Lira
<b>Eixo de atuação</b>	Comunicação com a sociedade e educação para sustentabilidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Promover a transparência administrativa
<b>Objetivo</b>	Atualizar a tabela de temporalidade dos documentos institucionais de modo a definir os prazos de guarda e a destinação adequada dos documentos produzidos e recebidos pelo Instituto, além de estabelecer critérios para o seu descarte
<b>Indicador</b>	Número de documentos publicados
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Tabela de temporalidade dos documentos institucionais revista e publicada nos canais oficiais de comunicação institucional
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes maior visibilidade e transparência na sua forma de atuação, principalmente no que diz respeito aos procedimentos de gestão de documentos públicos. Logo, é parte essencial desse processo clarificar para o usuário os prazos de guarda e os critérios de destinação dos documentos produzidos e recebidos pelo Instituto

<b>Executar serviços de monitoramento ambiental, manejo e outras rotinas de auxílio à gestão nas unidades de conservação estaduais</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Raphael Freire
<b>Eixo de atuação</b>	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Conservar a vegetação nativa e a fauna silvestre
<b>Objetivo</b>	Viabilizar os serviços de apoio à visitação no interior das unidades de conservação estaduais de modo a aumentar a oferta e a qualidade dos atrativos de turismo e lazer e, por conseguinte, sua satisfação, além de promover o desenvolvimento de renda local
<b>Indicador</b>	Número de visitantes atendidos
<b>Meta</b>	90000
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Visitantes atendidos (sendo 30000 em 2023, 30000 em 2024 e 30000 em 2025) e alunos atendidos (sendo 24000 em 2023, 24000 em 2024 e 24000 em 2025), além de ações de manejo e sinalização de trilhas e atrativos naturais no interior das unidades de conservação (sendo 108 km em 2023, 108 km em 2024 e 108 km em 2025)
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a conservação da vegetação e a proteção da biodiversidade local que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações, o que implica a construção de parcerias com outras entidades do setor público e privado ou da sociedade civil organizada. Logo, é parte essencial desse processo viabilizar a concessão de serviços de apoio à visitação no interior das unidades de conservação estaduais que recebem um grande número de visitantes com o intuito de realizar a manutenção e controle constante sobre eles, permitindo que as condições ambientais dos locais sejam conservadas de modo que o visitante tenha uma maior satisfação durante sua visita, além de promover o desenvolvimento de renda local

<b>Instituir e operacionalizar a Academia de Protetores de Unidades do Meio Ambiente (APUMA SUÇUARANA)</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Raphael Freire
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Capacitar os servidores em gestão, liderança e saber técnico
<b>Objetivo</b>	Instituir e operacionalizar a Academia de Protetores de Unidades do Meio Ambiente (APUMA SUÇUARANA) de modo a promover um ambiente adequado para a discussão de temas específicos de interesse da instituição, bem como para auxiliar, orientar e aperfeiçoar a formação dos servidores públicos mediante a difusão de conhecimentos e habilidades
<b>Indicador</b>	Número de cursos ofertados
<b>Meta</b>	3
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Cursos de formação de proteores de unidades de meio ambiente ofertados (sendo 1 em 2024 e 2 em 2025), além de resolução com a regulamentação das diretrizes e procedimentos da academia de formação
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um corpo funcional engajado, satisfeito e esclarecido é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de atender e satisfazer a sociedade como um todo. Logo, é parte essencial desse processo potencializar, de maneira interdisciplinar, o debate em torno de temáticas proposta a fim de proporcionar a todos os participantes o desenvolvimento intelectual e o pensamento crítico, além de aprimorar continuamente e desenvolver profissionalmente o corpo funcional nas melhores práticas de conservação ambiental

<b>Propor mecanismos de sustentabilidade econômico-financeira para as RPPNs</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Eduardo Antunes
<b>Eixo de atuação</b>	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Perseguir a sustentabilidade econômico-financeira das Ucs e dos Hfs
<b>Objetivo</b>	Conduzir estudos técnicos com a finalidade de propor estratégias e mecanismos para captação e aplicação de recursos humanos, materiais e financeiros no âmbito das reservas particulares de patrimônio natural estaduais a fim de perseguir a sua sustentabilidade econômico-financeira no longo prazo
<b>Indicador</b>	Número de estudos realizados
<b>Meta</b>	2
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Resolução com a regulamentação dos mecanismos de sustentabilidade econômico-financeira, além de 2 relatórios de avaliação consolidados com a exposição da avaliação piloto sobre 2 RPPNs
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a conservação da vegetação e a proteção da biodiversidade local que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo a produção de conhecimento sobre a sustentabilidade econômico-financeira das reservas particulares de patrimônio natural a fim de fornecer subsídios para proposição de políticas específicas de conservação

<b>Modernizar o Banco Público de Áreas para Restauração</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Luana Bianchini
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão da tecnologia e da informação
<b>Objetivo estratégico</b>	Ampliar e integrar sistemas de operação e de informação
<b>Objetivo</b>	Modernizar o Banco Público de Áreas para Restauração com a incorporação de ferramentas de georreferenciamento, inclusive com o aproveitamento dos cadastros existentes, de modo a incutir não só maior agilidade no processo de gerenciamento e controle de áreas para restauração, mas também otimizar processos internos de trabalho de modo a promover a eficácia no controle ambiental sobre a cobertura florestal
<b>Indicador</b>	Número de funcionalidades criadas
<b>Meta</b>	2
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Banco Público de Áreas para Restauração modernizado (BANPAR 2.0)
<b>Justificativa</b>	A promoção da inovação no setor público, o estímulo à melhoria contínua na prestação de serviços públicos e a maximização dos resultados das políticas públicas são objetivos centrais de qualquer organização pública que se preze. Logo, é parte essencial desse processo perseguir uma visão holística sobre os dados e informações produzidos internamente com maior preocupação para com a efetividade no gerenciamento de passivos ambientais

<b>Ofertar capacitação em diretrizes de fiscalização, em especial, às superintendências</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Ingrid Rosa
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Capacitar os servidores em gestão, liderança e saber técnico
<b>Objetivo</b>	Ofertar cursos de formação de fiscalização às superintendências para fins de aperfeiçoamento e incorporação das melhores práticas de combate aos crimes ambientais, além de promover a atuação integrada entre os diversos setores e entes
<b>Indicador</b>	Número de cursos ofertados
<b>Meta</b>	19
<b>Prazo</b>	out-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Oferta de curso de formação de fiscalização às superintendências, contemplando a relação dos cursos e dos participantes e suas respectivas frequências, notadamente: ações de fiscalização ambiental (9), procedimentos e atos administrativos apreensão (9), manejo e soltura de fauna nativa, fora de unidades de conservação (1)
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes maior visibilidade e transparência na sua forma de atuação, principalmente no que diz respeito aos seus processos de trabalho, dados e informações deles decorrentes. Logo, é parte essencial desse processo manter um corpo funcional engajado, satisfeito e esclarecido para melhor lidar com os desafios inerentes às atividades de fiscalização ambiental

<b>Ofertar capacitação em diretrizes de pós-licença, em especial, às superintendências</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Ingrid Rosa
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Capacitar os servidores em gestão, liderança e saber técnico
<b>Objetivo</b>	Ofertar cursos de formação de pós-licença às superintendências para fins de aperfeiçoamento e incorporação das melhores práticas de acompanhamento e monitoramento de atividades licenciadas, além de promover a atuação integrada entre os diversos setores e entes
<b>Indicador</b>	Número de cursos ofertados
<b>Meta</b>	27
<b>Prazo</b>	out-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Oferta de curso de formação de pós-licença às superintendências, contemplando a relação dos cursos e dos participantes e suas respectivas frequências, notadamente: procedimentos técnicos de acompanhamento e monitoramento de licenças ambientais (9), uso do sensoriamento remoto para monitoramento de atividades licenciadas (9) e instrumentos de controle ambiental (9)
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes maior visibilidade e transparência na sua forma de atuação, principalmente no que diz respeito aos seus processos de trabalho, dados e informações deles decorrentes. Logo, é parte essencial desse processo manter um corpo funcional engajado, satisfeito e esclarecido para melhor lidar com os desafios inerentes às atividades de pós-licença

Regulamentar procedimentos de cumprimento de condições de validade	
<b>Líder da iniciativa</b>	Mona Rotolo
<b>Eixo de atuação</b>	Licenciamento ambiental e pós-licença
<b>Objetivo estratégico</b>	Redirecionar o esforço institucional para o pós-licença
<b>Objetivo</b>	Estabelecer diretrizes, procedimentos e fluxos internos para a emissão da certidão de cumprimento de condicionantes de instrumentos de licenciamento ambiental de modo a orientar a atuação das unidades administrativas e do corpo funcional do INEA responsáveis pelo pós-licença
<b>Indicador</b>	Número de procedimentos regulamentados
<b>Meta</b>	2
<b>Prazo</b>	jun-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Norma institucional de emissão da certidão de cumprimento de condicionantes e norma operacional de certificação de empresas de atendimento a emergência ambiental
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a incorporação de práticas ambientalmente sustentáveis que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações, evitando a ocorrência de dano ou degradação ambiental. Logo, é parte essencial desse processo estabelecer diretrizes, procedimentos e fluxos internos para ações de emissão de certidão de cumprimento de condicionantes de instrumentos de licenciamento ambiental de modo a orientar a atuação uniforme e adequada das unidades administrativas e do corpo funcional do INEA responsáveis pelo pós-licença

<b>Regulamentar procedimentos de respostas às emergências ambientais</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Ricardo Marcelo
<b>Eixo de atuação</b>	Recuperação ambiental, controle de inundações e prevenção de acidentes
<b>Objetivo estratégico</b>	Prevenir, controlar e mitigar acidentes ambientais
<b>Objetivo</b>	Estabelecer diretrizes, procedimentos e fluxos internos para o planejamento e operação de ações de respostas às emergências ambientais nas baías fluminenses de modo a orientar a atuação das unidades administrativas e do corpo funcional do INEA responsáveis pela prevenção, controle e mitigação de acidentes tecnológicos
<b>Indicador</b>	Número de procedimentos regulamentados
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-23
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Implantação do programa temático "de olho no mar" nas baías fluminenses
<b>Justificativa</b>	A atuação do setor ambiental sofre grande pressão por parte da sociedade, a qual exige políticas ambientais que, ao mesmo tempo, ajudem a preservar os recursos naturais ainda existentes e a recuperar aqueles degradados, o que requer amplas ações de regulação, monitoramento e fiscalização ambiental de modo atuante, transparente e eficaz. Logo, é parte essencial desse processo estabelecer diretrizes, procedimentos e fluxos internos para ações coordenadas de combate aos acidentes ambientais de modo a orientar as unidades administrativas e o corpo funcional do INEA responsáveis pela fiscalização ambiental

<b>Rever os procedimentos para a emissão de certidões de inexigibilidade</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Leonardo Daemon
<b>Eixo de atuação</b>	Licenciamento ambiental e pós-licença
<b>Objetivo estratégico</b>	Rever e simplificar procedimentos
<b>Objetivo</b>	Rever e simplificar os procedimentos de processamento interno dos requerimentos de certidões de inexigibilidade de licenciamento ambiental com vistas à sua geração automática a partir do cruzamento de dados e informações disponíveis em seus bancos internos
<b>Indicador</b>	Número de funcionalidades criadas
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	mar-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Funcionalidade de emissão automática de certidão de inexigibilidade de licenciamento ambiental disponível no Portal do Licenciamento
<b>Justificativa</b>	A atuação do setor ambiental sofre grande pressão, especialmente, de dois grandes atores. De um lado, a sociedade exige políticas ambientais que, ao mesmo tempo, ajudem a preservar os recursos naturais ainda existentes e a recuperar aqueles degradados, o que requer amplas ações de regulação, monitoramento e fiscalização ambiental de modo atuante, transparente e eficaz. De outro, o setor produtivo manifesta intensamente o anseio por um sistema de licenciamento ambiental ágil, inovador e eficiente, que não represente um obstáculo ao desenvolvimento econômico e à geração de empregos. Logo, é parte essencial desse processo simplificar os procedimentos de emissão de certidões de inexigibilidade de licenciamento ambiental de modo a aumentar a produtividade e com isso reduzir o tempo de resposta ao cidadão

<b>Adequar a edificação do edifício-sede com práticas sustentáveis</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Cristina Cardoso
<b>Eixo de atuação</b>	Governança e controle interno
<b>Objetivo estratégico</b>	Aumentar a qualidade do gasto público
<b>Objetivo</b>	Adotar práticas ambientalmente sustentáveis na rotina organizacional do edifício-sede que reduzam a dependência do uso dos recursos naturais durante a sua operação como energia renovável e reuso de água
<b>Indicador</b>	Número de práticas sustentáveis incorporadas
<b>Meta</b>	2
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Incorporação de sistema de captação de água para reuso e instalação de placas fotovoltaicas no edifício-sede do Instituto
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a incorporação de práticas ambientalmente sustentáveis que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo promover a incorporação de práticas ambientalmente sustentáveis no patrimônio público de modo a reduzir a sua pegada ambiental e consequentemente o uso de recursos naturais escassos, além de direcionar a economia dos recursos públicos para as atividades finalísticas

<b>Fortalecer a atuação na segurança de infraestruturas hídricas</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Fernanda Spitz
<b>Eixo de atuação</b>	Recuperação ambiental, controle de inundações e prevenção de acidentes
<b>Objetivo estratégico</b>	Prevenir, controlar e mitigar acidentes ambientais
<b>Objetivo</b>	Fortalecer a atuação em segurança e prevenção de acidentes por intermédio da realização de um diagnóstico sobre a situação das infraestruturas hídricas do Estado, para, em seguida, regulamentar os papéis e responsabilidades compartilhadas, além da proposição futura de ações integradas e definir estratégias para recuperação, operação e manutenção
<b>Indicador</b>	Número de diagnósticos realizados
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Relatório circunstanciado sobre o diagnóstico da situação atual das infraestruturas hídricas para subsidiar a proposição futura de ações integradas e definição de estratégias e responsabilidades para acompanhamento/fiscalização, manutenção, operação e recuperação em articulação com a Seas
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a mitigação dos riscos de ocorrência de desastres naturais que coloquem em situação de vulnerabilidade uma parcela da população. Logo, é parte essencial desse processo definir as responsabilidades e conhecer as infraestruturas mais vulneráveis de modo que possam ser priorizadas as ações para manutenção, operação e recuperação

<b>Fortalecer a atuação na segurança de barragens</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Fernanda Spitz
<b>Eixo de atuação</b>	Recuperação ambiental, controle de inundações e prevenção de acidentes
<b>Objetivo estratégico</b>	Prevenir, controlar e mitigar acidentes ambientais
<b>Objetivo</b>	Fortalecer a atuação em segurança de barragens por intermédio da proposição de norma institucional que regulamenta os papéis dos setores do Inea em relação a barragens, de norma operacional que regulamenta a regularização de barramentos e revisão de normativos, além da implementação de termos de cooperação com outras instituições para atuação conjunta na segurança de barragens
<b>Indicador</b>	Número de instrumentos normativos e termos de cooperação
<b>Meta</b>	3
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Norma institucional que regulamenta os papéis do Inea, norma operacional que regulamenta a regularização de barramentos e revisão dos normativos existentes (quando pertinente), além da implementação de termos de cooperação com outras instituições para atuação conjunta na segurança de barragens, como CREA-RJ e Defesa Civil
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a mitigação dos riscos de ocorrência de desastres naturais que coloquem em situação de vulnerabilidade uma parcela da população. Logo, é parte essencial desse processo fortalecer a atuação na segurança de barragens por intermédio da definição dos papéis de licenciador, fiscalizador e empreendedor e dos procedimentos de regularização de barramentos, ao mesmo tempo em que persegue a atuação conjunta e coordenada entre diversos entes e entidades

<b>Ampliar a rede de monitoramento da qualidade das águas</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Leonardo Fidalgo
<b>Eixo de atuação</b>	Qualidade ambiental do ar, água e solo
<b>Objetivo estratégico</b>	Integrar, adequar e otimizar a rede de monitoramento da qualidade
<b>Objetivo</b>	Ampliar a rede de monitoramento de qualidade ambiental das águas por região hidrográfica para fornecer dados e informações úteis e tempestivas ao processo decisório de modo a contribuir com o melhor planejamento de ações e até de gestão de crises referentes à uma piora na qualidade ambiental em todo estado do RJ
<b>Indicador</b>	Número de municípios atendidos
<b>Meta</b>	80
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Rede de monitoramento da qualidade ambiental das águas instalada e operando em ao menos 80 municípios do estado do Rio de Janeiro
<b>Justificativa</b>	A atuação do setor ambiental sofre grande pressão por parte da sociedade, a qual exige políticas ambientais que, ao mesmo tempo, ajudem a preservar os recursos naturais ainda existentes e a recuperar aqueles degradados, o que requer amplas ações de regulação, monitoramento e fiscalização ambiental de modo atuante, transparente e eficaz. Logo, é parte essencial desse processo ampliar a rede de monitoramento da qualidade ambiental das águas dos principais corpos hídricos de suas regiões hidrográficas, contribuindo para um melhor planejamento de ações em decorrência de uma eventual uma piora na qualidade ambiental em razão do aumento de sua capilaridade

<b>Incorporar o Sistema Estadual de Informações sobre Meio-ambiente (SEIMA)</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Vitor Nacif
<b>Eixo de atuação</b>	Licenciamento ambiental e pós-licença
<b>Objetivo estratégico</b>	Operacionalizar o novo sistema estadual de licenciamento
<b>Objetivo</b>	Incorporar todas as cópias das licenças e instrumentos de controle emitidos pelos municípios habilitados ao licenciamento ambiental, notadamente no período 2018-2023, no âmbito do Sistema Estadual de Informações sobre Meio-ambiente (SEIMA)
<b>Indicador</b>	Número de anos contemplados
<b>Meta</b>	6
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Dados e informações das licenças e instrumentos de controle emitidas pelos municípios habilitados ao licenciamento ambiental, no período compreendido entre 2018-2023, no Sistema Estadual de Informações sobre Meio-ambiente (SEIMA), inclusive cópia do documento expedido
<b>Justificativa</b>	A atuação do setor ambiental sofre grande pressão por parte da sociedade, a qual exige políticas ambientais que, ao mesmo tempo, ajudem a preservar os recursos naturais ainda existentes e a recuperar aqueles degradados, o que requer amplas ações de regulação, monitoramento e fiscalização ambiental de modo atuante, transparente e eficaz. Logo, é parte essencial desse processo reunir dados e informações sobre as licenças e instrumentos de controle emitidas pelos municípios habilitados ao licenciamento ambiental a fim de reter o conhecimento numa única base

<b>Implantar a auditoria de acompanhamento de execução do gasto público</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Fabiano Penny
<b>Eixo de atuação</b>	Governança e controle interno
<b>Objetivo estratégico</b>	Fortalecer práticas de integridade pública
<b>Objetivo</b>	Acompanhar a execução orçamentária e financeira do Instituto de modo a verificar a sua adequação às normas internas e às recomendações e determinações dos demais órgãos externos para aumentar a qualidade do gasto público
<b>Indicador</b>	Número de auditorias de acompanhamento realizadas
<b>Meta</b>	3
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Relatórios anuais de acompanhamento preventivo sobre a execução orçamentária e financeira, inclusive verificando a adequação às normas internas e, quando for o caso, recomendações e determinações dos demais órgãos externos
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes maior integridade no uso dos recursos públicos, principalmente a forma pela qual a legalidade e a conduta ética serão perseguidas. Logo, é parte essencial desse processo acompanhar preventivamente a execução orçamentária e financeira do instituto de modo a orientar a forma de atuação do profissional no sentido de perseguir a integridade de seus atos e processos administrativos, evitando a prática ilegal ou a conduta inadequada

Conduzir o mapeamento de Uso do Solo e Cobertura Vegetal do estado do Rio de Janeiro	
<b>Líder da iniciativa</b>	Gabriel Lardosa
<b>Eixo de atuação</b>	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Conservar a vegetação nativa e a fauna silvestre
<b>Objetivo</b>	Disponibilizar o Mapeamento do Uso do Solo e Cobertura Vegetal do Estado do Rio de Janeiro na escala 1:25.000 com dados atualizados referentes ao exercício de 2023 de modo a orientar a atuação do poder público com informações acuradas e tempestivas
<b>Indicador</b>	Número de mapas disponibilizados
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Disponibilização de mapa oficial com os dados e informações atualizados referentes ao exercício de 2023 sobre o mapeamento do Uso do Solo e Cobertura Vegetal do Estado do Rio de Janeiro na escala 1:25.000
<b>Justificativa</b>	Um importante desafio na gestão pública é produzir e difundir o conhecimento técnico-científico principalmente no que diz respeito aos seus processos de trabalho, em consonância com os dados e informações deles decorrentes. Logo, é parte essencial desse processo, a partir de evidências robustas e de diagnósticos precisos, apoiar o processo de correção de planos, modificação de políticas e revisão de estratégias, fundamentados nas melhores e mais recentes informações

Rever os procedimentos de indenização dos custos de análise e processamento	
Líder da iniciativa	Max Reis
Eixo de atuação	Licenciamento ambiental e pós-licença
Objetivo estratégico	Operacionalizar o novo sistema estadual de licenciamento
Objetivo	Revisar a norma operacional de processamento e análise dos requerimentos SELCA de modo a regulamentar os procedimentos de abertura e análise prévia dos pedidos de obtenção de instrumentos de licenciamento e controle ambiental
Indicador	Número de normas elaboradas ou revisadas
Meta	1
Prazo	dez-24
Categorização	Média
Entregas	NOP_INEA_02_rev.4 estabelecendo as diretrizes, procedimentos e fluxos acerca do processamento e análise dos requerimentos de instrumentos de licenciamento e controle ambiental no âmbito do SELCA
Justificativa	A atuação do setor ambiental sofre grande pressão, especialmente, de dois grandes atores. De um lado, a sociedade exige políticas ambientais que, ao mesmo tempo, ajudem a preservar os recursos naturais ainda existentes e a recuperar aqueles degradados, o que requer amplas ações de regulação, monitoramento e fiscalização ambiental de modo atuante, transparente e eficaz. De outro, o setor produtivo manifesta intensamente o anseio por um sistema de licenciamento ambiental ágil, inovador e eficiente, que não represente um obstáculo ao desenvolvimento econômico e à geração de empregos. Logo, é parte essencial desse processo regulamentar os procedimentos de abertura e análise prévia dos pedidos de obtenção de instrumentos de licenciamento e controle ambiental de modo a aumentar a produtividade e com isso reduzir o tempo de resposta ao cidadão

<b>Atualizar as listas de verificação do Portal do Licenciamento</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Max Reis
<b>Eixo de atuação</b>	Licenciamento ambiental e pós-licença
<b>Objetivo estratégico</b>	Operacionalizar o novo sistema estadual de licenciamento
<b>Objetivo</b>	Rever as listas de verificação de documentos requeridos para os procedimentos de abertura dos pedidos de obtenção de instrumentos de licenciamento e controle ambiental segundo a legislação vigente de modo a melhorar a qualidade da informação e com isso reduzir o tempo de resposta ao cidadão
<b>Indicador</b>	Número de listas de verificação atualizadas
<b>Meta</b>	30
<b>Prazo</b>	abr-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Listas de verificação de documentos para o requerimento de instrumentos de licenciamento e de controle ambiental revisadas
<b>Justificativa</b>	A atuação do setor ambiental sofre grande pressão, especialmente, de dois grandes atores. De um lado, a sociedade exige políticas ambientais que, ao mesmo tempo, ajudem a preservar os recursos naturais ainda existentes e a recuperar aqueles degradados, o que requer amplas ações de regulação, monitoramento e fiscalização ambiental de modo atuante, transparente e eficaz. De outro, o setor produtivo manifesta intensamente o anseio por um sistema de licenciamento ambiental ágil, inovador e eficiente, que não represente um obstáculo ao desenvolvimento econômico e à geração de empregos. Logo, é parte essencial desse processo esclarecer os documentos requeridos para os procedimentos de abertura dos pedidos de obtenção de instrumentos de licenciamento e controle ambiental de modo a melhorar a qualidade da informação e com isso reduzir o tempo de resposta ao cidadão

<b>Aprimorar o sistema de gestão de boletos</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Roberto Calomeni
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão da tecnologia e da informação
<b>Objetivo estratégico</b>	Garantir a disponibilidade dos recursos tecnológicos
<b>Objetivo</b>	Conceber uma funcionalidade que integre os diferentes sistemas de gestão de boleto do instituto em uma única plataforma (API corporativa) de modo a disponibilizar dados e informações de forma agregada, relevante e tempestiva (relatórios gerenciais)
<b>Indicador</b>	Número de funcionalidades criadas
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	mar-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Funcionalidades de geração de relatórios gerenciais dos diferentes sistemas de informação, incorporadas à API corporativa
<b>Justificativa</b>	A promoção da inovação no setor público, o estímulo à melhoria contínua na prestação de serviços públicos e a maximização dos resultados das políticas públicas são objetivos centrais de qualquer organização pública que se preze. Logo, é parte essencial desse processo perseguir uma visão holística sobre os dados e informações produzidos internamente com maior preocupação para com a qualidade na prestação e na satisfação dos usuários externos e internos de seus serviços

<b>Reformular a comunicação institucionais nos canais de divulgação</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Ana Paula Paiva
<b>Eixo de atuação</b>	Comunicação com a sociedade e educação para sustentabilidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Aprimorar o uso, os mecanismos e os canais de divulgação
<b>Objetivo</b>	Promover positivamente o INEA por intermédio do Portal, Extranet e Redes Sociais, informando sobre suas atividades, prestando contas e fortalecendo sua identidade e imagem frente ao público interno e externo
<b>Indicador</b>	Número de acessos (portal, extranet e redes sociais)
<b>Meta</b>	510000
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Reformulação da comunicação Institucional do Portal e Extranet do INEA, incluindo a revisão da estratégia de comunicação nas redes sociais e o empenho em pautas exclusivas para a comunicação interna
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes maior qualidade sobre os mecanismos e canais de atendimento e comunicação que: i) orientem os usuários atendidos por seus serviços e ii) informem aos públicos interessados as ações e decisões da organização. Logo, é parte essencial desse processo aprimorar os mecanismos e canais existentes no sentido de fortalecer sua identidade e imagem frente ao público interno e externo para que o instituto alcance um lugar de destaque na sociedade e ganhe notoriedade perante seus públicos

<b>Conceber o Plano de Comunicação Institucional</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Ana Paula Paiva
<b>Eixo de atuação</b>	Comunicação com a sociedade e educação para sustentabilidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Melhorar a comunicação com a sociedade
<b>Objetivo</b>	Elaborar plano de comunicação institucional contemplando diretrizes institucionais que objetivem maximizar e fortalecer a marca da instituição por intermédio de ações de comunicação integrada perante os públicos internos e externos
<b>Indicador</b>	Número de planos de elaborados
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	jun-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Plano de comunicação institucional contemplando diretrizes institucionais que objetivem maximizar e fortalecer a marca da instituição por intermédio de ações de comunicação para os públicos internos e externos
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes maior visibilidade e transparência na sua forma de atuação, principalmente no que diz respeito aos seus processos de trabalho, dados e informações deles decorrentes. Logo, é parte essencial desse processo reforçar o seu processo de comunicação institucional de maneira que fortaleça sua marca, de forma sustentável, potencializando suas probabilidades de sucesso frente às diferentes partes interessadas do instituto

<b>Ofertar o percurso formativo de educação ambiental: ligado no clima (resiliência climática)</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Bruno Waldman
<b>Eixo de atuação</b>	Comunicação com a sociedade e educação para sustentabilidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Executar políticas de educação ambiental e serviços ambientais
<b>Objetivo</b>	Propor política pública específica para lidar com as consequências negativas das mudanças climáticas com fundamento na proposição de estratégias e indicação de instrumentos voltados para a resiliência climática por parte dos diversos programas dos órgãos públicos
<b>Indicador</b>	Número de políticas públicas formalizadas
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Política pública específica formalizada para o enfrentamento das adversidades das mudanças climáticas, contemplando inclusive a consulta pública, a formação de comitês e parcerias, a criação de portais e aplicativos e provisão dos recursos financeiros para sua execução
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a adesão de medidas de enfrentamento às adversidades decorrentes das mudanças climáticas de modo a permitir a sustentabilidade ambiental às próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo propor estratégias e indicar ferramentas para a mitigação de riscos e para a remediação dos efeitos perversos da atuação humana que repercutem no clima do planeta

Realizar o Prêmio Anual de melhores práticas de educação ambiental	
<b>Líder da iniciativa</b>	Bruno Waldman
<b>Eixo de atuação</b>	Comunicação com a sociedade e educação para sustentabilidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Promover a educação para a sustentabilidade
<b>Objetivo</b>	Ofertar prêmio anual de melhores práticas de educação ambiental para fomentar a incorporação de boas práticas com fundamento nas melhores trilhas de formação de organizações públicas ou de interesse social de modo a difundir as experiências exitosas por parte de outras instituições ou de segmentos da sociedade
<b>Indicador</b>	Número de prêmios realizados
<b>Meta</b>	2
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Prêmio Anual de melhores práticas sob a temática educação ambiental, contemplando edital do certame que explicita os critérios de habilitação e seleção
<b>Justificativa</b>	Um importante desafio do poder público contemporâneo é difundir melhores práticas com fundamento em experiências exitosas a fim de facilitar a incorporação por parte de outros atores a partir de casos concretos e comprovadamente eficazes em termos de políticas de educação ambiental. Logo, é parte essencial desse processo ofertar prêmios para promover a articulação junto a diversos atores sociais no sentido de dedicarem sua atenção sobre determinadas práticas de educação ambiental de interesse institucional e, com isso, a partir da difusão de casos de sucesso, facilitar a incorporação dessas trilhas de formação por parte de outros atores

Ofertar cursos de capacitação	
<b>Líder da iniciativa</b>	Cleic Kelly Peçanha
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Capacitar os servidores em gestão, liderança e saber técnico
<b>Objetivo</b>	Ofertar vagas de cursos de capacitação para reforçar a construção de uma cultura fundamentada no desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais
<b>Indicador</b>	Número de participantes concluintes
<b>Meta</b>	1500
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Vagas de cursos de capacitação ofertadas, além de relatório gerencial consolidado
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um corpo funcional engajado, satisfeito e esclarecido é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de atender e satisfazer a sociedade como um todo. Logo, é parte essencial desse processo articular o conhecimento prático adquirido no cotidiano profissional, com os conhecimentos produzidos no ambiente acadêmico com a finalidade de ampliar as habilidades dos profissionais e aumentar a confiança na tomada de decisões importantes

<b>Ofertar seminários, oficinas e encontros técnicos</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Cleic Kelly Peçanha
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Capacitar os servidores em gestão, liderança e saber técnico
<b>Objetivo</b>	Ofertar vagas de seminários, oficinas e encontros técnicos para promover um ambiente adequado para a discussão de temas específicos de interesse da instituição, bem como para auxiliar, orientar e aperfeiçoar a formação dos servidores públicos mediante a difusão de conhecimentos externos
<b>Indicador</b>	Número de eventos ofertados
<b>Meta</b>	15
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Seminários, oficinas e encontros técnicos ofertados, além de relatório gerencial consolidado
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um corpo funcional engajado, satisfeito e esclarecido é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de atender e satisfazer a sociedade como um todo. Logo, é parte essencial desse processo potencializar, de maneira interdisciplinar, o debate em torno de temáticas proposta a fim de proporcionar a todos os participantes o desenvolvimento intelectual e o pensamento crítico

<b>Instituir o Portfólio de Competências dos cargos de liderança</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Eduarda Borba
<b>Eixo de atuação</b>	Governança e controle interno
<b>Objetivo estratégico</b>	Garantir recursos humanos, materiais e financeiros
<b>Objetivo</b>	Elaborar a matriz de competências de todos os cargos de liderança da instituição para adequá-la aos atuais desafios que a missão e a visão lhe impõem
<b>Indicador</b>	Número de portfólio de competências elaborado
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	mar-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Portfólio de competências dos cargos de liderança, explicitando os conhecimentos, habilidades e atitudes requeridos para o devido cumprimento de suas atribuições técnicas e gerenciais
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um corpo funcional engajado, satisfeito e esclarecido é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de atender e satisfazer a sociedade como um todo. Logo, é parte essencial desse processo deter um portfólio de competências dos cargos de liderança para explicitar os conhecimentos, habilidades e atitudes requeridos para o devido cumprimento de suas atribuições técnicas e gerenciais de forma condizente com os desafios que a missão e visão lhe impõem

<b>Elaborar o Plano Anual de Capacitação</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Elaine Costa
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo</b>	Capacitar os servidores em gestão, liderança e saber técnico
<b>Objetivo estratégico</b>	Elaborar o plano anual de capacitação com fundamento nas necessidades mapeadas junto às unidades administrativas em razão das iniciativas contempladas pelo Plano Estratégico do INEA
<b>Indicador</b>	Número de planos elaborados
<b>Meta</b>	2
<b>Prazo</b>	dez-23
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Plano anual de capacitação detalhado contendo as diretrizes globais de formação, bem como sugestão de trilhas do conhecimento em resposta às necessidades de formação mapeadas
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um corpo funcional engajado, satisfeito e esclarecido é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de atender e satisfazer a sociedade como um todo. Logo, é parte essencial desse processo propor ações de capacitação em resposta às lacunas de formação mapeadas junto às áreas técnicas mediante ampla transparência na promoção das ações de capacitação do instituto

<b>Produzir relatórios informativos sobre a atuação do órgão (Inea em números)</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Felipe Rodrigues
<b>Eixo de atuação</b>	Comunicação com a sociedade e educação para sustentabilidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Promover a transparência administrativa
<b>Objetivo</b>	Comunicar para a sociedade, em linguagem simples e formato visual, as principais entregas e resultados decorrentes de sua atuação a cada término de exercício de modo a transparecer as principais conquistas e performances num determinado período para que o cidadão detenha a real dimensão dos feitos da organização em razão dos recursos públicos aplicados
<b>Indicador</b>	Número de relatórios elaborados
<b>Meta</b>	2
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Relatório consolidado sobre as principais entregas e resultados decorrentes de sua atuação a cada término de exercício, além dos demais indicadores de produtividade, em linguagem simples e formato visual
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes maior visibilidade e transparência na sua forma de atuação, principalmente no que diz respeito à eficácia no alcance de objetivos e à eficiência no uso de recursos públicos. Logo, é parte essencial desse processo clarificar para o cidadão os principais resultados obtidos e os produtos entregues em decorrência de suas políticas públicas ou da sua forma de atuação

Reformular o painel Gestão à Vista	
<b>Líder da iniciativa</b>	Felipe Rodrigues
<b>Eixo de atuação</b>	Governança e controle interno
<b>Objetivo estratégico</b>	Fortalecer práticas de governança corporativa
<b>Objetivo</b>	Determinar os principais indicadores de resultado e de esforço a cargo do instituto para, em seguida, levantar e manter as suas respectivas séries históricas a fim de construir um painel corporativo com o intuito de subsidiar diversas frentes de atuação da diretoria com informações acuradas, sintéticas, interpretadas, úteis, relevantes e tempestivas
<b>Indicador</b>	Número de painéis (por eixo) atualizados
<b>Meta</b>	10
<b>Prazo</b>	mar-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	Plataforma Gestão à Vista com indicadores de todos os eixos de atuação validados e com série histórica
<b>Justificativa</b>	O agente público deve investir em tecnologias da informação ou modernizar práticas administrativas a fim de garantir maior agilidade no processo decisório e, posteriormente, permitir a mensuração da eficácia ou da eficiência da organização no cumprimento de sua missão e visão de futuro. Logo, é parte essencial desse processo produzir evidências consistentes e realizar bons diagnósticos, ambos fundamentados nas melhores e mais recentes informações, para otimizar o uso de recursos públicos e aprimorar a forma de atuação governamental

Regulamentar os procedimentos de termos de ajustamento de conduta	
Líder da iniciativa	Hilana Andrade
Eixo de atuação	Governança e controle interno
Objetivo estratégico	Promover a integração externa e interna
Objetivo	Revisar Decreto, Resoluções e Norma Administrativa a fim de estabelecer os procedimentos do Instituto relativos aos termos de ajustamento de conduta de forma adequada ao atual contexto organizacional e a legislação vigente, desde a celebração até a sua quitação legal, de modo a reduzir o passivo de análise e de quitação dos termos
Indicador	Número de melhorias adotadas
Meta	4
Prazo	dez-24
Categorização	Média
Entregas	Decreto, Resoluções e Normas Administrativas revistas estabelecendo as diretrizes, procedimentos e fluxos acerca dos termos de ajustamento de conduta do qual o instituto faça parte, além da oferta de capacitação sobre os novos procedimentos e fluxos junto aos coordenadores e da redução do passivo de processos pendentes de análise de encerramento/quitação, bem como sistema de controle com dados e informações gerenciais e administrativas agregadas
Justificativa	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um corpo funcional devidamente informado é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de atender e satisfazer a sociedade como um todo. Logo, é parte essencial desse processo disponibilizar e publicizar de forma organizada as diretrizes, normas, procedimentos e fluxos internos desde a celebração até a quitação dos termos de ajustamento de conduta de modo a orientar a atuação uniforme e adequada das unidades administrativas e do corpo funcional do INEA

<b>Aprimorar a norma sobre plano de mitigação de padrões de emissões de gases de efeito estufa no âmbito do licenciamento ambiental</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Rafael Campos
<b>Eixo de atuação</b>	Qualidade ambiental do ar, água e solo
<b>Objetivo estratégico</b>	Controlar efluentes líquidos, resíduos sólidos e emissões atmosféricas
<b>Objetivo</b>	Revisar a Resolução INEA nº 65/2012 a fim de estabelecer novos procedimentos, critérios e parâmetros sobre a apresentação de plano de mitigação de emissões de gases de efeito estufa para fins de licenciamento ambiental no estado do rio de janeiro
<b>Indicador</b>	Número de normas elaboradas ou revisadas
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Média
<b>Entregas</b>	NOP-INEA-XX aprovada pelo Conselho Diretor segundo as novas diretrizes institucionais
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a incorporação de práticas ambientalmente sustentáveis que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações, evitando a ocorrência de danos ou degradação ambiental. Logo, é parte essencial desse processo estabelecer diretrizes, normas, procedimentos e fluxos internos para ações de mitigação de emissões de gases do efeito estufa de modo a orientar as atividades e empreendimentos segundo critérios e parâmetros de qualidade ambiental segundo metodologias mais precisas na mensuração, métricas de avaliação de estratégias de redução e alinhamento metodológico com padrões internacionais

<b>Institucionalizar o Programa Geração Futuras (GP Mirim/FERA)</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Raphael Freire
<b>Eixo de atuação</b>	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Conservar a vegetação nativa e a fauna silvestre
<b>Objetivo</b>	Ofertar cursos de formação para as gerações futuras, potenciais voluntários atuantes em áreas protegidas, para fins de conscientização ambiental e incorporação das melhores práticas de conservação ambiental
<b>Indicador</b>	Número de alunos atendidos
<b>Meta</b>	3030
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Alunos atendidos no programa GP Mirim, faixa etária 12 a 15 anos, (sendo 80 em 2023, 600 em 2024 e 850 em 2025), e no programa FERA, faixa etária 6 a 11 anos, (sendo 600 em 2024 e 900 em 2025), além de resolução com a regulamentação do Programa FERA
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a incorporação de práticas ambientalmente sustentáveis que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo promover a qualificação das gerações futuras de modo a incutir a conscientização ambiental e o respeito à natureza

<b>Conceber novo modelo de gestão integrada das UC's estaduais</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Eduardo Antunes
<b>Eixo de atuação</b>	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Conservar a vegetação nativa e a fauna silvestre
<b>Objetivo</b>	Conduzir estudos técnicos para subsidiar a proposição de um novo modelo de gestão integrada das unidades de conservação da natureza estaduais de modo a perseguir a sua efetiva estruturação para o devido cumprimento de suas competências legais e governamentais
<b>Indicador</b>	Número de estudos técnicos produzidos
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Resolução com a regulamentação do modelo de gestão integrada das unidades de conservação da natureza estaduais
<b>Justificativa</b>	É a partir dos processos que a organização traça os caminhos a serem percorridos para o cumprimento de sua visão de futuro e, portanto, revela a forma pela qual os objetivos e metas globais da organização, dentro de um determinado período, serão perseguidos. Logo, é parte essencial desse processo a proposição de modelos de gestão integrada de modo a fornecer dados e informações relevantes e oportunas para a alta administração, subsidiando decisões táticas em tempo hábil com a finalidade de assegurar a obtenção da situação futura pretendida

<b>Criar o cadastro estadual de fauna silvestre</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Marcelo Cupello
<b>Eixo de atuação</b>	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Conservar a vegetação nativa e a fauna silvestre
<b>Objetivo</b>	Criar o cadastro estadual de fauna silvestre existente no interior das unidades de conservação estaduais de modo a permitir o acompanhamento sistemático sobre a situação atual e com isso fornecer subsídios para a proposição de políticas específicas de conservação (Programa de Olho no Bicho)
<b>Indicador</b>	Número de cadastros criados
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Cadastro estadual de fauna silvestre existente no interior das unidades de conservação estaduais
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a conservação da vegetação e a proteção da biodiversidade local que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo a produção de conhecimento sobre a condição atual de animais silvestres específicos característicos de uma determinada fauna local a fim de fornecer subsídios para proposição de políticas específicas de conservação

<b>Elaborar guia de elaboração e de execução de projetos de restauração florestal</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Luana Bianchini
<b>Eixo de atuação</b>	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Promover a restauração ecológica e a regularização ambiental de imóveis rurais
<b>Objetivo</b>	Elaborar guia de elaboração e de execução de projetos de restauração florestal para pequenas áreas e para plantios voluntários de modo a melhorar a qualidade técnica dos projetos apresentados e com isso reduzir o tempo de análise e de aprovação
<b>Indicador</b>	Número de guias elaborados
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Guia de elaboração e de execução de projetos de restauração florestal para pequenas áreas e para plantios voluntários
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a conservação da vegetação e a proteção da biodiversidade local que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo promover a difusão de conhecimento sobre os projetos de restauração florestal de modo a melhorar a qualidade técnica dos projetos apresentados e com isso reduzir o tempo de análise e de aprovação

Regularizar a produção de sementes e mudas de espécies nativas da Mata Atlântica	
<b>Líder da iniciativa</b>	Luana Bianchini
<b>Eixo de atuação</b>	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Conservar a vegetação nativa e a fauna silvestre
<b>Objetivo</b>	Regularizar a produção e a comercialização de sementes e mudas nos hortos florestais estaduais para atender a compromissos de medidas compensatórias, de projetos de restauração florestal ou de programas de regularização ambiental
<b>Indicador</b>	Número de hortos florestais regularizados
<b>Meta</b>	4
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Regularizar a produção e a comercialização de sementes e mudas de espécies nativas da Mata Atlântica pelos Hortos Florestais Estaduais (sendo 1 em 2023 e 3 em 2024)
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a conservação da vegetação e a proteção da biodiversidade local que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo viabilizar a comercialização de sementes e mudas nos hortos florestais estaduais para atender a compromissos de medidas compensatórias, de projetos de restauração florestal ou de programas de regularização ambiental

<b>Fortalecer a produção de sementes e mudas de espécies nativas da Mata Atlântica</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Luana Bianchini
<b>Eixo de atuação</b>	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Conservar a vegetação nativa e a fauna silvestre
<b>Objetivo</b>	Viabilizar a comercialização de sementes e mudas nos hortos florestais estaduais para atender a compromissos de medidas compensatórias, de projetos de restauração florestal ou de programas de regularização ambiental de pequenos imóveis rurais
<b>Indicador</b>	Número de mudas produzidas
<b>Meta</b>	750000
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Produção de sementes e mudas de espécies nativas da Mata Atlântica pelos Hortos Florestais Estaduais (sendo 250.000 em 2023, 250.000 em 2024 e 250.000 em 2025)
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a conservação da vegetação e a proteção da biodiversidade local que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo viabilizar a comercialização de sementes e mudas nos hortos florestais estaduais para atender a compromissos de medidas compensatórias, de projetos de restauração florestal ou de programas de regularização ambiental

<b>Ofertar capacitação em diretrizes de controle e resposta a acidentes ambientais tecnológicos</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Ricardo Marcelo
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Capacitar os servidores em gestão, liderança e saber técnico
<b>Objetivo</b>	Ofertar cursos de formação de emergências ambientais às superintendências para fins de aperfeiçoamento e incorporação das melhores práticas de controle e resposta a acidentes ambientais tecnológicos, além de promover a atuação integrada entre os diversos setores e entes
<b>Indicador</b>	Número de cursos ofertados
<b>Meta</b>	20
<b>Prazo</b>	out-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Oferta de curso de formação de emergências ambientais às superintendências, contemplando a relação dos cursos e dos participantes e suas respectivas frequências, notadamente: primeiro em cena em emergências com produtos químicos perigosos (09), técnica de avaliação da limpeza costeira (09) e química dos produtos perigosos (02)
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes maior visibilidade e transparência na sua forma de atuação, principalmente no que diz respeito aos seus processos de trabalho, dados e informações deles decorrentes. Logo, é parte essencial desse processo manter um corpo funcional engajado, satisfeito e esclarecido para melhor lidar com os desafios inerentes às atividades de emergência ambiental

<b>Ofertar Oficina de Licenciamento Ambiental</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Kayo Vinícius
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Capacitar os servidores em gestão, liderança e saber técnico
<b>Objetivo</b>	Ofertar programa de capacitação em gestão ambiental ao corpo funcional das superintendências para fins de aperfeiçoamento e incorporação das melhores práticas de gestão ambiental, além de promover a atuação integrada entre as diversas unidades
<b>Indicador</b>	Número de oficinas ofertadas
<b>Meta</b>	8
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Programa de capacitação em gestão ambiental ao corpo funcional das superintendências ofertado, contemplando a relação dos cursos e dos participantes e suas respectivas frequências
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um corpo funcional engajado, satisfeito e esclarecido é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de atender e satisfazer a sociedade como um todo. Logo, é parte essencial desse processo propor ações de capacitação em resposta às lacunas de formação mapeadas junto às áreas técnicas em termos de gestão ambiental

<b>Substituir a frota movida a combustíveis por frota movida à energia elétrica ou híbrida</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Cristina Cardoso
<b>Eixo de atuação</b>	Governança e controle interno
<b>Objetivo estratégico</b>	Aumentar a qualidade do gasto público
<b>Objetivo</b>	Substituir parte da atual frota movida à combustão por uma parcela de veículos elétricos ou híbridos de modo a reduzir a dependência do uso dos recursos naturais durante a sua operação como energia renovável
<b>Indicador</b>	Percentual da frota na modalidade híbrida ou elétrica
<b>Meta</b>	10
<b>Prazo</b>	jun-24
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Substituição de parte da atual frota movida à combustão por uma parcela de veículos elétricos ou híbridos, contemplando estudo sobre a viabilidade econômica e operacional de sua substituição integral
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a incorporação de práticas ambientalmente sustentáveis que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo promover a incorporação de práticas ambientalmente sustentáveis no patrimônio público de modo a reduzir a sua pegada ambiental e consequentemente o uso de recursos naturais escassos, além de direcionar a economia dos recursos públicos para as atividades finalísticas

<b>Fortalecer a atuação integrada em segurança hídrica e governança das águas</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Fernanda Spitz
<b>Eixo de atuação</b>	Segurança hídrica e governança das águas
<b>Objetivo estratégico</b>	Disseminar uma visão sistêmica sobre segurança hídrica
<b>Objetivo</b>	Fortalecer a atuação integrada da governança da baixada campista por intermédio da proposição de atuação institucional de forma coordenada que, num primeiro momento, regulamente os papéis e as responsabilidades compartilhadas e, num segundo momento, proponha ações articuladas para temáticas sensíveis como inundações, estiagem, barramentos, comportas, diques, conflitos de uso, entre outros
<b>Indicador</b>	Número de diagnósticos realizados
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Relatório circunstanciado sobre o diagnóstico da situação atual da governança da baixada campista para subsidiar a proposição futura de ações integradas nos temas sensíveis
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a mitigação dos riscos de ocorrência de desastres naturais que coloquem em situação de vulnerabilidade uma parcela da população. Reconhecendo a importância deste sistema para a segurança hídrica e governança desta região, é fundamental que seja realizada uma análise integrada dos sistemas de lagoas e canais, visando o atendimento aos usos múltiplos da região e minimização dos eventos extremos, a partir da definição dos papéis e responsabilidades ao mesmo tempo em que persegue a atuação conjunta e coordenada entre diversos entes e entidades nas temáticas sensíveis como inundações, estiagem, barramentos, comportas, diques, conflitos de uso, entre outros

Publicar relatórios de qualidade ambiental das águas	
<b>Líder da iniciativa</b>	Leonardo Fidalgo
<b>Eixo de atuação</b>	Qualidade ambiental do ar, água e solo
<b>Objetivo estratégico</b>	Monitorar e informar a qualidade ambiental do ar, água e solo
<b>Objetivo</b>	Elaborar relatórios de comunicação da qualidade ambiental por região hidrográfica para fornecer dados e informações úteis e tempestivas ao processo decisório de modo a contribuir com o melhor planejamento de ações e até de gestão de crises referentes à uma piora na qualidade ambiental em todo estado do RJ
<b>Indicador</b>	Número de relatórios publicados
<b>Meta</b>	9
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Relatórios de qualidade ambiental por região hidrográfica, contemplando a disponibilidade de dados e informações acerca do monitoramento quantitativo e qualitativo dos principais corpos hídricos, inclusive com seus respectivos índices e parâmetros
<b>Justificativa</b>	A atuação do setor ambiental sofre grande pressão por parte da sociedade, a qual exige políticas ambientais que, ao mesmo tempo, ajudem a preservar os recursos naturais ainda existentes e a recuperar aqueles degradados, o que requer amplas ações de regulação, monitoramento e fiscalização ambiental de modo atuante, transparente e eficaz. Logo, é parte essencial desse processo a elaboração de relatórios para a exposição da qualidade ambiental das águas dos principais corpos hídricos de suas regiões hidrográficas, contribuindo para um melhor planejamento de ações em decorrência de uma eventual uma piora na qualidade ambiental

<b>Conduzir campanhas exploratórias para mapear locais apropriados à rede de monitoramento da qualidade ambiental do ar</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Rafael Campos
<b>Eixo de atuação</b>	Qualidade ambiental do ar, água e solo
<b>Objetivo estratégico</b>	Integrar, adequar e otimizar a rede de monitoramento da qualidade
<b>Objetivo</b>	Conduzir campanhas exploratórias para mapear os locais mais adequados para a instalação da nova e da atual rede de monitoramento qualidade ambiental do ar segundo critérios técnicos e operacionais, além de fornecer subsídios para o planejamento e gestão nessa área de atuação
<b>Indicador</b>	Número de campanhas exploratórias realizadas
<b>Meta</b>	4
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Campanhas exploratórias realizadas com a identificação dos locais mais apropriados para a instalação das estações da rede de monitoramento qualidade ambiental do ar própria do Instituto
<b>Justificativa</b>	A atuação do setor ambiental sofre grande pressão por parte da sociedade, a qual exige políticas ambientais que, ao mesmo tempo, ajudem a preservar os recursos naturais ainda existentes e a recuperar aqueles degradados, o que requer amplas ações de regulação, monitoramento e fiscalização ambiental de modo atuante, transparente e eficaz. Logo, é parte essencial desse processo a identificação dos locais mais apropriados, sob o ponto de vista técnico e operacional, para a instalação da rede de monitoramento qualidade ambiental do ar, contribuindo para um melhor planejamento de ações e até de gestão de crises referentes à uma piora na qualidade ambiental em todo estado do RJ

Regulamentar procedimentos e proteção de dados geoespaciais	
Líder da iniciativa	Gabriel Lardosa
Eixo de atuação	Governança e controle interno
Objetivo estratégico	Fortalecer práticas de governança corporativa
Objetivo	Estabelecer diretrizes, procedimentos e fluxos internos para a produção e posterior proteção de dados geoespaciais de modo a padronizar a atuação do corpo funcional no exercício de suas atribuições
Indicador	Número de procedimentos regulamentados
Meta	2
Prazo	dez-24
Categorização	Baixa
Entregas	Procedimento para o uso de drone na atuação institucional e procedimento para a proteção de dados geoespaciais
Justificativa	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um corpo funcional engajado, satisfeito e esclarecido é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de atender e satisfazer a sociedade como um todo. Logo, é parte essencial desse processo promover a sinergia e a integração entre os interesses da organização com os anseios do corpo funcional, proporcionando, como resultado final, a melhora na prestação de serviços à sociedade.

<b>Ofertar o percurso formativo de educação ambiental: sustentabilidade socioambiental da Mata Atlântica (escola em ação no contexto escolar)</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Bruno Waldman
<b>Eixo de atuação</b>	Comunicação com a sociedade e educação para sustentabilidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Desenvolver aspectos ambientais e sociais
<b>Objetivo</b>	Ofertar percurso formativo de educação ambiental para os profissionais de educação básica do ensino público com fundamento no desenvolvimento e fortalecimento de processos coletivos e participativos voltados para a promoção da sustentabilidade socioambiental da Mata Atlântica
<b>Indicador</b>	Número de escolas formadas
<b>Meta</b>	100
<b>Prazo</b>	jun-24
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Percurso formativo de educação ambiental ofertado para 200 profissionais de 100 escolas de educação básica do ensino público municipal, contemplando a elaboração relatório circunstanciado
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a incorporação de práticas ambientalmente sustentáveis que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo promover a educação ambiental crítica para os profissionais de educação básica do ensino público do estado do rio de janeiro a partir de percursos formativos que estimulem a promoção da sustentabilidade socioambiental da Mata Atlântica

<b>Aprimorar a Norma da Avaliação de Desempenho Individual (NOI-INEA-06-R.2)</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Mario Leste
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Valorizar o capital humano
<b>Objetivo</b>	Elaborar (revisar) a NOI-INEA-06 de modo a adequá-la à Lei estadual nº 6.101/2011, além de estabelecer diretrizes e regras gerais para quadro institucional permanente e complementar do INEA no tocante à progressão e promoção nos termos do plano de termos cargos, carreiras e vencimentos do Instituto
<b>Indicador</b>	Número de normas elaboradas ou revisadas
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	NOI-INEA-06-R.3 aprovada pelo Conselho Diretor em consonância com a legislação vigente
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um corpo funcional engajado, satisfeito e esclarecido é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de atender e satisfazer a sociedade como um todo. Logo, é parte essencial desse processo promover a sinergia e a integração entre os interesses da organização com os anseios do corpo funcional, proporcionando, como resultado final, a melhora na prestação de serviços à sociedade.

<b>Aprimorar a Norma Institucional de Normatização (NOI-INEA-01-R.1)</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Mario Leste
<b>Eixo de atuação</b>	Governança e controle interno
<b>Objetivo estratégico</b>	Promover a integração externa e interna
<b>Objetivo</b>	Elaborar (revisar) NOI-INEA-01 a fim de estabelecer os novos procedimentos do Instituto relativos à normatização e à padronização de documentos adequados ao atual contexto organizacional, desde a elaboração até a sua aprovação legal
<b>Indicador</b>	Número de normas elaboradas ou revisadas
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-23
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	NOI-INEA-01-R.2 aprovada pelo Conselho Diretor segundo as novas diretrizes institucionais
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um corpo funcional devidamente informado é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de atender e satisfazer a sociedade como um todo. Logo, é parte essencial desse processo disponibilizar e publicizar de forma organizada as diretrizes, normas, procedimentos e fluxos internos para ações tanto institucionais quanto operacionais de modo a orientar a atuação uniforme e adequada das unidades administrativas e do corpo funcional do INEA

<b>Institucionalizar o Programa Estadual de Observação Astronômica</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Marina Moss
<b>Eixo de atuação</b>	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Proporcionar bem-estar aos visitantes e à comunidade do entorno das UCs
<b>Objetivo</b>	Fortalecer o uso público com estímulo à visitação no interior das unidades de conservação estaduais de modo a aumentar a oferta e a qualidade dos atrativos de turismo e lazer e, por conseguinte, aumentar a satisfação de seus visitantes, além de promover o desenvolvimento de renda local
<b>Indicador</b>	Número de calendários divulgados
<b>Meta</b>	2
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Calendário anual com a programação da observação astronômica, astrofotografia e turismo astronômico nas unidades de conservação estaduais (sendo 1 em 2024 e 1 em 2025), além de manual orientativo dos eventos de observação astronômica (sendo 1 em 2024) e de capacitação do corpo funcional e dos condutores de visitantes (sendo 1 em 2023, 2 em 2024 e 2 em 2025)
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a conservação da vegetação e a proteção da biodiversidade local que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações, o que implica a construção de parcerias com outras entidades do setor público e privado ou da sociedade civil organizada. Logo, é parte essencial desse processo fomentar a visitação no interior das unidades de conservação estaduais com o intuito de realizar a manutenção e controle constante sobre eles, permitindo que as condições ambientais dos locais sejam conservadas de modo que o visitante tenha uma maior satisfação durante sua visita, além de promover o desenvolvimento de renda local

<b>Conceber novo modelo de plano de uso público nas Ucs estaduais</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Marina Moss
<b>Eixo de atuação</b>	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Proporcionar bem-estar aos visitantes e à comunidade do entorno das UCs
<b>Objetivo</b>	Conduzir estudos técnicos para subsidiar a proposição de um novo modelo de elaboração de Plano de Uso Público (PUP) nas unidades de conservação da natureza estaduais de modo a contemplar as estratégias, os princípios norteadores e as principais ações, com o objetivo de estimular o uso público, orientar o manejo, aprimorar as experiências e diversificar as oportunidades de visitação
<b>Indicador</b>	Número de procedimentos regulamentados
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Resolução com a regulamentação do novo modelo de plano de uso público para as conservação da natureza estaduais, além da realização de oficinas de debate com as partes interessadas (sendo 1 em 2023 e 2 em 2024) e de implantação de dois pilotos no PEIG e no PETP (sendo 1 em 2024 e 1 em 2025)
<b>Justificativa</b>	É a partir dos processos que a organização traça os caminhos a serem percorridos para o cumprimento de sua visão de futuro e, portanto, revela a forma pela qual os objetivos e metas globais da organização, dentro de um determinado período, serão perseguidos. Logo, é parte essencial desse processo a proposição de modelos de Plano de Uso Público (PUP) de modo a promover o melhor ordenamento e com isso aprimorar as experiências e diversificar as oportunidades de visitação

Regulamentar e fomentar o ciclismo de montanha nas UCs estaduais	
Líder da iniciativa	Marina Moss
Eixo de atuação	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
Objetivo estratégico	Proporcionar bem-estar aos visitantes e à comunidade do entorno das UCs
Objetivo	Fomentar a visitação, cidadania e educação ambiental no interior das unidades de conservação estaduais a partir do fomento ao ciclismo com a criação de rotas e circuitos com o intuito de aumentar a oferta e a qualidade dos atrativos de turismo e lazer (Programa Rota dos Parques)
Indicador	Número de rotas e circuitos ciclo turísticos implantados
Meta	2
Prazo	dez-25
Categorização	Baixa
Entregas	Rotas e circuitos ciclo turísticos implantados (sendo 2 em 2025) e rotas e circuitos ciclo turísticos definidos e divulgados (sendo 1 em 2023, 2 em 2024 e 2 em 2025), além da resolução com a regulamentação do programa das unidades de conservação da natureza estaduais
Justificativa	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a conservação da vegetação e a proteção da biodiversidade local que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações, o que implica a construção de programas públicos para os visitantes das unidades de conservação estaduais. Logo, é parte essencial desse processo fomentar a visitação, cidadania e educação ambiental no interior das unidades de conservação estaduais a partir a partir do fomento ao ciclismo com a criação de rotas e circuitos com o intuito de aumentar a qualidade durante a visitação dos atrativos de turismo e lazer

<b>Desenvolver sistemas que forneçam suporte ao controle das atividades de restauração florestal</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Luana Bianchini
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão da tecnologia e da informação
<b>Objetivo estratégico</b>	Ampliar e integrar sistemas de operação e de informação
<b>Objetivo</b>	Desenvolver sistemas que integrem os dados relevantes dos compromissos de restauração florestal em uma única fonte, permitindo a inserção e a extração de informações mais completas, precisas e integradas a partir do aproveitamento dos cadastros existentes, de modo a incutir não só maior agilidade no processo de gerenciamento e controle de áreas restauradas, mas também otimizar processos internos de trabalho de modo a promover a eficácia no controle ambiental sobre a cobertura florestal
<b>Indicador</b>	Número de sistemas desenvolvidos
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Sistema de informação gerencial de compromissos de restauração florestal (larga escala)
<b>Justificativa</b>	A promoção da inovação no setor público, o estímulo à melhoria contínua na prestação de serviços públicos e a maximização dos resultados das políticas públicas são objetivos centrais de qualquer organização pública que se preze. Logo, é parte essencial desse processo perseguir uma visão holística sobre os dados e informações produzidos internamente com maior preocupação para com a efetividade no gerenciamento de passivos ambientais

<b>Conceber modelo de sustentabilidade econômico-financeira dos hortos florestais e banco de sementes estaduais</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Luana Bianchini
<b>Eixo de atuação</b>	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Perseguir a sustentabilidade econômico-financeira das Ucs e dos Hfs
<b>Objetivo</b>	Conduzir estudos técnicos com a finalidade de conceber modelo de sustentabilidade econômico-financeira para os hortos florestais e banco de sementes estaduais de modo a prospectar novos mecanismos para captação e aplicação de recursos humanos, materiais e financeiros
<b>Indicador</b>	Número de estudos realizados
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Relatório consolidado sobre os mecanismos para captação e aplicação de recursos com proposta de regulamentação dos procedimentos
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, os desafios que a sociedade do conhecimento impõe sobre os governantes exige cada vez mais do aparato estatal a prospecção de novos mecanismos para captação e aplicação de recursos de modo a diminuir as pressões sobre as fontes do tesouro. Logo, é parte essencial desse processo a concepção de novos mecanismos para captação de recursos diante do baixo fluxo de recursos de compensação ambiental, principal fonte de financiamento dos projetos e ações no âmbito da cobertura florestal e proteção da biodiversidade do estado do Rio de Janeiro

<b>Contratar serviços que forneçam suporte às atividades de recuperação e reabilitação ambiental</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Ingrid Rosa
<b>Eixo de atuação</b>	Recuperação ambiental, controle de inundações e prevenção de acidentes
<b>Objetivo estratégico</b>	Mitigar o impacto ambiental dos acidentes tecnológicos
<b>Objetivo</b>	Contratar serviços que forneçam suporte às atividades de recuperação e reabilitação ambiental de modo a inculir não só maior agilidade no processo de gerenciamento de áreas contaminadas, mas também otimizar processos internos de trabalho de modo a promover a eficácia na remediação do dano ambiental
<b>Indicador</b>	Número de serviços contratados
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Escritório de áreas contaminadas e degradadas
<b>Justificativa</b>	A atuação do setor ambiental sofre grande pressão por parte da sociedade, a qual exige políticas ambientais que, ao mesmo tempo, ajudem a preservar os recursos naturais ainda existentes e a recuperar aqueles degradados, o que requer amplas ações de regulação, monitoramento e fiscalização ambiental de modo atuante, transparente e eficaz. Logo, é parte essencial desse processo prover serviços de apoio às ações de recuperação e reabilitação ambiental de modo a suportar as unidades administrativas e o corpo funcional do INEA responsáveis pela prevenção e resposta a acidentes tecnológicos

<b>Ofertar capacitação em diretrizes de identificação de passivos ambientais</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Ingrid Rosa
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Capacitar os servidores em gestão, liderança e saber técnico
<b>Objetivo</b>	Ofertar cursos de formação de identificação de passivos ambientais às superintendências para fins de aperfeiçoamento e incorporação das melhores práticas de controle e resposta a áreas contaminadas, além de promover a atuação integrada entre os diversos setores e entes
<b>Indicador</b>	Número de cursos ofertados
<b>Meta</b>	9
<b>Prazo</b>	out-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Oferta de curso de formação de identificação de passivos ambientais às superintendências, contemplando a relação dos cursos e dos participantes e suas respectivas frequências, notadamente: identificação de áreas com indícios de contaminação (09)
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes maior visibilidade e transparência na sua forma de atuação, principalmente no que diz respeito aos seus processos de trabalho, dados e informações deles decorrentes. Logo, é parte essencial desse processo manter um corpo funcional engajado, satisfeito e esclarecido para melhor lidar com os desafios inerentes às atividades de gerenciamento de áreas contaminadas

<b>Publicar o Compêndio de Legislação Estadual de Licenciamento Ambiental</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Edson Magalhães
<b>Eixo de atuação</b>	Licenciamento ambiental e pós-licença
<b>Objetivo estratégico</b>	Operacionalizar o novo sistema estadual de licenciamento
<b>Objetivo</b>	Reunir todo o arcabouço legal de licenciamento ambiental estadual numa única publicação de fácil acesso e consulta de modo a melhor suportar a atuação do analista ambiental durante o processamento dos requerimentos de licenciamento ambiental
<b>Indicador</b>	Número de publicações disponibilizadas
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	jun-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Compêndio de Legislação Estadual de Licenciamento Ambiental disponibilizando na íntegra todas as Leis, Decretos, Resoluções e Normas que regem o licenciamento ambiental estadual com índice remissivo para facilitar a consulta
<b>Justificativa</b>	Um importante desafio na gestão pública é reunir o conteúdo técnico-legal que regulamenta seus processos de trabalho, em consonância com as legislações vigentes. Logo, é parte essencial desse processo reunir todo o arcabouço legal de licenciamento ambiental estadual numa única publicação de fácil acesso e consulta por parte do analista de modo a melhor suportar a sua atuação, além de otimizar o seu processo de trabalho

Regulamentar os requerimentos online de licenciamento	
Líder da iniciativa	Max Reis
Eixo de atuação	Licenciamento ambiental e pós-licença
Objetivo estratégico	Rever e simplificar procedimentos
Objetivo	Elaborar a norma operacional de requerimentos online SELCA de modo a regulamentar os procedimentos de abertura e análise prévia dos pedidos de obtenção de instrumentos de licenciamento e controle ambiental
Indicador	Número de normas institucionais publicadas
Meta	1
Prazo	dez-23
Categorização	Baixa
Entregas	NOI_INEA_XX estabelecendo as diretrizes, procedimentos e fluxos acerca da abertura e análise prévia dos pedidos de obtenção de instrumentos de licenciamento e controle ambiental
Justificativa	A atuação do setor ambiental sofre grande pressão, especialmente, de dois grandes atores. De um lado, a sociedade exige políticas ambientais que, ao mesmo tempo, ajudem a preservar os recursos naturais ainda existentes e a recuperar aqueles degradados, o que requer amplas ações de regulação, monitoramento e fiscalização ambiental de modo atuante, transparente e eficaz. De outro, o setor produtivo manifesta intensamente o anseio por um sistema de licenciamento ambiental ágil, inovador e eficiente, que não represente um obstáculo ao desenvolvimento econômico e à geração de empregos. Logo, é parte essencial desse processo regulamentar os procedimentos de abertura e análise prévia dos pedidos de obtenção de instrumentos de licenciamento e controle ambiental de modo a aumentar a produtividade e com isso reduzir o tempo de resposta ao cidadão

Regulamentar procedimentos administrativos de cunho financeiro	
Líder da iniciativa	Renan Lopes
Eixo de atuação	Governança e controle interno
Objetivo estratégico	Promover a integração externa e interna
Objetivo	Aprovar Norma Institucional a fim de estabelecer os procedimentos do Instituto relativos às prestações de contas para os pedidos de adiantamentos e de diárias, além dos pedidos de ressarcimento de taxas próprias
Indicador	Número de normas elaboradas ou revisadas
Meta	3
Prazo	set-24
Categorização	Baixa
Entregas	NOI_INEA_XX estabelecendo as diretrizes, procedimentos e fluxos acerca das prestações de contas para os pedidos de adiantamentos e de diárias e para os pedidos de ressarcimento de taxas próprias
Justificativa	É a partir da descrição dos processos internos que a organização delimita as competências e as responsabilidades de cada unidade administrativa e, portanto, revela a forma pela qual a gestão financeira será conduzida. Logo, é parte essencial desse processo disponibilizar e publicizar de forma organizada as diretrizes, normas, procedimentos e fluxos internos para ações de prestações de contas para os pedidos de adiantamentos e de diárias e para os pedidos de ressarcimento de taxas próprias de modo a orientar a atuação uniforme e adequada das unidades administrativas e do corpo funcional do INEA durante a gestão financeira de forma coerente e alinhada aos valores e objetivos do Instituto

Diagnosticar áreas sensíveis à estiagem	
Líder da iniciativa	Fernanda Spitz
Eixo de atuação	Segurança hídrica e governança das águas
Objetivo estratégico	Zelar pela garantia da segurança hídrica no estado
Objetivo	Diagnosticar áreas mais suscetíveis à estiagem visando a definição de áreas prioritárias e elaboração de estratégias que proporcionem um aumento da segurança hídrica
Indicador	Número de diagnósticos realizados
Meta	1
Prazo	dez-25
Categorização	Baixa
Entregas	Relatório circunstanciado sobre o diagnóstico de áreas sensíveis à temática de secas por intermédio das avaliações do Monitor de Secas e resultados do PESH
Justificativa	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a incorporação de práticas ambientalmente sustentáveis que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo identificar áreas sensíveis à estiagem para, em seguida, propor ações que proporcionem um aumento da oferta e da segurança hídrica de forma a elencar as áreas prioritárias para atuação

<b>Promover capacitações sobre segurança hídrica</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Fernanda Spitz
<b>Eixo de atuação</b>	Segurança hídrica e governança das águas
<b>Objetivo estratégico</b>	Disseminar uma visão sistêmica sobre segurança hídrica
<b>Objetivo</b>	Ofertar cursos de capacitação em segurança hídrica para gestores públicos e demais atores da sociedade civil organizada para fins de aperfeiçoamento e incorporação das melhores práticas de oferta hídrica, riscos associados à água e qualidade ambiental, além de promover a atuação integrada entre as diversas unidades
<b>Indicador</b>	Número de capacitações ofertadas
<b>Meta</b>	4
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Capacitações de gestores públicos e demais atores da sociedade civil organizada, contemplando a relação dos cursos e dos participantes e suas respectivas frequências
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes a incorporação de práticas ambientalmente sustentáveis que permitam a manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Logo, é parte essencial desse processo promover a qualificação dos gestores públicos e demais atores da sociedade civil organizada de modo a orientar as diversas políticas públicas ambientais associados à água e a respectiva oferta e qualidade ambiental

<b>Ofertar horas técnicas sobre direito administrativo</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Milton Jardim
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Capacitar os servidores em gestão, liderança e saber técnico
<b>Objetivo</b>	Ofertar horas técnicas para debater sobre os principais pontos de melhoria nas consultas jurídicas formuladas de modo a reforçar a construção de uma cultura fundamentada na aquisição de conhecimentos em direito administrativo
<b>Indicador</b>	Número de horas técnicas ofertadas
<b>Meta</b>	4
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Vagas de horas técnicas ofertadas com a disponibilização de guia referencial (cartilha) para a consulta jurídica, contemplando a relação das rodas e dos participantes e suas respectivas frequências
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um corpo funcional engajado, satisfeito e esclarecido é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de atender e satisfazer a sociedade como um todo. Logo, é parte essencial desse processo articular o conhecimento prático adquirido no cotidiano profissional, com os conhecimentos produzidos pela procuradoria do instituto com a finalidade de ampliar as habilidades dos profissionais e aumentar a qualidade das consultas jurídicas formuladas

<b>Propor novos canais de comunicação</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Ana Paula Paiva
<b>Eixo de atuação</b>	Comunicação com a sociedade e educação para sustentabilidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Melhorar a comunicação com a sociedade
<b>Objetivo</b>	Promover positivamente o INEA por intermédio do Portal, Extranet e Redes Sociais, informando sobre suas atividades, prestando contas e fortalecendo sua identidade e imagem frente ao público interno e externo
<b>Indicador</b>	Número de novos canais de comunicação
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Rede social (Tic Tok) criada e verificada e com a oferta de conteúdo institucional para o público jovem
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes maior qualidade sobre os mecanismos e canais de atendimento e comunicação que: i) orientem os usuários atendidos por seus serviços e ii) informem aos públicos interessados as ações e decisões da organização. Logo, é parte essencial desse processo aprimorar os mecanismos e canais existentes no sentido de fortalecer sua identidade e imagem frente ao público interno e externo para que o instituto alcance um lugar de destaque na sociedade e ganhe notoriedade perante seus públicos

<b>Institucionalizar o Programa de Saúde e Bem-estar</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Cleic Kelly Peçanha
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Valorizar o capital humano
<b>Objetivo</b>	Institucionalizar o Programa de Saúde e Bem-estar no órgão, a fim de fomentar a qualidade de vida no trabalho entre os servidores, a partir da difusão de conhecimentos e do estímulo ao uso de práticas laborais
<b>Indicador</b>	Número de campanhas realizadas
<b>Meta</b>	15
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Campanhas de saúde e bem-estar ofertadas aos servidores com fulcro na qualidade de vida no trabalho, além de relatório gerencial consolidado
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um ambiente de trabalho que preza pelo bem-estar do corpo funcional é fator crucial para a saúde emocional dos servidores. Logo, é parte essencial desse processo difundir conhecimentos e fomentar práticas sobre a qualidade de vida no ambiente de trabalho, cujo bem-estar e saúde emocional é fundamental para o sucesso da equipe e para o alcance dos objetivos institucionais

<b>Instituir e regulamentar o Quadro de Instrutores Internos da Universidade do Ambiente</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Elaine Costa
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Produzir e difundir o conhecimento técnico de seu capital humano
<b>Objetivo</b>	Regulamentar o programa de instrutoria interna de modo a estabelecer o quadro de instrutores internos da universidade do ambiente, a partir da identificação de talentos internos para cada eixo de formação
<b>Indicador</b>	Número de portarias de regulamentação publicadas
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	jun-24
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Portaria de regulamentação do Programa de Instrutoria Interna com o estabelecimento do quadro de instrutores internos da universidade do ambiente por meio do exercício remunerado como política permanente de desenvolvimento de pessoas
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um corpo funcional engajado, satisfeito e esclarecido é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de atender e satisfazer a sociedade como um todo. Logo, é parte essencial desse processo não só garantir a disseminação dos saberes acumulados a partir da oferta contínua de processos de desenvolvimento de competências no serviço público, mas também valorizar financeiramente os instrutores internos de modo a promover a economicidade dos gastos públicos

<b>Conceber a política de reconhecimento profissional (Gente que cuida do Ambiente)</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Giulia Alves
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Valorizar o capital humano
<b>Objetivo</b>	Conceber uma política de reconhecimento profissional de modo a fomentar uma cultura organizacional de incentivo e reconhecimento que valorize a performance, o engajamento, alinhamento e a satisfação dos servidores
<b>Indicador</b>	Número de planos elaborados ou revisados
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	jul-24
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Política de reconhecimento profissional formalizada, contendo as respectivas ações e os critérios a elas atreladas
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um corpo funcional engajado, satisfeito e esclarecido é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de atender e satisfazer a sociedade como um todo. Logo, é parte essencial desse processo fomentar um ambiente de trabalho saudável, produtivo e engajador para os funcionários de uma organização, cuja motivação é fundamental para o sucesso da equipe e para o alcance dos objetivos institucionais

<b>Produzir peças de comunicação visual</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Luciana Figueiredo
<b>Eixo de atuação</b>	Comunicação com a sociedade e educação para sustentabilidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Melhorar a comunicação com a sociedade
<b>Objetivo</b>	Confeccionar peças de comunicação visual para promover as políticas, programas, projetos e ações institucionais, além de difundir dados e informações de interesse da instituição por meio da divulgação de guias, cartilhas, folhetos, painéis etc.
<b>Indicador</b>	Número de peças de comunicação produzidas
<b>Meta</b>	60
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Peças de comunicação visual produzidas e disponibilizadas para o público-alvo de interesse da instituição ou da sociedade, no formato impresso ou digital
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes maior visibilidade e transparência na sua forma de atuação, principalmente no que diz respeito às suas políticas, programas, projetos e ações institucionais, além de dados e informações deles decorrentes. Logo, é parte essencial desse processo reforçar o seu processo de comunicação institucional de maneira que fortaleça sua marca e identidade, de forma sustentável, potencializando suas probabilidades de sucesso frente às diferentes partes interessadas do instituto, bem como melhor orientar o público-alvo

Propor diretrizes e procedimentos para as ações da Biblioteca	
Líder da iniciativa	Wellington Lira
Eixo de atuação	Governança e controle interno
Objetivo estratégico	Promover a integração externa e interna
Objetivo	Aprovar Norma Institucional a fim de estabelecer os procedimentos do Instituto relativos à biblioteca adequada ao atual contexto organizacional, tanto para o público externo quanto para o público interno
Indicador	Número de normas elaboradas ou revisadas
Meta	1
Prazo	jun-24
Categorização	Baixa
Entregas	NOI_INEA_XX estabelecendo as diretrizes, procedimentos e fluxos acerca da biblioteca institucional
Justificativa	É a partir da descrição dos processos internos que a organização delimita as competências e as responsabilidades de cada unidade administrativa e, portanto, revela a forma pela qual a biblioteca será conduzida. Logo, é parte essencial desse processo disponibilizar e publicizar de forma organizada as diretrizes, normas, procedimentos e fluxos internos para ações tanto institucionais quanto operacionais de modo a orientar a atuação uniforme e adequada das unidades administrativas e do corpo funcional do INEA durante a gestão do acervo técnico de forma coerente e alinhada aos valores e objetivos do Instituto

<b>Criar e conceber a Medalha de Mérito ao Guarda-parque</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Raphael Freire
<b>Eixo de atuação</b>	Cobertura florestal e proteção da biodiversidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Conservar a vegetação nativa e a fauna silvestre
<b>Objetivo</b>	Criar e conceber a Medalha de Mérito ao Guarda-parque de modo a reconhecer os servidores em destaque no exercício de suas atividades essenciais para a conservação da natureza e preservação dos recursos naturais e culturais de um determinado habitat
<b>Indicador</b>	Número de medalhas concedidas
<b>Meta</b>	40
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Medalhas de mérito concedidas aos guarda-parques em destaque (sendo 20 em 2024 e 20 em 2025), além de resolução com a regulamentação do procedimento de seleção e de concessão da honraria
<b>Justificativa</b>	É preciso que o setor público reconheça boas práticas e servidores de destaque de modo a construir um ambiente saudável de aprimoramento contínuo e de desenvolvimento profissional. Logo, é parte essencial desse processo reconhecer os servidores em destaque no exercício de suas atividades essenciais para a conservação da natureza para que o instituto, por fim, cumpra com sua razão de existir

<b>Elaborar o manual de licenciamento ambiental</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Edson Magalhães
<b>Eixo de atuação</b>	Governança e controle interno
<b>Objetivo estratégico</b>	Promover a integração externa e interna
<b>Objetivo</b>	Elaborar o manual de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos, propondo regulamentos técnicos e procedimento internos a fim de orientar a parcela do corpo funcional que lidam com o processamento e análise de requerimentos de instrumentos de licenciamento e de controle ambiental
<b>Indicador</b>	Número de manuais elaborados
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	abr-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Manual de licenciamento ambiental publicado, contendo regulamentos técnicos e procedimentos internos
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um corpo funcional esclarecido é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de atender e satisfazer a sociedade como um todo. Logo, é parte essencial desse processo clarificar e orientar os integrantes das equipes de licenciamento ambiental acerca dos procedimentos, fluxos, prazos e responsabilidades associadas à questão técnica-administrativa

<b>Ofertar Encontro Interestadual de Licenciamento Ambiental</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Leonardo Daemon
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Produzir e difundir o conhecimento técnico de seu capital humano
<b>Objetivo</b>	Conceber um fórum temático para compartilhar boas práticas entre órgãos licenciadores ambientais, bem como para debater sobre as tendências para o licenciamento ambiental, debruçando-se sobre soluções para problemas específicos que afligem uma ou mais de uma entidade
<b>Indicador</b>	Número de encontros realizados
<b>Meta</b>	2
<b>Prazo</b>	abr-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Fórum temático com a participação de outros órgãos licenciadores ambientais dos demais entes da federação ou dos estados, além de relatório técnico sobre o evento
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um corpo funcional engajado, satisfeito e esclarecido é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de atender e satisfazer a sociedade como um todo. Logo, é parte essencial desse processo conceber fóruns para o diálogo sobre os problemas comuns e para troca de experiências e boas práticas com outras instituições

<b>Elaborar o manual de fiscalização ambiental</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Vitor Nacif
<b>Eixo de atuação</b>	Governança e controle interno
<b>Objetivo estratégico</b>	Promover a integração externa e interna
<b>Objetivo</b>	Elaborar o manual de fiscalização ambiental de operações ou práticas em desconformidade com a legislação ambiental, propondo regulamentos técnicos e procedimento internos a fim de orientar a parcela do corpo funcional que lidam com o combate às infrações ambientais
<b>Indicador</b>	Número de manuais elaborados
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Manual de fiscalização ambiental publicado, contendo regulamentos técnicos e procedimentos internos
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um corpo funcional esclarecido é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de atender e satisfazer a sociedade como um todo. Logo, é parte essencial desse processo clarificar e orientar os integrantes das equipes de fiscalização ambiental acerca dos procedimentos, fluxos, prazos e responsabilidades associadas à questão técnica-administrativa

<b>Adequar o ambiente de trabalho às melhores práticas ergonômicas</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Camila Mariano
<b>Eixo de atuação</b>	Governança e controle interno
<b>Objetivo estratégico</b>	Garantir recursos humanos, materiais e financeiros
<b>Objetivo</b>	Planejar e definir as medidas e estratégias de adaptação do ambiente de trabalho às características e necessidades dos servidores, incluindo o design de móveis, estações de trabalho, iluminação, ventilação, disposição dos equipamentos e outros aspectos que afetam a saúde e o conforto dos servidores.
<b>Indicador</b>	Número de estudos realizados
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	ago-24
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Estudo consolidado de levantamento de necessidades de adaptação do ambiente de trabalho às características e necessidades dos servidores, contendo inclusive as medidas e estratégias de design de móveis, estações de trabalho, iluminação, ventilação, disposição dos equipamentos etc
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um ambiente de trabalho ergonomicamente adequado é fator crucial para a saúde física do corpo funcional. Logo, é parte essencial desse processo prover os meios e recursos suficientes e adequados para a prevenção de lesões de modo a promover a saúde e o bem-estar dos servidores, além de otimizar os processos de trabalho

<b>Revisar a Carta de Serviços ao Cidadão</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Carlos Couto
<b>Eixo de atuação</b>	Comunicação com a sociedade e educação para sustentabilidade
<b>Objetivo estratégico</b>	Aprimorar o uso, os mecanismos e os canais de divulgação
<b>Objetivo</b>	Revisar a carta de serviços ao cidadão, identificando serviços prestados ou de interesse do cidadão não contemplados na primeira versão, além de atender às competências do Regimento Interno
<b>Indicador</b>	Número de cartas elaboradas ou revisadas
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Carta de serviços do Instituto revisada segundo a nova estrutura do INEA e em consonância com a revisão do Regimento Interno
<b>Justificativa</b>	Nos tempos recentes, cada vez mais a sociedade exige dos governantes maior visibilidade e transparência na sua forma de atuação, principalmente no que diz respeito aos procedimentos de entrada, processamento e saída de seus processos de trabalho. Logo, é parte essencial desse processo clarificar para o usuário a sua forma de acesso, os requisitos para o ingresso e os compromissos assumidos em termos de padrões de qualidade do atendimento

Regulamentar o Plano de Desenvolvimento Individual	
Líder da iniciativa	Eduarda Borba
Eixo de atuação	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
Objetivo estratégico	Valorizar o capital humano
Objetivo	Elaborar norma institucional de modo a orientar o plano de desenvolvimento individual com o intuito de alinhar as expectativas profissionais com as organizacionais junto aos interessados em crescer na carreira
Indicador	Número de normas elaboradas ou revisadas
Meta	1
Prazo	dez-25
Categorização	Baixa
Entregas	Norma institucional regulamentando o plano de desenvolvimento individual e criando o formulário de acompanhamento
Justificativa	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um corpo funcional engajado, satisfeito e esclarecido é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de atender e satisfazer a sociedade como um todo. Logo, é parte essencial desse processo conhecer o seu quadro de pessoal e as respectivas expectativas de carreira a partir da exposição de seu desenvolvimento acadêmico e profissional, bem como seus principais trabalhos realizados, de modo incutir maior alinhamento entre as expectativas profissionais e organizacionais

<b>Ofertar Curso de Pós-graduação (stricto sensu)</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Elaine Costa
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Capacitar os servidores em gestão, liderança e saber técnico
<b>Objetivo</b>	Ofertar vagas de mestrado profissional em administração pública em instituição de referência para reforçar a construção de uma cultura fundamentada nos paradigmas da modernidade e do exercício de competências estratégicas, técnicas e científicas
<b>Indicador</b>	Número de vagas preenchidas
<b>Meta</b>	5
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Oferta de vagas de curso de pós-graduação (mestrado profissional) preenchidas pelo corpo funcional, bem como a publicação de artigos na INEA e a promoção de horas técnicas
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um corpo funcional engajado, satisfeito e esclarecido é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de atender e satisfazer a sociedade como um todo. Logo, é parte essencial desse processo articular o conhecimento prático adquirido no cotidiano profissional, com os conhecimentos produzidos no ambiente acadêmico, além de incentivar a elaboração de estudos, diagnósticos e pesquisas aplicadas que contribuam para a implementação de ações consideradas prioritárias para o desenvolvimento da população fluminense

Regulamentar os procedimentos do conselho diretor	
Líder da iniciativa	Hilana Andrade
Eixo de atuação	Governança e controle interno
Objetivo estratégico	Promover a integração externa e interna
Objetivo	Desenvolver um painel interativo com dados e informações agregadas acerca dos assuntos e pleitos que requeiram deliberação por parte do CONDIR de forma adequada ao atual contexto organizacional
Indicador	Número de melhorias adotadas
Meta	1
Prazo	dez-24
Categorização	Baixa
Entregas	Painel interativo com dados e informações agregadas acerca dos assuntos e pleitos submetidos ao CONDIR
Justificativa	O aparato estatal deve reconhecer que a transparência administrativa é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de atender e satisfazer a sociedade como um todo. Logo, é parte essencial desse processo disponibilizar e publicizar de forma organizada os assuntos e pleitos submetidos para a deliberação do CONDIR de modo a comunicar a atuação institucional às partes interessadas

Regulamentar o afastamento e a redução de carga horária por ações de formação	
Líder da iniciativa	Quezia Fortunato
Eixo de atuação	Governança e controle interno
Objetivo estratégico	Fortalecer práticas de governança corporativa
Objetivo	Aprovar Norma Institucional a fim de estabelecer os procedimentos do Instituto relativos ao afastamento e à redução de carga horária adequada ao atual contexto organizacional, tanto para as ações institucionais quanto para as ações de iniciativa individual, a fim de regulamentar os afastamentos ou reduções de carga horária para participações em mestrados, doutorados e pós-doutorados
Indicador	Número de normas elaboradas ou revisadas
Meta	1
Prazo	dez-23
Categorização	Baixa
Entregas	NOI_INEA_XX estabelecendo as diretrizes, procedimentos e fluxos acerca do afastamento ou da redução de carga horária em decorrência das ações de formação prolongada
Justificativa	É a partir da descrição dos processos internos que a organização delimita as competências e as responsabilidades de cada unidade administrativa e, portanto, revela a forma pela qual a formação prolongada será conduzida. Logo, é parte essencial desse processo disponibilizar e publicizar de forma organizada as diretrizes, normas, procedimentos e fluxos internos para ações tanto institucionais quanto individuais de modo a orientar a atuação uniforme e adequada das unidades administrativas e do corpo funcional do INEA durante a formação prolongada de forma coerente e alinhada aos valores e objetivos do Instituto

<b>Estimular a produção técnico-científica (Revista Ineana)</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Tânia Machado
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Produzir e difundir o conhecimento técnico de seu capital humano
<b>Objetivo</b>	Estimular a produção técnico-científica da instituição, do meio acadêmico e de instituições parceiras no âmbito da temática ambiental por meio de uma política de produção e difusão de conhecimento científico por intermédio da Revista INEANA
<b>Indicador</b>	Número de revistas publicadas
<b>Meta</b>	12
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Revistas Ineanas publicadas com artigos científicos de diversas temáticas na área ambiental
<b>Justificativa</b>	Um importante desafio na gestão pública é produzir e difundir o conhecimento técnico-científico principalmente no que diz respeito aos seus processos de trabalho, em consonância com os dados e informações deles decorrentes. Logo, é parte essencial desse processo, a partir de evidências robustas e de diagnósticos precisos, apoiar o processo de correção de planos, modificação de políticas e revisão de estratégias, fundamentados nas melhores e mais recentes informações

<b>Conduzir a Pesquisa de Satisfação no Licenciamento</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Teresa Muylaert
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Ouvir e atender o cidadão
<b>Objetivo</b>	Coletar dados e informações sobre instalações existentes, horário e locais de atendimento, tempo de espera, de atendimento e de análise, plataformas disponíveis e suporte técnico junto aos usuários para, em seguida, a partir de seus resultados subsidiar diversas ações específicas futuras de aprimoramento contínuo na central de atendimento
<b>Indicador</b>	Número de pesquisas realizadas
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	jun-25
<b>Categorização</b>	Baixa
<b>Entregas</b>	Relatório consolidado sobre os pontos de melhoria no fluxo de atendimento a partir dos problemas previamente identificados
<b>Justificativa</b>	A orientação da atuação governamental para a promoção de mudanças e melhorias reais no bem-estar da sociedade civil de um modo geral deve ser a missão precípua de qualquer instituição pública. Logo, é parte essencial desse processo conhecer suas forças e fraquezas para, em seguida, reforçar suas potencialidades e mitigar suas vulnerabilidades de modo a incutir maior qualidade ao serviço prestado de um modo geral junto aos usuários externos

Publicar o inventário de fontes de emissão de poluentes do ar	
Líder da iniciativa	Rafael Campos
Eixo de atuação	Qualidade ambiental do ar, água e solo
Objetivo estratégico	Controlar efluentes líquidos, resíduos sólidos e emissões atmosféricas
Objetivo	Publicar o inventário de fontes de emissão de efluentes de atividades industriais poluidoras do ar com referências às regiões metropolitana, médio paraíba e norte fluminense
Indicador	Número de publicações disponibilizadas
Meta	3
Prazo	dez-25
Categorização	Mínima
Entregas	Publicações sobre o inventário de fontes de emissão de poluentes do ar disponibilizadas, no formato impresso ou digital
Justificativa	Um importante desafio na gestão pública é produzir e difundir o conhecimento técnico-científico principalmente no que diz respeito aos seus processos de trabalho, em consonância com os dados e informações deles decorrentes. Logo, é parte essencial desse processo, a partir de evidências robustas e de diagnósticos precisos, apoiar o processo de correção de planos, modificação de políticas e revisão de estratégias, fundamentados nas melhores e mais recentes informações

<b>Ofertar Intercâmbio em Gestão Ambiental ou Pública</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Elaine Costa
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Capacitar os servidores em gestão, liderança e saber técnico
<b>Objetivo</b>	Ofertar intercâmbio a grupo seletivo de servidores para troca de experiências e boas práticas entre representantes das instituições e dos países ou entes federativos envolvidos a fim de conhecer novas tecnologias e de compreender os modelos de política pública ambiental, dos modelos organizacionais e dos instrumentos para a gestão ambiental em perspectiva comparada
<b>Indicador</b>	Número de intercâmbios ofertados
<b>Meta</b>	2
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Mínima
<b>Entregas</b>	Intercâmbio contemplando edital do certame que explicita os critérios de habilitação e seleção, além de relatório técnico sobre o intercâmbio, bem como palestras e artigos
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um corpo funcional engajado, satisfeito e esclarecido é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de atender e satisfazer a sociedade como um todo. Logo, é parte essencial desse processo reconhecer e desenvolver jovens líderes ocupantes de posições relevantes e estratégicas dentro da instituição para troca de experiências e boas práticas com outras instituições

<b>Incentivar a pesquisa científica nas unidades de conservação estaduais</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Quezia Fortunato
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Produzir e difundir o conhecimento técnico de seu capital humano
<b>Objetivo</b>	Estimular a produção técnico-científica da instituição, do meio acadêmico e de instituições parceiras no âmbito da temática ambiental por meio de uma política de produção e difusão de conhecimento científico por intermédio de pesquisas científicas aplicadas nas unidades de conservação estaduais ou nas reservas particulares de patrimônio natural de modo a produzir conhecimento sobre elas, por meio do incentivo a alunos de graduação e pós-graduação sob a supervisão de um orientador qualificado com o fortalecimento de parcerias
<b>Indicador</b>	Número de edições realizadas
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	dez-24
<b>Categorização</b>	Mínima
<b>Entregas</b>	Resolução de regulamentação do Programa publicada, além da primeira edição executada
<b>Justificativa</b>	Um importante desafio na gestão pública é produzir e difundir o conhecimento técnico-científico principalmente no que diz respeito às práticas ambientais e ao patrimônio de fauna e flora dos ecossistemas estaduais, em consonância com os dados e informações de estudos deles decorrentes. Logo, é parte essencial desse processo, a partir do estímulo e suporte ao processo de pesquisa científica, obter evidências robustas e de diagnósticos precisos sobre o estado do ambiente a fim de melhor orientar a atuação governamental

<b>Realizar o Prêmio Anual de produções técnico-científicas sob a temática ambiental</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Quezia Fortunato
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Produzir e difundir o conhecimento técnico de seu capital humano
<b>Objetivo</b>	Ofertar prêmio anual de produções técnico-científicas para fomentar a produção e difusão de conhecimentos nas áreas de recuperação ambiental, buscando estabelecer a promoção de novos conhecimentos na área, bem como possibilitar a visibilidade daqueles produzidos
<b>Indicador</b>	Número de ganhadores do prêmio
<b>Meta</b>	9
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Mínima
<b>Entregas</b>	Prêmio Anual de produções técnico-científicas (monografia) sob a temática ambiental, contemplando edital do certame que explicita os critérios de habilitação e seleção
<b>Justificativa</b>	Um importante desafio na gestão pública é produzir e difundir conhecimento técnico-científico sobre áreas de conhecimento de interesse institucional para fomentar o debate sobre uma determinada temática ambiental. Logo, é parte essencial desse processo ofertar prêmios para promover a articulação junto a grandes grupos de pesquisa no sentido de dedicarem sua atenção sobre áreas de conhecimento de interesse institucional e, com isso, atualizar o corpo funcional com o que há de mais novo sendo pesquisado e desenvolvido pelas instituições acadêmicas

<b>Aprimorar a Norma do Contrato de Gestão (NOI-INEA-05-R.2)</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Mario Leste
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Valorizar o capital humano
<b>Objetivo</b>	Elaborar (revisar) a NOI-INEA-05 de modo a adequá-la ao atual contexto organizacional, além de aprimorar as diretrizes e regras gerais para a celebração dos instrumentos jurídicos correlatos requeridos para o retorno da percepção da gratificação de desempenho institucional
<b>Indicador</b>	Número de normas elaboradas ou revisadas
<b>Meta</b>	1
<b>Prazo</b>	jun-24
<b>Categorização</b>	Mínima
<b>Entregas</b>	NOI-INEA-05-R.2 aprovada pelo Conselho Diretor segundo diretrizes governamentais
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um corpo funcional engajado e alinhado é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de atender e satisfazer a sociedade como um todo. Logo, é parte essencial desse processo celebrar a pactuação de resultados e produtos mediante o estabelecimento de metas anuais, recompensando o desempenho do corpo funcional na medida em que melhora a prestação de serviços à sociedade.

<b>Adquirir publicações para o acervo técnico</b>	
<b>Líder da iniciativa</b>	Wellington Lira
<b>Eixo de atuação</b>	Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas
<b>Objetivo estratégico</b>	Capacitar os servidores em gestão, liderança e saber técnico
<b>Objetivo</b>	Adquirir publicações técnico-científicas, para o acervo técnico, de interesse institucional ou conforme a indicação por parte das unidades organizacionais
<b>Indicador</b>	Número livros e assinaturas de periódicos adquiridos
<b>Meta</b>	100
<b>Prazo</b>	dez-25
<b>Categorização</b>	Mínima
<b>Entregas</b>	Rol de publicações técnico-científicas adquiridas e incorporadas ao acervo técnico do Instituto
<b>Justificativa</b>	O aparato estatal deve reconhecer que a existência de um corpo funcional esclarecido é fator crucial para o cumprimento de sua missão precípua de atender e satisfazer a sociedade como um todo. Logo, é parte essencial desse processo deter um acervo técnico próprio com a finalidade de ampliar o conhecimento implícito dos profissionais e aumentar a confiança na tomada de decisões importantes ou na produção de trabalho técnico